

ZENO SOARES CROCETTI

**EVOLUÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO PARANÁ**  
**(Estudos de Geografia Econômica do Paraná)**

Florianópolis  
2007

**Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-graduação em Geografia**

**Zeno Soares Crocetti**

**EVOLUÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO PARANÁ  
(Estudos de Geografia Econômica do Paraná)**

**Armen Mamigonian**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis/SC, setembro de 2007

## **EVOLUÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO PARANÁ (Estudos de Geografia Econômica do Paraná)**

**Zeno Soares Crocetti**

Coordenador: Carlos José Espindula

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

Presidente: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Armen Mamigonian ..... (UFSC)

Membro: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. José Messias Bastos ..... (UFSC)

Membro: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva ..... (UFSC)

Membro: \_\_\_\_\_

Prof<sup>a</sup>. Dra. Isa de Oliveira Rocha ..... (UDESC)

Florianópolis/SC, 18 de setembro de 2007

*Este trabalho é dedicado aos meus pais Ernesto e Leonite, que como tantos outros muito cedo foram excluídos da escola, mas que se esforçaram para que seus filhos não o fossem. Ao meu filho, Hugo, e as três mulheres da minha vida; Matilde, Priscila e Máira, que compreenderam minhas constantes ausências e meu mau humor por esses anos.*

## AGRADECIMENTOS

Ao concluir esse trabalho quero agradecer...

*Ao Poder Público Federal, seja através da Universidade Federal de Santa Catarina (Programa de Pós-Graduação em Geografia), que me acolheu para realizar esse trabalho, seja através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me ofereceu bolsa de estudos. Sei do privilégio que é estudar e receber bolsa para tal. Eu sei do compromisso que isso representa para com os muitos deste País que nunca tiveram a chance de frequentar escolas públicas de qualidade. Quanto mais serem pagos para estudar.*

*Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia que abriram as portas para que eu pudesse fazer este trabalho. Obrigado pela paciência.*

*Aos professores coordenadores de curso Geografia e História da UNIBEM, Marcelo Toniolo e Joyce Meri Marques que me dispensaram de muitas atividades acadêmicas e me substituíram, sucessivamente, durante minhas ausências.*

*Ao professor Armen Mamigonian por me acolher junto à UFSC e ter aceito a orientação e a parceria desta jornada.*

*Ao professor José Messias Bastos e sua companheira Janda ('A minha casa é a tua casa!'), não vou me esquecer disso, e ao professor Carlos José Espíndula por me acolher em sua casa por diversas vezes.*

*Ao professor Marcos Aurélio da Silva pela disponibilidade, solidariedade e generosidade.*

*Ao grande professor de língua portuguesa e amigo Caibar Pereira Magalhães Filho, pela disponibilidade, solidariedade e generosidade na cumplicidade da revisão desse trabalho.*

*À Associação dos Geógrafos Brasileiros pelo privilegio de me fazer geógrafo essa nossa verdadeira Universidade e por oportunizar o espaço para a convivência democrática.*

*A todos os amigos que compartilharam dessa travessia e todos aqueles que de alguma forma ajudaram a construir essa síntese.*

*Ao deus do vinho, Baco e ... ao vinho claro!*

*Como o objetivo das Humanidades (geografia) não está na busca de resultados, mas no encontro de um sentido para a ação, as Humanidades são relegadas a um segundo plano, quando, mais do que antes, sua tarefa é essencial.*

**(Milton Santos)**

## RESUMO

Com a conclusão da presente dissertação, objetivamos fazer uma interpretação da Evolução Sócio-espacial do Paraná, nas suas mais diversas determinações, no sentido de contribuir para elucidação de sua Formação Social.

Iniciamos com um balanço crítico das análises interpretativas das Formações Sócio-espaciais paranaense. Foram levantadas sugestões de um debate teórico e diretrizes analíticas e investigativas – pesquisas de campo – voltadas à problematização do desenvolvimento regional paranaense, discutindo sua base conceitual e metodológica. O desenvolvimento, como processo multifacetado de intensa transformação estrutural, resultado de múltiplas e complexas determinações, interações e combinações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade.

Fizemos uso da metodologia da formação sócio-espacial proposta por Milton Santos e trabalhada por Armen Mamigonian, em seu aspecto local e regional.

Fizemos uso do enfoque regional, como opção para interpretar e explicar as gênese das desigualdades territoriais na produção e distribuição das várias Formações Sociais, fazendo uso de outras categorias de análise marxistas, tais como; Ciclos econômicos/dualidade, trabalhados no Brasil principalmente por Rangel. Esses ciclos são os chamados ciclos longos ou de Kondratieff e os ciclos médios ou Juglarianos brasileiros e de dualidade básica da economia brasileira (desenvolvida por Ignácio Rangel a partir da década de 1930). Também fizemos o uso das Combinações Geográficas de Cholley, cujo uso é pouco usual entre os geógrafos econômicos. Raramente as Formações Sociais, o funcionamento do modo de produção capitalista, como sistema mundial articulado e as combinações e disparidades inter-regionais na apropriação da riqueza são tratadas como uma questão territorial, mas estão inscritas no espaço, desde as origens da produção mercantil e constantemente transformada pelo próprio desenvolvimento do capitalismo.

**Palavras-chave:** Formação sócio-espacial; geografia econômica; Paraná; formação social e desenvolvimento.

## ABSTRACT

With the conclusion of the present master, we objectify to make an interpretation of the Partner-space Evolution of the Parana, in its more diverse determination, the direction to contribute for briefing of its Social Formation.

We initiate with a critical rocking of the interpretative analyses of the Partner-space Formations paranaense. Analytical and investigative suggestions of a theoretical debate and lines of direction - field research - directed to the problemization of the paranaense regional development had been raised, arguing it is conceptual and methodological base. The development, as multifaceted process of intense structural transformation, multiple result and complex social determination, interactions and combinations that search the widening of the horizon of possibilities of determined society.

We made use of the methodology of the formation partner-space proposal for Milton Santos and worked by Armen Mamigonian, in its local and regional aspect.

We made use of the regional approach, as option to interpret and to explain the geneses of the territorial inequalities in the production and distribution of the some Social Formations, making use of other Marxist categories of analysis, such as; Economic cycles/dualities, worked in Brazil mainly for Rangel. These cycles are the calls long cycles or of Kondratieff to Brazilian the average cycles or Juglarianos and of basic dualities of the Brazilian economy (developed for Ignacio Rangel from the decade of 1930). In addition, we made the use of the Geographic Combinations of Cholley, whose use is little usual between the economic geographies. Rare the Social Formations, the interregional functioning in the way of capitalist production, as world-wide system articulated and the combinations and disparities in the appropriation of the wealth are treated as a territorial question, but they are enrolled in the space, since the origins of the mercantile production and constantly transformed by the proper development of the capitalism.

**Key word:** Partner-space formation; economic geography; Paraná; social formation and development.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Lista de Mapas

FIGURA 1 Mapa Regionalização do Paraná, gestão Lerner (1995-2002) ...p.	42
FIGURA 2 Mapa O Paraná Espanhol em 1640 .....	p. 67
FIGURA 3 Mapa Ocupação do Paraná e as Frentes Pioneiras .....	p. 75
FIGURA 4 Mapa Frentes Pioneiras do Norte do Paraná .....	p. 88
FIGURA 5 Mapa Território do Iguaçu .....	p. 98
FIGURA 6 Mapa recorte da região Oeste do Paraná .....	p. 106
FIGURA 9 Mapa Região Metropolitana de Curitiba .....	p. 120
FIGURA 10 Mapa da RMC Empresas 1990-2000 .....	p. 123
FIGURA 12 Mapa da RMC. COMEC, 2007 .....	p. 126
FIGURA 14 Mapa Participação no VAF 1975-2000 .....	p. 136
FIGURA 16 Mapa Concentração Empresas do Sul na RMC 2000/05 .....	p. 138
FIGURA 18 mapa dos eixos econômicos do Paraná, espacialização .....	p. 165
FIGURA 19 Mapa das 300 maiores empresas do Paraná segundo a sua participação no faturamento do Paraná em 2002 .....	p. 172
FIGURA 20 Mapa Distribuição dos Institutos de Pesquisa no Paraná .....	p. 181

### Lista de Gráficos

FIGURA 7 Gráfico da evolução do número de passageiros de turismo .....	p. 115
FIGURA 8 Gráfico do número de visitantes em Foz do Iguaçu de 1994/98 .....	p. 115
FIGURA 11 Gráfico no VAF total do Paraná - RMC - 1975/2000 .....	p. 125
FIGURA 13 Gráfico da concentração das 300 maiores empresas do Sul do Brasil na RMC 2002/05 .....	p. 134
FIGURA 15 Gráfico da Concentração das 300 Maiores Empresas do PR na RMC 2002/05 .....	p. 137
FIGURA 17 Ciclos de Kondratieff, Dualidade e Ciclos Médios de Rangel .....	p. 157

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Dados Gerais das Atividades Industriais Paraná 1939/1980..	p.	48
TABELA 2 – Evolução das Pessoas Ocupadas no Estado do Paraná.....	p.	50
TABELA 3 – Saldo do Emprego Formal do Paraná -1995-2000 .....	p.	50
TABELA 4 – Importações por Categoria de uso (1944-1950) .....	p.	82
TABELA 5 – Participação Brasileira Produção Mundial de Café 1900/99....	p.	83
TABELA 6 – Produção Brasileira de Café 1920/68 .....	p.	84
TABELA 7 – Produção e Produtividade do Café no Paraná - 1980-2006....	p.	86
TABELA 8 – Royalties Per Capita no Ano de 2000 .....	p.	110
TABELA 9 – Investimentos no Paraná 1995-2000 .....	p.	119
TABELA 10 – Intenções de Investimento Municípios da RMC 1995-2000..	p.	121
TABELA 11 – Participação no VAF Total do Paraná - RMC - 1975-2000.....	p.	127
TABELA 12 – Paraná Maiores Municípios em População 2000/07.....	p.	130
TABELA 13 – Concentração de Renda .....	p.	131
TABELA 14 – Evolução Pessoas Ocupadas no Paraná – 1995/2001 .....	p.	132
TABELA 15 – População em Idade Ativa, Ocupada e Desocupada .....	p.	133
TABELA 16 - Saldo do Emprego Formal no Paraná -1995-2000 .....	p.	134
TABELA 17 – Participação no VAF Setorial do Paraná - RMC - 1989/2000	p.	137
TABELA 18 – Número de Comerciantes Livres Em 1872 .....	p.	139
TABELA 19 – Brasil: Concentração Industrial e Produtividade .....	p.	141
TABELA 20 – Indústria Paranaense 1939/58 Valor Agregado .....	p.	142
TABELA 21 – Participação Setores Econômicos no PIB do PR 1939/2005	p.	143
TABELA 22 – Indústria e Comércio dos Imigrantes em Curitiba .....	p.	144
TABELA 23 – Concentração Industrial .....	p.	146
TABELA 24 – Crescimento Médio PIB do Paraná 1939/2006 .....	p.	158
TABELA 25 – População do Paraná - 1721/2007 .....	p.	159
TABELA 26 – População Economicamente Ativa, Desocupada, por Sexo .	p.	160
TABELA 27 – População de Curitiba, RMC, Paraná e Brasil – 1970/2005..	p.	160
TABELA 28 – Produto Interno Bruto – Valor Total em Dólar 1970-94 .....	p.	162
TABELA 29 – Produto Interno Bruto – Valor Total em Dólar 1995-06 .....	p.	163
TABELA 30 – Produção Física da Indústria de Transformação do Paraná..	p.	166
TABELA 31 – Dados Gerais Setor Industrial no Paraná – 1939-1980.....	p.	167
TABELA 32 – Taxa Média de Crescimento Industrial 1939/80 .....	p.	168
TABELA 33 – Dados Gerais das Atividades Industriais 1990-2004.....	p.	168
TABELA 34 – Distribuição Relativa do PIB - 1949/2004 .....	p.	169
TABELA 35 – Posição 100 Maiores Empresas do Paraná em 2005 .....	p.	170
TABELA 36 – Composição do Capital 100 Maiores Empresas do PR 2005	p.	171
TABELA 37 – Capital e Atividades 100 Maiores Empresas do PR 2005 ....	p.	171

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Empresas Paranaenses Privatizadas ou Vendidas .....	p.	49
QUADRO 2 - Café no Brasil: área em produção .....	p.	85
QUADRO 3 - População dos municípios do eixo Cascavel-Foz do Iguaçu.	p.	108
QUADRO 4 - Potencial de Consumo em 2003 .....	p.	130
QUADRO 5 - Índices de desenvolvimento do Paraná 2002 .....	p.	161
QUADRO 6 - Distribuição do VA da indústria do Paraná - 1985/2000 .....	p.	167

## LISTA DE ABRIVIATURAS E SIGLAS

### PARANÁ

ADETEC – Associação de Desenvolvimento Tecnológico de Londrina

BADEP – Banco de Desenvolvimento do Paraná

BANESTADO – Banco do Estado do Paraná

BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

CANGO – Colônia Agrícola Nacional General Osório

CIC – Cidade Industrial de Curitiba

CITLA – Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.

CITS – Centro Internacional de Tecnologia de Softwares

CITPAR – Centro de Integração de Tecnologia do Paraná

CCT – Conselho Paraná de Ciência e Tecnologia

CODEL – Companhia de Desenvolvimento de Londrina

CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Paraná

COPEL – Companhia Paranaense de Energia

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná

IEL-PR – Instituto Evaldo Lodi do Paraná

INFOMAR – Incubadora Tecnológica de Maringá

INTEC – Incubadora Tecnológica de Curitiba

INTUEL – Incubadora Internacional de Empresas de Base Tecnológica

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

PLADEP – Comissão da Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná

PDCT – Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

OBRAGES – Sedes Administrativas das Companhias Extrativistas

OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná

SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente

SETI – Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior  
UPVF's – Unidades de Produção e Vida Familiares  
TECPAR – Instituto de Tecnologia do Paraná  
UFTPR – Universidade Federal Tecnológica do Paraná  
REPARTE – Rede Paranaense de Incubadoras e Parques Tecnológicos

## **BRASIL**

ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
BNDES – Bando Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
BNH – Banco Nacional da Habitação  
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe  
CEXIM – Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil  
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional  
DF – Distrito Federal  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias  
EUA - Estados Unidos da América  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FSM – Fórum Social Mundial.  
IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas  
ISEB – (Instituto Superior de Estudos Brasileiros)  
MDB – Partido Democrático Brasileiro  
PAC Programa de Aceleração do Crescimento  
PDT- Partido Democrático Trabalhista  
PIB – Produto Interno Bruto  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PNB - Produto Nacional Bruto  
PT – Partido dos Trabalhadores  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
URV – Unidade de Referência de Valores  
VTI – Valor da Transformação Industrial

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	p. 15
Referenciais Teóricos e Metodológicos.....	p. 17
Revisão Bibliográfica .....	p. 19
<b>1. AS TEORIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>	
1.1 Interpretações Sobre o Desenvolvimento Econômico .....	p. 24
1.2 Interpretações Sobre o Desenvolvimento Brasileiro .....	p. 28
1.3 Interpretações Sobre o Desenvolvimento do Paraná .....	p. 34
1.4 Historicidade da Reestruturação Produtiva .....	p. 51
<b>2. AS FORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS PARANAENSES</b>	
2.1 A Gênese do Paraná (séculos XVI-XVIII) .....	p. 66
2.2 A Formação dos Caminhos e dos Descaminhos das Tropas .....	p. 71
2.3 A Formação da Erva Mate e do Café .....	p. 79
2.4 A Formação do Oeste e do Sudoeste Paranaense .....	p. 95
<b>3. AS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO INTERIOR DAS FORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS</b>	
3.1 A Concentração dos Investimentos na RMC .....	p. 118
3.2 As Metamorfoses Econômicas do Paraná .....	p. 139
3.3 A Modernização e Dinamização Econômica no Paraná .....	p. 147
<b>4. POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO</b>	
4.1 O Papel dos Institutos de Planejamento .....	p. 174
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	p. 184
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	p. 187

## INTRODUÇÃO

Com a conclusão desta pesquisa, objetivamos diagnosticar e decifrar a Evolução Sócio-espacial do Paraná, nas suas mais diversas determinações, no sentido de contribuir para elucidação de sua Formação Social. É preciso levar em conta que existe ainda nos dias de hoje uma grande difusão de interpretações, dissimuladas e amplas, recheadas de muitas contradições, não só a respeito das Formações Sociais do estado do Paraná mas também sobre as razões do desenvolvimento da economia paranaense.

Iniciamos com um balanço crítico das análises interpretativas sobre o desenvolvimento econômico paranaenses. Num primeiro momento serão levantadas algumas sugestões de um debate teórico e diretrizes analíticas e investigativas – pesquisas de campo – voltadas à problematização do desenvolvimento regional paranaense, discutindo sua base conceitual e metodológica. O desenvolvimento, como processo multifacetado de intensa transformação estrutural – resultado de múltiplas e complexas determinações, interações e combinações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade –, deve necessariamente promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos, buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. A dimensão da formação sócio-espacial proposta por Milton Santos e trabalhada por Armen Mamigonian, em seu aspecto local e regional, estará incorporada nos estudos e análises realizadas.

Essa dissertação consubstancia os resultados finais da primeira etapa dos estudos, que desembocará numa segunda fase da pesquisa em tese de doutoramento. Ela objetiva apresentar nossa trajetória dentro da linha de pesquisa, bem como mostrar nosso percurso dentro do referencial teórico metodológico na busca de uma análise, que possibilite uma interpretação do objeto da pesquisa, levantando dúvidas, problemas, questões que instaurem um processo investigativo sobre as relações da dimensão espacial/regional, síntese das múltiplas determinações.

Como ponto de partida do trabalho, resgatamos o conjunto de estudos formulados pelos mais variados institutos de pesquisa, setorial-regionais, federais (IBGE, BNDES, FGV, IPEA), estadual (CODEPAR, BANEP, BRDE e IPARDES), ou outros – que interpretam, retratam e analisam a realidade paranaense. Fizemos uso da literatura disponível, tanto técnico-científica, dos viajantes, cronistas, como das leituras regionais e de teses sobre o tema.

A quantidade de estudos e regionalizações existentes, mesmo dentro do aparelho de Estado, mostra a complexidade em estabelecer recortes espaciais que expressem as realidades regionais. Mais ainda, sendo o motor da investigação o processo de desenvolvimento, portanto de mudança econômica e social, as regiões devem ser consideradas como em permanente construção, alterando constantemente a estrutura interna e redefinindo continuamente os limites regionais, dadas as articulações intra-regionais e com a economia estadual, nacional e internacional.

Para captar a situação atual, que se exprime numa diversidade de situações com relativa homogeneidade manifestada no território paranaense, mas, principalmente, visando ter elementos para compreender a dinâmica econômica e, portanto, apontar tendências possíveis, o fio condutor da pesquisa foi à formação social, divisão social do trabalho, em sua dimensão espacial, o que foi complementado por um conjunto de indicadores sociais da população, indicadores econômicos e os dados dos resultados empíricos da economia paranaense numa interpretação marxista. As informações foram trabalhadas tendo como base as divisões macrorregionais, microrregionais e municipais. Apenas na ausência dessas informações, é que fizemos uso de outra escala ou unidade de referência.

Nesse sentido qualificaremos os espaços, numa regionalização territorial relevante em termos das determinações (natural, política, cultural, econômica e, também, aqueles de precariedade social). Além disso, várias informações serão analisadas: questões ambientais, mercado de trabalho, intensidade das trocas com outros estados e com o exterior, presença de grandes empresas, rede de cidades, instituições presentes, etc.



## REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS:

### Objeto da pesquisa:

Esta pesquisa tem como objeto de análise a interpretação da evolução sócio-espacial do estado do Paraná, através do impacto das políticas públicas na organização e reconfiguração do território paranaense.

### Objetivo geral:

- Interpretar e entender como o impacto das políticas públicas tem se comportado na organização, reconfiguração e desenvolvimento do território paranaense.

### Objetivos específicos:

- Analisar os impactos das políticas públicas nas várias regiões paranaenses.
- Medir a concentração econômica na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), dentro da lógica neoliberal de interferência global, e mostrar essa subordinação e integração a esse modelo.
- Avaliar as transformações que ocorreram nas macrorregiões, a expropriação na renda e do patrimônio público em benefício da instalação de empresas transnacionais.

Milton Santos, ao analisar a questão, comenta (1995, p. 15-20) que o território, incluso nele os recursos, necessita de estudos aprofundados frente aos recentes processos de redefinições por que passa o espaço mundial, brasileiro [e o paranaense]. Ao avançar na direção de um mundo “sem fronteiras” ou com fronteiras mais permeáveis, [as comunicações globais, aliadas às novas tecnologias, deixam as fronteiras mais flexíveis, tornando o sujeito mais um cidadão global do que local] surge então uma nova territorialização. Esse processo acontece num

momento de desmonte das máquinas estatais, desregulamentação e diminuição do campo econômico de ação do Estado.

Na visão de Mamigonian;

*A economia mundial é uma realidade indiscutível, pelo menos desde o século XVI, mas ela não significa um mercado mundial sem fronteiras, como pretendem nos últimos anos os apologistas da "globalização", honestamente equivocados como (O. Ianni entre nós, Kurz na Alemanha, entre outros), ou como pretendem os ideólogos do imperialismo, espalhados pelas universidades do mundo ocidental. O comércio não é global, e sim internacional, isto é, entre nações, mas à medida que os países de dimensões geográficas de pequeno porte (França, Alemanha, Itália, etc.) não são mais bases territoriais suficientes para a acumulação capitalista, a economia mundial está gestando blocos continentais (União Européia, Nafta, Bloco Asiático projetado), cada um com moedas distintas e defendendo seus próprios interesses comerciais e financeiros. Isto quer dizer que o comércio internacional no interior dos blocos é facilitado, enquanto o comércio entre blocos é desestimulado, longe, portanto de um mercado mundial sem fronteiras. (...) Os países da periferia estão submetidos hoje em dia a um neocolonialismo ainda mais brutal pelo uso permanente do terrorismo financeiro, já que as metrópoles monopolizam o capital financeiro mundial, resultante em cada país central da fusão dos bancos com as indústrias, como Lênin já havia percebido nos inícios do século XX (O imperialismo, etapa suprema do capitalismo). [ 2004: p.128-30]*

Em um momento especial como esse, tomar distância dos fatos e refletir sobre o contexto mais amplo em que eles se inscrevem, é muito mais do que simplesmente oportuno, é uma necessidade.

## REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

*(...) a tese da dualidade de Rangel tem uma aceitação inversamente proporcional a sua importância. (...) vai ser justamente na teoria da dualidade que vai residir o caráter interdisciplinar que essencialmente a obra de Rangel coloca. Não é por outra razão que **geógrafos, sociólogos, historiadores e economistas** se interessam pela obra de Rangel. Ela tem um forte apelo à interdisciplinaridade. Na realidade a obra do Rangel é um dos marcos da Economia Política, entendida como a tentativa de explicação de como as diferentes classes sociais se relacionam ao longo do processo econômico. A teoria da dualidade é exatamente a teoria que junta o processo econômico com as classes sociais. Ela é fundamentalmente o coração, o núcleo do que nós poderíamos chamar de uma economia política Rangeliana.* [MONTEIRO DE CASTRO, 1998: p. 103.]

Enquanto base teórico-conceitual partiu-se do princípio de que os estudos a serem desenvolvidos para comprovação ou não das hipóteses levantadas terão o caráter teórico e prático. Significa dizer que não se concebe a descrição desvinculada da explicação da realidade, ou seja, "o que existe" e o "por que existe" estão interligados.

Alguns esclarecimentos se fazem necessários acerca dessa proposta de trabalho. O enfoque a partir da questão regional, como opção para interpretar e explicar as gêneses das desigualdades territoriais na produção e distribuição das várias *Formações Sociais*, fazendo uso das categorias de análise marxistas, tais como às categorias de *Formação sócio-espacial*, de Santos e Mamigonian, *Ciclos econômicos/dualidade*, trabalhados no Brasil principalmente por Rangel. Esses ciclos são os chamados ciclos longos ou de Kondratieff a os ciclos médios ou Juglarianos brasileiros e de dualidade básica da economia brasileira (desenvolvida por Ignácio Rangel a partir da década de 1930). Também iremos fazer uso das *Combinações Geográficas* de Cholley, cujo uso é pouco usual entre os geógrafos econômicos. Raramente as *Formações Sociais*, o funcionamento do modo de produção capitalista, como sistema mundial articulado e as combinações e disparidades inter-regionais na apropriação da riqueza são tratadas como uma questão territorial, mas estão inscritas no espaço, desde as origens da produção mercantil e constantemente transformada pelo próprio desenvolvimento do capitalismo.

A escolha desse referencial teórico me auxiliou em minhas hipóteses, e ajudou na elucidação do objeto, bem como facilitou a compreensão e interpretação das questões levantadas. O objetivo de fazer uma interpretação da *Evolução Sócio-espacial* do Paraná, nas suas mais diversas determinações, foi no sentido de decifrar e elucidar sua Formação Social. Considerando que existe ainda nos dias de hoje uma grande difusão de interpretações, dissimuladas e amplas, recheadas de muitas contradições, não só a respeito das *Formações Sociais* do estado do Paraná, bem como sobre as *Formações Econômicas*, e as razões do desenvolvimento da economia paranaense. Em nosso levantamento, preliminar ainda, diagnosticamos distorções e contradições acerca da gênese da ocupação territorial paranaense, bem como um mascaramento e dissimulação de alguns períodos do desenvolvimento econômico paranaense.

Fizemos levantamentos de campo, e uma arqueologia nos documentos, onde cruzaremos os dados com estudos empíricos, tendo como referência uma regionalização macro de alguns municípios de porte médio, localizados no Estado do Paraná, num esforço acadêmico e técnico para garantir a lisura da pesquisa e confrontar alguns modelos interpretativos do desenvolvimento econômico paranaense ao longo de sua história. O fim do século XX e o início do século XXI servirão como espaço de tempo privilegiado para o estudo proposto. Como uma conclusão dessa pesquisa, dividimos o estado do Paraná em duas frentes, o interior e a Região Metropolitana de Curitiba, devido à sua particularidade e à sua importância econômica para o Paraná.

A grande contribuição de Cholley é a análise do espaço geográfico em determinada escala de tempo, utilizando-se das combinações que se articulam para explorar o meio. As combinações geográficas oferecem localização especial (CHOLLEY, 1964) sendo aquelas que apresentam caráter dinâmico e contribuem para criar no meio onde se articulam um meio particular, e, ao se articularem, criam também um caráter de estabilidade, de duração ou renovação periódica. Fizemos uso desse método na análise e síntese dos estudos na RMC.

As combinações podem ser divididas em três grandes categorias: as de ordem física, as de ordem biológica e as de ordem humana, mas as mais

interessantes são aquelas resultantes das combinações das três, e cabe ao geógrafo identificar qual é o peso das mesmas em determinada escala de tempo, naquele determinado espaço. Cholley lembra que o peso dos elementos que compõem uma combinação somente pode ser estudado naquela combinação, ou seja, não há possibilidade de analisar seu valor e importância fora dela, visto que um elemento pode assumir importâncias diferentes em combinações diferentes.

As contribuições de Rangel trouxeram para a geografia as combinações tecidas no tempo, pois, ao analisar a formação social brasileira, tinha por base as combinações dos modos de produção, os quais se alteram em ondas cíclicas, cada uma delas desembocando em uma crise financeira, mas isso não quer dizer que a história se reproduza monotonamente (RANGEL, 1979). Vamos usar os referenciais mundiais e nacionais dos ciclos, para analisar e interpretar seus impactos na economia paranaense.

As formulações sobre o sistema capitalista, segundo (KONDRATIEFF, 1922), apresentam ciclos de crescimento e depressão, de duração média de 50 anos, determinados pela obsolescência tecnológica. Não cabe, agora, análise e interpretação desses ciclos, mas não se pode desprezar a importância deles na identificação dos momentos em que as grandes inovações tecnológicas são implementadas na economia mundial. Essa dinâmica, segundo (SCHUMPETER, 1984), é decorrente da destruição criativa, na qual as velhas estruturas são substituídas pelas novas. Essa dinâmica conduz a economia a níveis mais elevados e presumivelmente ao bem-estar. Faremos uso dessas categorias e seus impactos mundiais sobre a produção, para avaliar o impacto dessas crises e suas ondas de crescimento e desenvolvimento.

Analisando com as ferramentas analíticas de (CHOLLEY, 1964), as velhas combinações são substituídas pelas novas, conduzindo o sistema a novos rearranjos econômicos, até que surjam combinações mais dinâmicas e dominem no tempo e no espaço, visto que não há hipótese de que as combinações sejam eternas. Dessas afirmações de Cholley, podemos compreender a dinâmica cíclica das combinações. Além do mais, fica bem clara, em suas teorias, a alternância da importância dos fatores que compõem uma determinada combinação.

Essa dinâmica, segundo Rangel (1981), é decorrência da introdução da inovação tecnológica, que deve se cristalizar em capital fixo, inclusive humano, e não raro a tecnologia atrasada deverá ser sucateada para a introdução da nova. Conseqüentemente, a novíssima tecnologia, no momento de ser implantada, sofrerá, da mesma forma, resistência ante a sua implantação. Poderíamos recorrer às teorias de Cholley (op.cit:), que afirma que não tem sentido tentar manter combinações que não mais se reproduzem. Da mesma maneira, pode-se reportar a Schumpeter (1984: p. 121): “não tem sentido tentar manter indefinidamente indústrias obsoletas”.

Mas também podemos nos beneficiar dos estudos de Trotski (1985) sobre a Rússia em *História da Revolução Russa*. Ao estudar a História da evolução do desenvolvimento da Rússia, concluiu que se pode tirar vantagem do atraso tecnológico. Formulou, ao analisar a História da Rússia: *um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países mais adiantados, (...) mas denunciou baseado na história da transição do feudalismo para o capitalismo, com sua acumulação primitiva, (...) se exclui a possibilidade de uma repetição das formas e conteúdos de desenvolvimento das nações*, ou seja, pelo mesmo caminho fica quase impossível um desenvolvimento sustentável, rumo ao sucesso do capitalismo. Um país atrasado não pode se conformar com a ordem de sucessão, isto é, não pode eternamente ficar esperando o momento favorável para o desenvolvimento, terá que criar suas condições internas para o desenvolvimento: *o privilegio de uma situação historicamente atrasada – essa condição existe – autoriza um povo ou, mais exatamente, o força a assimilar toda a tecnologia realizada, antes do prazo previsto, queimando uma série de etapas intermediárias*. Os povos devem renunciar suas condições de atraso (carroça, carros de boi) e ir imediatamente ao trem bala, sem a necessidade de percorrer as distâncias que a humanidade percorreu para desenvolver essa nova tecnologia. O que queremos dizer com essa citação é que, num momento de crise mundial, na fase descendente do ciclo, nem sempre uma inovação tecnológica é a solução para sair da crise. O uso da inteligência e o aprendizado histórico pode ser uma determinação para o enfrentamento e solução de uma crise. Como nos ensinou Rangel, se não existe capital novo, e nem a possibilidade de seu empréstimo, para superar a crise e dar a volta por cima, poderíamos abrir mão de PPPs.

A reação interna, como consequência da crise do capitalismo dos anos setenta do século XX e a falta de recursos para reinvestimentos em setores estrangulados e a crise do Estado Keinesiano, leva a economia interna a novas combinações.

# 1. AS TEORIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

## 1.1 INTERPRETAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

*Os modos de produção escrevem a história no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço.*

Milton Santos, 1977.

### **Introdução**

O lugar é o meio das unidades complexas, ou seja, o território usado apresenta um padrão de ordem, que se manifesta pelas formas, funções, estruturas e processos, da qual fazem parte as várias subunidades, que se constroem e se relacionam criando campos de interação. Nesse macroorganismo vivo, portanto, a noção importante a ser construída para se compreender os sistemas de objetos e sistemas de ações, vistos como totalidades multidimensionais, conforme formulou André Cholley e Milton Santos, em 1948 e 1977, é a de “combinações geográficas e Formação Sócio-espacial”.

As sínteses das múltiplas determinações e combinações constituem a manifestação do conjunto das totalidades dos vários elementos convergentes da realidade, em uma porção precisa de um território dado, isto é, numa superfície terrestre específica, passível de ser identificada como unidade. Expressam-se por fenômenos de convergência em campos interativos distintos, manifestando-se como ordem de complexidade, nas múltiplas dimensões e escalas de organização dos lugares no mundo.

Na compreensão de Santos, a Formação Econômica e Social era a categoria de análise que buscava explicar o desenvolvimento dos tipos de sociedade, nas suas mais variadas escalas, com métodos dialéticos e tendo como resultado um estudo mais totalizador. Essa categoria agrupava multiplicidade de determinações analíticas em combinações capazes de aproximar o teórico e o empírico. Entretanto Santos verificou a ausência da categoria de espaço nas análises geográficas e elaborou uma interpretação original na forma de utilizar essa categoria. Surgiu a idéia da triálética, ou seja, Formação Econômica, Social e também Espacial.



Nas Interpretações de Santos, ele diagnosticou que as relações que tratam da Formação Social acontecem em um determinado espaço geográfico, assim, "a noção de formação social está indissociavelmente ligada à evolução de uma dada sociedade em sua totalidade histórico-concreta, e não pode ser tratada sem que se leve em conta a noção de espaço geográfico; afinal, este aparece tanto como um produto quanto como uma condição de (re)produção das sociedades." (SILVA, 1997: p. 13).

Como citamos, a Formação Sócio-espacial ainda permite re-introduzir na Geografia uma abordagem histórica, ***síntese de múltiplas determinações*** (MARX), dando uma visão totalizadora e multidisciplinar, como insiste em denunciar Mamigonian, "manifestada, sobretudo, nos clássicos da Geografia" e que vem se perdendo com as fragmentações e especializações dos estudos geográficos.

As variáveis integrantes dessa complexidade podem ser mais bem compreendidas nas modalidades impostas por sua ação combinada.

Portanto, assim como o relevo emerge das inter-relações convergentes de variáveis geológicas, hidrológicas e climáticas, mas também sofre interferências de fatores biológicos e sociais, da mesma forma, para se interpretar o fenômeno econômico, não se pode abordá-lo como simples abstração, sob pena de transformá-lo em falsa individualidade, por estar fora de uma combinação localizada. O fenômeno econômico, como os outros (sociais, biológicos e físicos), é sempre expressão da coerência estabelecida nessa combinação de variáveis sociais, políticas, biológicas ou físicas.

O local de manifestação das variáveis convergentes apresenta existência objetiva, portanto, é constituído de estrutura e corporalidade. Retrata a ordem da maneira como tais variáveis se ligam e se relacionam.

Sendo assim, o local é o construto formal das interações que incidem naquele plano de contato e constitui sua unidade estrutural, ou seja, a forma física da combinação, podendo ser delimitado, mapeado e observado. Os limites de um local

não só mantêm a coerência da integração, como funcionam como interface de trocas de energia entre o "espaço interno" e o ambiente externo da unidade.

Mas a combinação também contribui para dar origem, no local de sua manifestação, a um "meio" particular, ou "ambiente", expresso pelo campo das interações estabelecidas no plano de contato e deste com seu ambiente externo. O meio é o conteúdo da forma, interage com ela e, por se tratar de rede de interações em movimento, responde pelo dinamismo da unidade. Assim, o meio é o conteúdo (a energia) e o local a forma (a matéria) de cada unidade da superfície terrestre.

O meio exprime o conjunto das condições oferecidas pelo local e serve de quadro de manifestação da vida ali existente. Como combinação em movimento, o meio manifesta tanto capacidade de se transformar internamente, como de alterar o ambiente no qual se insere, pois mantém relações dialéticas constantes com a sua forma e conexões com o ambiente no qual se insere.

Portanto, o que se combinam não são os elementos, mas suas ações. As forças das variáveis dependem da potencialidade de suas ações no processo interativo.

Entretanto, a complexidade da combinação pode-se ampliar ainda mais, no ambiente humanizado pela atividade industrial. Nesse tipo de combinação, a ação humana é preponderante, embora conte com o suporte de elementos tomados do meio natural (matérias-primas). Entretanto, diferente da combinação agrícola, em que os elementos naturais apresentam um forte peso, na combinação industrial, os elementos de natureza humana (organização do trabalho, técnica, mão-de-obra) são considerados mais essenciais. Por outro lado, a atividade industrial não se esgota em um único local, mas pode envolver diversas localidades, exigindo as ligações necessárias entre elas (divisão territorial do trabalho industrial). Essas ligações vão depender das virtualidades que cada local apresenta nessa combinação. Alguns locais podem oferecer meios favoráveis à obtenção de matérias-primas, outros de mão-de-obra barata ou técnica, outros aglomeração de consumidores. Essas virtualidades podem atrair políticas de implantação de infra-estrutura de acesso e organização dos estoques e mercados.

As chamadas combinações mistas, ou seja, aquelas, ao mesmo tempo agrícolas e industriais, envolvendo redes de atividades de trocas e comunicações, com suporte em uma rede de cidades e metrópoles, são muito mais complexas ainda. Nesse caso, as dimensões políticas, culturais e econômicas exercem uma influência nada desprezível sobre esse tipo de sistema, na medida em que podem oferecer condições para corrigir as possibilidades ofertadas pela natureza.

Assim como afirmou Santos (1978), “a paisagem não tem nada de fixo, de imóvel” e, conforme Cholley (op.cit:), “as combinações geográficas, de certo modo podem corrigir as possibilidades ofertadas pela natureza”.

A situação do endividamento brasileiro atingido até 1984, que conforme Rangel (1992) foi para financiar a substituição das importações, e os limites de consumo encontrados no mercado internos para os produtos industrializados nas áreas agrícolas brasileiras, agravaram a crise interna do país, potencializada pela depressão do sistema capitalista como um todo. Caracterizou-se, no Brasil, a chamada década perdida, especialmente entre 1981-84, quando a fase depressiva do ciclo longo coincidiu com aquela do ciclo médio interno (de Juglar). Nesse período, deu-se o fim do governo militar e o início da Nova República. (LE BOULEGAT, 2000)

Assim, novas combinações se organizam para explorar o meio podendo dar novo dinamismo e impulso ao Estado e mais uma vez alterar a geografia das combinações levando à confirmação das assertivas de Cholley (op.cit:), nas quais afirma que não tem sentido perpetuar combinações que não mais se reproduzem.

## 1.2. INTERPRETAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

### O ISEB

Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi um grupo de intelectuais de várias origens e especialidades que, nos anos 50, desenvolveram uma interpretação original e poderosa do desenvolvimento brasileiro fundada nos conceitos de revolução capitalista e principalmente de revolução nacional.

O ISEB foi fundamentalmente uma escola de intelectuais que se reuniu sob a liderança de Hélio Jaguaribe para pensar o Brasil. Em 1955, no governo Café Filho, o ISEB passa a fazer parte do aparelho do Estado brasileiro. Seus membros haviam apoiado Getúlio Vargas, se oposto ao golpe que o derrubou, e defenderam a eleição de Juscelino Kubitschek, do qual esperavam a continuidade da política nacional e industrializante de Vargas.

Este fato provavelmente explica a contradição. Que se transformou no principal centro de pensamento nacionalista e desenvolvimentista brasileiro. Não obstante, o grupo não logrou fazer parte ativa do governo Kubitschek. Tratava-se de um grupo de intelectuais que, embora inseridos no aparelho do Estado, e preocupados com a formulação de projetos de desenvolvimento, não tinham habilidades tecnocráticas nem políticas especiais.

Os principais intelectuais do ISEB foram os filósofos Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Michel Debrun, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, os economistas Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima, o historiador Nelson Werneck Sodré, e os cientistas políticos Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes de Almeida. Adotavam o método histórico de conhecimento, partilhavam uma perspectiva de esquerda, e eram, sem exceção, nacionalistas, fundamentalmente preocupados com a industrialização e a Revolução Nacional Brasileira.

O ISEB foi vítima da radicalização política, que abalaria o país nos anos 50 e nos seguintes. Com a publicação de Hélio Jaguaribe, *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira* (1958), Nele, Jaguaribe reconhece que os investimentos estrangeiros

estavam se dirigindo para a indústria. Ao fazer essa afirmação de fato ele contrariava uma tese comum à esquerda e aos nacionalistas brasileiros e latino-americanos, representados pelo próprio ISEB, pela CEPAL no Chile, e pelo Partido Comunista então na ilegalidade no Brasil, segundo a qual o ‘capital estrangeiro’, associado ao setor primário-exportador, seria o principal obstáculo político à industrialização brasileira.

Desencadeia-se uma profunda crise na instituição, que acaba resultando na saída de Jaguaribe do ISEB.

Ao reconhecer um papel positivo para os investimentos diretos estrangeiros, ele estava antecipando uma tese da ‘teoria da nova dependência’, que seria formulada em São Paulo e no Chile nos anos 60, depois do golpe de 1964 e da retomada do desenvolvimento em 1967, e se tornaria dominante na América Latina nos anos 70. Seus companheiros, entretanto, não quiseram reconhecer o fato histórico novo, que exigia uma nova formulação teórica.

Com a crise interna do ISEB, o próprio pacto nacional-desenvolvimentista, que seus membros haviam identificado e defendido, entrava também em crise.

### **1.2.1. INTERPRETAÇÃO DE MAMIGONIAN, 2000:**

A *teoria da Cepal* (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), que popularizou a expressão “industrialização por substituição de importação”, dominou o ambiente cultural de 1955 a 1964, e foi fortemente hegemônica nas esquerdas brasileiras, e mesmo latino-americanas, dos fins da década de 50 até meados de 60 do século XX. Elas surgiram fortemente ligadas aos processos de industrialização e aos problemas decorrentes, pois desde fins do século XIX grandes indústrias foram se instalando em todas as cidades portuárias brasileiras, desde Belém do Pará e São Luís do Maranhão até o porto do Rio Grande, criando uma nova realidade no interior da economia agroexportadora, sendo que o mesmo acontecia em quase toda a América Latina, como na Argentina, no México, na Colômbia, etc.

No Brasil, Roberto Simonsen destacou a conjuntura da Primeira Guerra Mundial e da crise de 1929 como favorável à industrialização, em vista da incapacidade de importação do Brasil, inaugurando entre nós a visão de uma industrialização que se impulsionava nos momentos de crise das relações centro/periferia, substituindo importações tornadas problemáticas pela queda das nossas exportações<sup>1</sup>. Simonsen foi também o primeiro a chamar a atenção para a necessidade do planejamento governamental como instrumento de aceleração da industrialização, combatendo as concepções antiintervencionistas de E. Gudin, para quem as vantagens comparativas internacionais ligadas às exportações agrícolas eram as que mais interessavam ao Brasil.

A **teoria da dependência**, que teve grande aceitação no período seguinte ao golpe militar, enfatizou a subordinação da industrialização aos interesses do centro do sistema capitalista. (...) Se as colocações de Celso Furtado e da Cepal conseguiram aliados, sobretudo nas idéias do PCB sobre a industrialização brasileira, criaram também adversários.

A ausência de referência à origem dos empresários nas análises de Roberto Simonsen e Celso Furtado na verdade estava vinculada à necessidade de não ofender a poderosa oligarquia agrária, que divulgava a idéia de seu próprio papel diretor na implantação da atividade industrial. (...)

As divergências no interior do bloco Cepal-PCB acabaram aflorando, dando origem à teoria da dependência, hegemônica nas esquerdas durante a segunda metade dos anos 60 e primeira dos anos 70. Logo após o golpe, Celso Furtado via o Brasil como um “país sem futuro” e estagnado, pela paralisação dos investimentos industriais, pela pecuarização do campo etc.<sup>2</sup>. Os dependentistas reinterpretavam a história e analisavam a conjuntura econômico-política de uma nova maneira. Assim, os arcaísmos feudais apontados pela Cepal nada mais eram do que manifestações do subdesenvolvimento capitalista, pois o Brasil, como toda a América Latina, era visto como fruto da expansão capitalista da Europa, tendo sido capitalista desde seu

---

<sup>1</sup> Simonsen, R. *Evolução Industrial do Brasil*. p. 49.

<sup>2</sup> Furtado, C. (1979) “Brasil: da república ao estado militar”. In: *Brasil tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed.: o texto original foi publicado na França em 1967.

início<sup>3</sup>. Em 1966-67, para Celso Furtado, o Brasil não tinha futuro, enquanto para os dependentistas não tinha passado.

Os dependentistas reconheciam que havia ocorrido na década de 50 um grande avanço na industrialização brasileira, diferenciando-se da análise Cepal-PCB, mas que isto se devia à maior dependência e atrelamento à economia mundial capitalista, sobretudo pela presença maciça das multinacionais no setor industrial.

A **teoria dos ciclos econômicos**, com grande aceitação recente, reconhece o enorme dinamismo do processo de acumulação capitalista brasileiro. (...) “Assim como a teoria da Cepal entrou em crise com o golpe militar de 1964, que desvendou as fraquezas desse modelo interpretativo, a teoria da dependência começou a entrar em crise em meados de década de 70, quando a contestação armada ao regime militar foi minguando e o ‘milagre’ econômico comprovou a força do dinamismo industrial brasileiro e o governo Geisel pôs a economia em marcha forçada para a nova substituição de importações, dos insumos básicos e dos bens de equipamentos pesados<sup>4</sup>.”

Nestas circunstâncias foram sendo retomadas as idéias de I. Rangel, lançadas na década de 50, que constituíram a primeira visão teórica crítica ao modelo cepalino e por isso mesmo tinham que ser ocultadas pela maciça propaganda das idéias da aliança Cepal-PCB, dominantes na época<sup>5</sup>. Rangel destoava ao duvidar que o imperialismo fosse intrínseca e universalmente hostil ao desenvolvimento das forças produtivas nos países dependentes e que o capitalismo nacional fosse necessariamente favorável e apresentava uma teoria do capitalismo contemporâneo e suas especificidades no Brasil, inclusive as articulações de modos de produção a nível nacional e internacional<sup>6</sup>, ausentes nas formulações cepalinas e empobrecidas nos dependentistas.

---

<sup>3</sup> Frank, A.G. “Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano”. In: Pereira, L. *Urbanização e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 3ª ed.; publicado originalmente nos EUA em 1966.

<sup>4</sup> Castro, A.B. & Souza, F.E.P. (1985) *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

<sup>5</sup> Rangel, I. (1957) *Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro*. Salvador: Univ. da Bahia, apresentou as primeiras críticas à Cepal, expostas em debate em Santiago do Chile, 1954, com J. Ahumada, cujas idéias foram publicadas depois. *Teorías y programación del desarrollo económico*. Santiago: ILPES, 1967; Mantega, G. *Op. cit.* classifica, erroneamente Rangel como cepalino.

<sup>6</sup> Rangel, I. (1968) *Dualidade básica...* e o prefácio a R. L. Aldana. (1968) *Dialética do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

O ponto de partida do esquema explicativo de Rangel foi a constatação de que o sistema mundial capitalista vive fases de expansão e fases de depressão, isto é, cresce em ciclos de longa duração (ou Kondratieff de cinquenta anos) e os médios (Juglarianos de dez anos).

### **1.2.2 . CONTRIBUIÇÃO DE RANGEL:**

Ainda sobre o pensamento de Rangel, ao analisar as mudanças cíclicas da economia brasileira e as transformações no sistema produtivo, observa que essas transformações ocorrem em períodos mais ou menos definidos, que coincidem com os mesmos ciclos já estudados por Clemente Juglar. Propõe que se denominem esses períodos sazonais de "Ciclos Juglarianos brasileiros" (RANGEL, 1987: p.52).

Identifica ainda que os Juglares brasileiros são setoriais, afetam apenas parte do sistema produtivo, e a partir da crise que se instala em determinados setores abre-se caminho para que outro setor da produção assuma a posição de vanguarda no processo produtivo. Os ciclos ocorrem, em média, a cada 10 anos, sendo que a fase B, depressiva, ocorre no primeiro lustro da década, enquanto no segundo lustro, ocorre a fase A, progressiva (RANGEL, op.cit:).

Como as mudanças que ocorrem no sistema produtivo são setoriais, e certas mudanças institucionais são capazes de sensibilizar um grupo de atividades e de promover seu desenvolvimento, elevam-se as taxas de geração de capitais da economia como um todo. Mas essas mudanças somente ocorrem após uma fase de desordem e conflitos sociais ou políticos, então, se depreende que o fenômeno não é apenas econômico, mas afeta, também, as relações sócio-políticas.

A fase "A" perdura até que o setor entre em entropia e outro setor se apodere da ponta do setor. Ao analisar a evolução da economia urbana, demonstra que a industrialização brasileira liberou grande massa de trabalhadores, e, à medida que se instalava a inovação técnica na agricultura e aumentava a mecanização do



campo, gerava-se por corolário, uma grande capacidade ociosa de mão-de-obra, que, sem perspectivas no campo, por não ser dono da terra onde trabalha, migrava em direção à cidade, que está em momento ascendente, pois nela se instala o processo industrial brasileiro. Enquanto essa mão-de-obra expurgada do campo chega às cidades, essa força produtiva é absorvida pela construção civil e por setores de menor exigência de qualificação, portanto a dinâmica do processo industrial protela mudanças estruturais que deveriam ser feitas no campo, ou seja, as reformas institucionais foram mais uma vez deixadas de lado, como se não fossem necessárias, era sabido que em um determinado momento essas alterações deveriam ser feitas, até que eclode, por volta de 1982/85, a crise agrária que abate todas as regiões do país, principalmente aquelas que dependem da agropecuária como principal base econômica. As reformas de base não poderão ser mais proteladas por muito tempo, inclusive a reforma agrária, necessária para diminuir a capacidade ociosa de mão-de-obra, pois a cidade já não consegue mais absorver toda essa capacidade disponível.

No segundo momento, 1975-1985, houve forte presença do Estado-nacional desenvolvimentista, através da construção da materialidade técnica, infra-estrutura e alocação de recursos para que seus objetivos fossem alcançados, através de melhora das exportações da soja e a tentativa do equilíbrio da balança de pagamentos. Momento em que grande aporte de capital, tecnologia e material humano emerge no meio. A presença dos migrantes sulistas nas regiões Centro-Oeste e Norte, e o espaço, impróprio inicialmente, criaram uma psicofera favorável à cultura sojicultora, levando o local a saltar de atrasado economicamente para espaço de vanguarda na produção de soja. Esse momento persistiu até a retirada dos subsídios governamentais em 1985.

## 1.3 INTERPRETAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

### 1.3.1. Interpretação da CEPAL

As várias interpretações sobre o desenvolvimento da economia paranaense disponíveis até 2007 nos permitem sistematizar oito interpretações históricas dos rumos do desenvolvimento econômico do estado do Paraná e de suas articulações com o perfil de crescimento do país. As seis primeiras interpretações de análise resultaram da sistematização da literatura existente, e as outras duas foram formuladas por mim.

A) Interpretação cepalina, calcada no modelo centro-periferia, desenvolvida pela Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), criada em 1962, e transformada em Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP) em 1968. A idéia central era repetir em âmbito estadual a experiência brasileira (paulista) de industrialização substitutiva de importações.

Os governos Moisés Lupion (1947-50) e Bento Munhoz da Rocha Netto (1950-55) visaram construir um Paraná único a partir da imigração, garantindo a sua ocupação espacial e posteriormente um complexo viário que rumasse a Curitiba. A estratégia era que o Centro Cívico funcionasse como referência de governo, mas fundamentalmente de identidade para o povo paranaense que se queria modelar a partir dos valores de progresso pelo trabalho e ordem pelo patriotismo.

Com esse diagnóstico e a estratégia subjacente, a Codepar ignorou a forte tendência de unificação do espaço econômico brasileiro, desenhada a partir dos vultosos investimentos em infra-estrutura constantes do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (JK), entre 1956 e 1961.

B) A outra linha de interpretação e análise da dinâmica econômica paranaense, também ligada à teoria cepalina, foi construída pela pesquisa de Pedro Calil Padis, no final dos anos 60, através de sua tese de doutorado (*Formação de uma Economia Periférica: O caso do Paraná*). Na análise de Padis, em seu diagnóstico, ele desvelou um Paraná de economia periférica e dependente,

principalmente da economia paulista. Quanto às possibilidades de ocorrência de uma industrialização autônoma no Paraná, ele indicou alguns ramos, Petroquímica, papel e celulose, construção civil, e transformações de minerais.

Padis avaliou que a exaustão do modelo brasileiro de substituição de importações, a diminuição dos investimentos e políticas públicas por parte do núcleo dinâmico do país às economias regionais, poderia ser um entrave ao desenvolvimento de uma industrialização autônoma.

Essas avaliações encontravam respaldo na situação da economia estadual no início da década de 60 e diagnosticavam um Paraná desarticulado interna e externamente, em razão de uma dinâmica determinada por uma elite agrária com ranços feudais cuja atividade principal era o extrativismo e a pecuária extensiva nas regiões tradicionais do Paraná, polarizadas pelo eixo dinâmico urbano de Curitiba-Paranaguá; pela incipiente agricultura do sudoeste (pouco articulada ao mercado); e pelo norte cafeeiro, ligado à economia paulista e fragilizado pelas condições de deterioração dos preços externos dos produtos primários.

### **1.3.2. Interpretações dependentistas**

C) A terceira interpretação reconheceu que a predominância de estruturas de mercado oligopolistas no centro dinâmico da indústria brasileira, fabricante de bens de consumo duráveis e de capital, instalado no estado de São Paulo, desestimulava qualquer iniciativa endógena de industrialização.

Ao mesmo tempo, essa visão conferia às regiões periféricas a São Paulo o papel de supridoras de matérias-primas para os grandes mercados nacionais e/ou processadoras de *commodities* destinadas ao exterior (café, soja, papel e papelão etc.). Tratava-se de uma visão dependentista, admitindo um crescimento da economia paranaense associado ou complementar à de São Paulo.

Nos Governos Ney Braga (1961-65) e Paulo Pimentel (1966-70), vivendo o auge do Regime Militar e do “milagre brasileiro”, pensaram o desenvolvimento do Paraná a partir da necessidade da industrialização. Investiriam e incentivaram a formação de diversos parques industriais em diversos municípios e em todas as regiões do estado. Surfam na onda do quarto Kondratiev em sua fase “A” expansiva.

Com isso, o rompimento, ou ao menos a amenização, das restrições, isso exigia o aparecimento e/ou a consolidação de vantagens comparativas dinâmicas, as quais, por outro lado, dependiam da implantação de uma diversificada rede infra-estrutural.

Dentro dessa perspectiva, o funcionamento de um esquema articulado entre a CODEPAR e o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE)<sup>7</sup> possibilitou o aporte de recursos para a construção da infra-estrutura básica do Estado nos anos 60, viabilizando os requisitos físicos e financeiros para o *boom* econômico da década de 70. Em outras palavras, o FDE representou verdadeiro orçamento paralelo dentro do governo, tanto para a realização de despesas públicas, quanto à disponibilização de linhas de crédito subsidiadas para investimentos e para a cobertura das necessidades de giro das empresas.

Assim, o salto de infra-estrutura na década de 60 compreendeu a realização de grandes obras voltadas ao aumento da oferta de energia elétrica, construção de rodovias e ferrovias, à adequação do porto de Paranaguá, implantação de uma rede de armazenagem pública, à modernização das telecomunicações, dentre outros avanços.

Muitos economistas afirmam que a operacionalização desse conjunto de mecanismos (CODEPAR/BADEP/FDE) constituiu apenas o elemento institucional endógeno explicativo do ciclo de desenvolvimento econômico vivido pelo Paraná nos anos 70. Outros fatores influenciaram decisivamente o forte dinamismo e a profunda diversificação experimentada pelo aparelho produtivo paranaense nesse período. Destacando-se o crescimento da taxa de investimento da economia brasileira, a existência de uma agricultura com enorme capacidade de resposta aos estímulos modernizantes embutidos na política de crédito agrícola pós-1966 e, principalmente, o programa de atração de indústrias executado pelo governo estadual entre 1975 e

---

<sup>7</sup> O FDE foi criado pela Lei nº 4529/62. Inicialmente, era composto por um adicional restituível (empréstimo compulsório) correspondente ao valor de 1% sobre o Imposto de Vendas, Consignações e Transações (IVC), durante cinco anos de vigência da Lei. Assim, a alíquota do IVC passou de 4,95% para 5,95%. Os recursos do FDE foram complementados em 1964 por outro adicional restituível ou empréstimo compulsório especial (ECE) de 1%, elevando a alíquota do IVC para 6,95%.

1978. Aqui cabe uma investigação para verificar a influência dos ciclos médios de Juglar.

D) A quarta linha de análise negou o modelo da Cepal, mas aceitou a relação de subordinação frente a São Paulo, do modelo da dependência defendendo que a economia estadual recebia os estímulos da economia paulista e, "dado o dinamismo fornecido por suas condições de operação, [integrava-se] à economia nacional, seja abrindo-se à competição paulista, seja disputando no mercado paulista, em outras regiões e mesmo em mercados do exterior".<sup>8</sup>

Nos Governos Jayme Canet (1975-79) e Ney Braga (1979-82), foi promovido o reforço da estrutura estatal, no auge da crise da fase "B" do quarto ciclo de Kondratiev, particularmente no setor financeiro e serviços públicos, e privilegiaram a construção de estradas em todo o estado, pois acreditavam estar já desenvolvido o estado do Paraná. Tratava-se apenas de dar suporte ao crescimento econômico que parecia inercial, fruto dos investimentos aportados na fase expansiva do ciclo de Kondratiev.

Essa concepção carregava ainda um triunfalismo nacionalista predominante nos anos 70, primeiro com o Milagre Econômico e depois com a "fuga para frente" implícita no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), resultado dos projetos do Brasil Potência ou da "ilha de prosperidade" cercada pela instabilidade mundial.

No Paraná, a reprodução das mudanças provocadas pelo ambiente ainda favorável à elevação da taxa de investimento não era suficientemente percebida em razão da maximização e difusão dos indicadores relacionados à exclusão social, como migração, expulsão de mão-de-obra rural e concentração fundiária.

E) A quinta interpretação, divulgada no documento *Paraná Economia e Sociedade*, de 1988 (documento reeditado pelo IPARDES em 2006), procurou articular a crítica e a apologia reinantes na década de 70, e que, separadas, não conseguiam explicar o dinamismo econômico do Paraná. Nessa perspectiva, o documento indicava que "a inserção subordinada em âmbito nacional ou o caráter

---

<sup>8</sup> QUATRO visões sobre o Paraná. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.7, n.2, p.3, fev. 1985.

periférico do Paraná não implicavam estagnação ou tendências de baixo dinamismo".<sup>9</sup>

O texto também reconhecia que, com a implantação e o avanço da cafeicultura na Região Norte, apesar da crise das geadas de 1976/77, que levou a uma grande erradicação dos pés de cafezais, o Paraná passava a integrar o núcleo dinâmico da economia nacional, com enorme potencial de diversificação agrícola dada a abundância de terras férteis e a inexistência de estruturas remanescentes da época da escravatura, embora tivesse um ranço feudal.

Essa visão também entendia que o *boom* industrial paranaense dos anos 70 era resultado do dinamismo da agricultura e da apreciável intervenção estatal, mas destacava o caráter excludente daquele surto econômico, semelhante, como não poderia deixar de ser, ao padrão nacional implícito no modelo autoritário, que não aproveitou o extraordinário crescimento para encaminhar a correção das distorções sociais.

F) A sexta análise ficou demonstrada pela reprodução regional do quadro da crise recessiva do quarto ciclo de Kondratieff (1973/94), gerando uma crise sem precedentes após os choques do petróleo, apelidada pelos economistas de plantão como "década perdida" do país nos anos 80, explicado pelos seguintes fatores: insuficiência de gestão do Estado, desequilíbrio das contas externas, fim dos investimentos financeiros internacionais – depois da eclosão da crise mexicana –, indefinição de esquemas viáveis de financiamento dos investimentos de longo prazo, baixo patamar de inversões fixas, crescente atraso científico e tecnológico do parque industrial e arrocho do poder aquisitivo dos salários, decorrente da escalada da inflação.

Nesse intervalo, a base econômica regional experimentou moderado dinamismo, associado aos fatores pontuais, tais como a continuidade da modernização agroindustrial (fiação do algodão, combate à crise energética – Proálcool –, subprodutos do milho, industrialização de aves, melhoramentos

---

<sup>9</sup> OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Quinze anos depois: comentários sobre o texto "Paraná – Economia e Sociedade". **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.83, p.6, set./dez. 1994.

genéticos de bovinos e maltaria). A maturação plena de grandes investimentos realizados em segmentos modernos e/ou novos da indústria estadual em fins da década de 70 e início dos anos 80, instalação da CIC (Cidade Industrial de Curitiba – fertilizantes nitrogenados, ônibus e caminhões, papel de imprensa, cigarros, micro e minicomputadores), e algumas inversões nos ramos de siderurgia e refrigeradores na onda do Plano Cruzado em 1986. (LOURENÇO: 2002). (Obs. O resultado desse período será analisado no capítulo 3).

### **1.3.3. Interpretação nacionalista do PMDB**

G) Essa análise interpretativa é um esforço meu no sentido de decifrar o quebra-cabeça do período de governo do PMDB, sendo o último modelo interpretativo, antes de o país perder a inocência e cair na barbárie neoliberal.

Essa sétima visão compreende a "redemocratização", verificada após o plano Cruzado. Esse período foi caracterizado pelo comportamento oscilante da economia estadual, atribuído à interferência combinada ou seqüencial da recessão econômica oriunda do quarto ciclo de Kondratieff, que teve um desfecho trágico no final do governo Sarney e aprofundada durante a gestão Collor, da instabilidade das cotações internacionais dos produtos primários, do *dumping* internacional e da precária política agrícola implementada pelo governo federal.

Durante a redemocratização, os governos do PMDB (José Richa 1983-86, Álvaro Dias 1987-90 e Roberto Requião 1991-94), mergulhados na crise econômica, propunham-se a construir um novo modelo de desenvolvimento baseado no crescimento do capital nacional e com forte aporte dos investimentos estatais voltados para uma ação capilar voltada para o interior, sobretudo os dois primeiros governos. Imaginavam-se acima dos problemas sociais e, portanto, caberia às políticas públicas governamentais, geradas em seus gabinetes, as soluções para todos os tipos de problemas.

Contudo, na primeira parte dos anos 90, com o surgimento de alguns fatores de natureza estrutural, embora incipientes, potencializaram-se as chances de rápida alteração do perfil tecnológico da base produtiva regional, que, segundo as análises de Rangel, teve início no novo ciclo de expansão de Kondratiev, no caso do crescimento auto-sustentado da economia brasileira. Dentre os elementos reestruturantes, sobressaíram-se:

a) a reprodução mais intensa dos ajustes técnico/produtivo/gerenciais capitaneados pela reestruturação produtiva forçada por Collor, e levado a cabo pela iniciativa privada do país, na direção da melhoria dos padrões de eficiência e produtividade;

b) pelos resultados preliminares da integração comercial do Brasil, com o Bloco dos países do Mercosul; e

c) algumas ações localizadas, colocadas em prática por sucessivas administrações estaduais, na ampliação e restauração e/ou aprimoramento da infraestrutura.

Intervenção nacionalista de Requião em seu primeiro governo, com empreendimentos de infra-estruturas, onde se destacaram: a reparação/conservação de rodovias estaduais, a conclusão das obras da Usina Hidrelétrica de Salto Segredo, a duplicação da BR 376 no trecho Curitiba-Joinville, a reativação das obras de construção da ponte sobre o rio Paraná em Guaíra, o término do primeiro trecho da Ferroeste, entre Guarapuava e Cascavel etc.

#### **1.3.4. Interpretação Neoliberal Lernerista**

A oitava interpretação ocorreu durante o governo de Jaime Lerner, vertente de explicação da evolução histórica da economia regional iniciada na segunda metade da década de 90, foi marcada pelo chamado "*city marketing*", isto é, investimento maciço em propaganda de autopromoção do governo Lerner. Milhões de reais foram gastos para prover o governo Lerner (no sentido de mostrar sua eficiência administrativa), com dinheiro bancado com as vendas das empresas Estatais, e aliciamento (terceirização) da estrutura administrativa do Estado a empresários amigos. Trabalhou para resgatar a idéia de "vontade de industrialização no Paraná", interrompida anteriormente por conta da crise.

Os dois governos seguidos do Jaime Lerner/PFL 1995-2002 buscaram uma nova reestruturação econômica e territorial. O Paraná não é mais visto como um único espaço ou território, mas como regiões com vocações particulares e distintas dentro do processo de integração neoliberal. Lerner e seu grupo político, partidários da dinâmica da globalização econômica, investiram pesado numa nova espacialização/territorialização do Paraná, visando uma integração rápida, nesse



modelo de pensamento único do Mercado Nacional e Internacional, que podemos ver nessa espacialização. Conforme figura 1.

### **Região 1: Região Metropolitana de Curitiba:**

Buscou vender uma imagem de povo “culto”, de cidade funcional e de mão-de-obra qualificada para atrair setores dinâmicos da economia brasileira e internacional. Está localizada numa posição geográfica privilegiada, entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina e o Sudeste, situando-se ainda no centro do eixo econômico do MERCOSUL, além de possuir uma boa ligação rodoviária e portuária e boas condições de infra-estrutura urbana. Dificilmente se transformará num pólo financeiro ou de produção tecnológica, mas na produção de produtos de utilização intensiva de mão-de-obra e de maior valor de troca. Os setores preferidos são os de alta tecnologia (portanto de produção de componentes e não apenas de montagem de produtos). Esta região tem potencial para se expandir até Paranaguá e Ponta Grossa.

### **Região 2: Eixo Maringá / Londrina:**

Voltando-se para a agroindústria e indústria mecânicas, indústrias leves — Couro, móveis, e têxtil — e possivelmente de montagem de produtos eletrônicos e similares. O potencial populacional da região; com um poder aquisitivo razoável, permite o desenvolvimento de um forte núcleo de serviços, comércio e micro-empresas.

### **Região 3: A Costa Oeste:**

A região de Foz do Iguaçu deve desenvolver a atividade turística. Neste sentido, o Governo Lerner procurou diversificar o potencial de atração — restrito às Cataratas do Iguaçu, para reuniões científicas e empresariais, e as compras no Paraguai — para aberturas de novas áreas de turismo (como a pesca e parques), novas atividades, como jogos, festivais (como os Jogos Olímpicos da Natureza, realizados em sua gestão, mas com denúncias de irregularidades e desvios de recursos públicos).

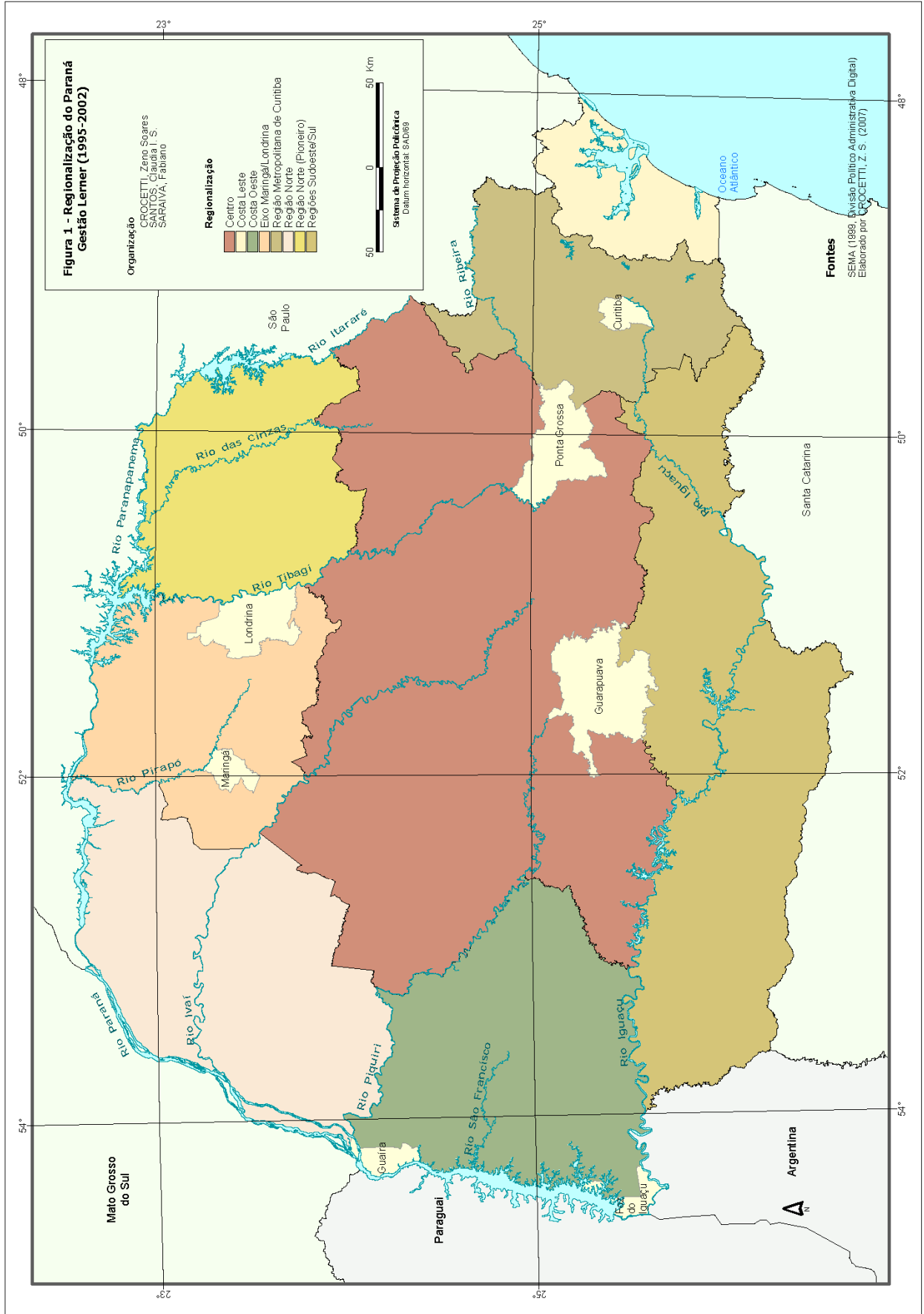


FIGURA 1 – Regionalização do Paraná, gestão Lerner (1995-2002).

#### **Região 4: Costa Leste:**

Nessa região foi estimulado o turismo através da melhoria da infra-estrutura das praias do Paraná. A grande incógnita ficou no Porto de Paranaguá, em cuja operacionalização Lerner não investiu de maneira decisiva, talvez em função dos reveses políticos sofridos por seu grupo no município de Paranaguá, tendo feito opção pela privatização, fato que não ocorreu, tendo apenas colocado a gestão para concessão privada.

Apenas conseguiu privatizar o terminal portuário de Antonina, Ponta Félix, uma das maiores e melhores infra-estruturas frigoríficas para exportação, hoje utilizadas pela Sadia e Perdigão preferencialmente para suas exportações. As demais regiões do estado estão seguindo seus caminhos independentes e nunca receberam apoio decisivo do governo. São as regiões que “saem perdendo”.

#### **Região 5: Região Norte: (excluído o eixo Maringá/Londrina).**

De forma geral, têm-se caminhado levando-se em conta perspectivas locais como áreas de latifúndio ou minifúndio. O comércio tende a se refletir em maior ou menor intensidade em função da proporção do tamanho das propriedades rurais e da densidade populacional. O setor público mantém um grande número de assalariados, que, em algumas pequenas cidades, praticamente sustentam a economia local. Outras regiões, como o Norte Pioneiro, têm perdido população.

#### **Região 6: Regiões Sudoeste e Sul do Estado:**

Com uma economia de pequenas indústrias e pólo comercial regional em algumas grandes cidades, esta região assenta a produção a partir da agropecuária intensiva — seja nos latifúndios ou na pequena produção familiar. Nos minifúndios, a agropecuária intensiva foi possível graças à terceirização rural, promovida pelas indústrias de frango de Santa Catarina ou do fumo do Rio Grande do Sul. Esta forma de produzir tem deslocado a poupança regional para SC ou RS, com a falência das cooperativas e grandes agroindústrias locais.

#### **Região 7: A Região Central do Paraná:**

Situação similar à região Oeste / Sudoeste, mas com pouco investimento da terceirização rural, com a agravante de que a bacia leiteira vem sofrendo um forte

impacto da concorrência dos produtos argentinos, uruguaios e gaúchos, além dos oligopólios transnacionais.

Nas regiões cinco e sete seriam necessários investimentos estatais para reconversão econômica, como requalificação da mão-de-obra e a formação de mecanismo para captar e reter capital. Mas durante o Governo Lerner não foi desenvolvida nenhuma política para isso. A região seis está efetivamente se integrando à região econômica do Oeste de SC e Norte do RS, o que poderá estimular a tensão federativa — e agora com razão econômica — a formação do estado do Iguazu.

Podemos destacar que até a década 80, o estado do Paraná apresentava uma estrutura produtiva sustentada nas etapas iniciais e intermediárias do complexo agroindustrial, configurando um processo permanente de transferência de potencial de agregação de valor, geração de empregos, exportação e arrecadação tributária para fora de suas fronteiras. Essa restrição crônica impunha à base econômica estadual uma forte dependência das condições climáticas, do comportamento dos mercados mundiais de *commodities* e da política agrícola deficiente do governo federal. Essas questões serão discutidas com maior profundidade no capítulo 3.

Por décadas a característica básica do Paraná foi de comprador líquido de mercadorias de outras unidades federativas, principalmente de São Paulo, evidenciada pelas relações de troca desfavoráveis, consequência do comércio inter-regional alicerçado nas exportações de produtos agrícolas e matérias-primas agroindustriais e importações de insumos industriais e bens de capital e de consumo duráveis.

Essas relações tiveram início com a expansão dos cafezais ao Paraná, no final do século XIX, e início do XX, durante a permanência da oligarquia Paulista e Mineira no poder da República (1889-1930), que foi se dissolvendo gradativamente com a revolução de 1930 e o governo Vargas, mas que, com a volta dessa “Elite Predatória” ao poder com a UDN de Dutra em 1946, se agravaram, principalmente com a crise cambial de 1947 e principalmente com o confisco cambial imposto ao café.

Por conta desses processos, o desejo de industrialização do Paraná sempre foi muito forte, a ponto de ser decifrado, de forma aligeirada, como sinônimo de desenvolvimento. Magalhães Filho argumentava, no final dos anos 60, que *"no Paraná não temos a menor perspectiva de que, para os próximos anos, e talvez décadas, surja algum produto primário com mercado internacional satisfatório, capaz de dar-nos crescimento ao ritmo que o café nos deu no passado"*.<sup>10</sup>

Portanto a disposição de crescimento e diversificação industrial do Paraná foi mais uma vez retardada por mais um golpe da "Elite Dominante", através de um dispositivo constitucional que isentou as vendas interestaduais de energia do recolhimento do ICMS desde 1989, permitindo a cobrança no destino. E com a volta da "Elite Udenista" ao poder com o governo FHC, e com manobras dos ministros do Planejamento e Fazenda, lideradas por Serra, realizou-se uma mini-reforma tributária, onde o imposto da energia elétrica não é pago na geração mas sim no consumo (ICMS), implantado com as suas agências reguladoras e seu modelo de privatizações, alicerçado pelo modelo dependentista do Consenso de Washington privatista, onde foi separado a geração da distribuição. Assim, a operação interligada do sistema elétrico brasileiro impôs a transferência, para outros estados, de parcela expressiva da energia elétrica gerada em território paranaense, a um preço de comercialização equivalente a um quarto daquele praticado nos grandes centros consumidores e, o que é pior, sem o fato gerador de receita tributária na origem.

O triste da história é que a vantagem conferida pelos superávits na geração de energia não livraria o Paraná de eventuais racionamentos por insuficiência de produção para o atendimento do sistema nacional integrado. Na realidade, negociatas mal intencionadas e equivocadas, realizadas durante a preparação da Constituição de 1988, levaram a elite política paranaense a supor que o recebimento dos *royalties* suplantaria com folga as perdas com o ICMS da energia.

Mais tarde constatou-se que os *royalties* cobrem menos de um quarto dos prejuízos derivados da impossibilidade legal da cobrança de ICMS nas transações entre estados. Assim, o episódio acabou consolidando o Paraná como megaprodutor e exportador de energia elétrica. Esse mecanismo ainda garante, principalmente a

---

<sup>10</sup> MAGALHÃES FILHO, Francisco. Perspectivas industriais do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: BADEP, n. 15, p. 16, nov./dez. 1969.

São Paulo, subsídios à industrialização e a elevação da arrecadação tributária do centro hegemônico do país. Não se sabe se esse modelo de Centro-Periferia é um projeto paulista de desenvolvimento, baseado na tese de 1949 de Raúl Prebisch, Centro-Periferia. No caso de Prebisch, ele procurava explicações e soluções para os problemas de desenvolvimento da América Latina, em bases alternativas àquelas da teoria econômica ortodoxa. Em seu pensamento, a América Latina fazia parte de um sistema de relações econômicas internacionais que funcionava como uma espécie de constelação, na qual os países industrializados estariam no centro e a América Latina ficava na passiva periferia.

Talvez por conta dessa interpretação Pedro Calil Padis denominou sua tese de doutorado como *Formação de uma Economia Periférica: O caso do Paraná*.

Raúl Prebisch formulou o esquema centro-periferia, que permanece de grande utilidade para o entendimento da América Latina, do Brasil, de relações intra-regionais, interestaduais e inclusive das interpretações entre municípios dentro do território estadual. As sucessivas crises mundiais ainda têm como causa os elementos levantados por Prebisch, – desequilíbrios do balanço de pagamentos, estrangulamentos na infra-estrutura, crise social. A grande virtude dessa literatura era tratar esses elementos de forma integrada, juntando as peças do quebra-cabeça, e não simplesmente listar os componentes do problema e tratá-los separadamente. Por outro lado, uma lição aprendida foi a importância de atentar para as heterogeneidades e desequilíbrios, que se manifestam em todas as dimensões do processo de desenvolvimento: desigualdades sociais, setoriais, tecnológicas, regionais e internacionais.

O eterno mestre, pensador independente, Ignácio Rangel, em uma formulação feita em 1987, recomendava algumas ações a serem tomadas pelo governo paranaense para promover um surto de industrialização. Rangel profetizava que;

*“não devemos perder de vista que o Paraná é parte integrante da economia nacional, e que esta, precisamente em consequência do processo de industrialização, sem romper de vez os laços federativos, tornou-se incomensuravelmente mais unitária do que o era há 50 anos. Assim, cabe ao Paraná ter uma visão bastante clara de qual é o esquema de*

*industrialização do país como um todo e buscar realisticamente neste esquema o seu lugar.*<sup>11</sup>

A mudança de postura autônoma sugerida por Rangel aconteceu a partir do início de 1990, mas, por uma via vesga, que dilapidou o patrimônio público brasileiro, e por tabela o paranaense. Acabou acontecendo pela elevação da taxa de investimento da economia brasileira, fruto da abertura econômica e do processo de privatizações associado à ampliação do horizonte de tempo de previsão econômica, alicerçado no modelo dependentista do Consenso de Washington, ancorado pela estabilidade monetária mundial. Esse modelo foi beneficiado pelo início da fase expansionista do ciclo de Kondratiev.

Nesse contexto, os defensores do modelo neoliberal do Consenso, como (CASTRO, 1997), defenderam que as mudanças deveriam ser aceleradas pela estabilização e pela globalização. Afirmou inclusive que;

*"há uma nova revolução no horizonte. A arbitragem múltipla, concernente à mão-de-obra, aos recursos naturais e aos próprios benefícios fiscais, está redesenhando a geoeconomia do país. Para responder a esse tipo de desafio, o Sul tem que fazer opções estratégicas e mobilizadoras de longo prazo e reestruturantes".*<sup>12</sup>

Pelo mesmo argumento, (CANUTO, 1998) ressaltou que;

*"o novo marco da economia brasileira, a partir dos anos 90, fez-se acompanhar por profunda alteração na dinâmica regional brasileira, em relação àquela predominante até o início dos anos 80. Por um lado, enfraqueceram-se, em termos relativos, as oportunidades regionais derivadas do crescimento integrado do país ou de suas regiões anteriormente líderes".*<sup>13</sup>

Ainda assim, algumas reflexões pontuais, centradas em observações da conjuntura, delineavam cenários mais pessimistas para a base produtiva do Estado.

---

<sup>11</sup> INDJAIAN, Artur. Saídas para a crise – entrevista com Ignácio Rangel. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.9, n.5, p.2, maio 1987.

<sup>12</sup> CASTRO, Antonio Barros de. Mudanças na dinâmica regional da economia brasileira. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.91, p.7, maio/ago. 1997.

<sup>13</sup> CANUTO, Otaviano. A nova dinâmica regional brasileira e uma agenda de pesquisas para o Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.94, p.26, maio/dez. 1998.

Oliveira chegou a construir uma *"avaliação pouco favorável sobre o futuro da economia paranaense, com seu setor exportador prejudicado pela valorização cambial, num quadro pouco propício à retomada dos investimentos"*.<sup>14</sup>

Por essa ordem de idéias, Lourenço destaca que o Paraná ingressou em uma nova fase nos anos 90 que;

*"encontra precedente apenas em dois momentos da história econômica paranaense: o início dos anos 60, marcado pela montagem do aparelho infra-estrutural; e a década de 70, contemplando a modernização agrícola e agroindustrial, em sua primeira metade, e um embrião de diversificação e sofisticação produtiva com a instalação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e da Refinaria de Petróleo, no segundo quinquênio"*.<sup>15</sup>

TABELA 1 – DADOS GERAIS DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS NO PARANÁ – 1939/1980

ANO	Número de estabelecimentos	Pessoal Ocupado		Salários		Valor da Produção	Valor da Transformação Industrial
		Total	Ligado a Produção	Total	Ligado a Produção		
1939	1.832	21.898	16.737	41.534	31.303	347.328	153.750
1949	3.460	35.176	28.528	291.455	242.539	3.202.803	1.400.815
1959	6.417	68.455	55.467	4.016.109	3.101.037	47.063.544	17.474.631
1970	10.855	114.344	90.997	374.796	256.875	4.288.512	1.660.952
1980	14.136	235.073	190.615	22.954.360	19.084.426	489.380.688	172.098.844

FONTE: Censos Industriais IBGE 1939-80. Elaborada pelo autor com base nos dados do IPARDES. Obs. Nos anos de 1939, 1949 e 1959 os valores estão expressos em milhares de cruzeiros correntes, conforme padrão monetário de 1942 e, nos anos de 1970, 1975 e 1980, os valores estão expressos em milhares de cruzeiros correntes, conforme padrão monetário de 1970.

Mas curiosamente todos esses analistas esqueceram-se de mencionar a verdadeira bomba de sucção do patrimônio público e privado, capitaneada pela “Guerra dos Lugares”, “Reestruturação Produtiva” e a implantação do “Neoliberalismo via Consenso de Washington” e pelas políticas macroeconômicas do governo FHC (1995-2002) e do governo Lerner (1995-2002). A implantação desses modelos e políticas públicas lançou o Brasil, e conseqüentemente o Paraná, num buraco negro, num mar de inadimplência, desemprego, desnacionalização econômica e desindustrialização. Para ter uma idéia dessa catástrofe para a sociedade paranaense, o chamado “arrasa-quarteirão”, vejam as tabelas 1, 2 e 3 e o

<sup>14</sup> OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Quinze anos depois: comentários sobre o texto "Paraná - Economia e Sociedade". *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba: IPARDES, n.83, p.14, set./dez. 1994.

<sup>15</sup> LOURENÇO, Gilmar Mendes. *A economia brasileira nos anos 90: um modelo de interpretação*. Curitiba: Ed. do Autor, 2000, p. 49.



quadro 1 que ilustram o período. É uma guinada para os períodos mais obscuros da história do Paraná, época do controle da Elite Paulistana sobre o território paranaense, dos barões de sangue azul europeus do chamado “Paraná Tradicional”, ranço tradicionalista elitista e racista de triste memória aos negros paranaenses.

QUADRO 1 - EMPRESAS PARANAENSES PRIVATIZADAS OU VENDIDAS

CAPITAL LOCAL	CAPITAL EXTERNO		NATUREZA DA OPERAÇÃO
	Nome	Procedência	
<b>Serviço</b>			
Bamerindus	HSBC	Inglaterra	Aquisição
Banestado	Itaú	Brasil/SP	Aquisição
Telepar	Br Telecon/Tim/Citigroup	Itália/EUA	Aquisição
Ferroeste	Gemon/FAO/Pound	Não disponível	Aquisição
Gera Sul	Tractebel	Bélgica	Aquisição
<b>Comércio</b>			
Disapel	Ponto Frio	Brasil	Aquisição
Mercadorama	Sonae	Portugal	Aquisição
Real	Sonae	Portugal	Aquisição
Senff	Sonae	Portugal	Aquisição
Coletão	Sonae	Portugal	Aquisição
Supermercados Muffatão	Sonae	Portugal	Aquisição
Parati	Pão de Açúcar	Brasil/SP	Aquisição
Dogramed/Minerva	Fasa (Famácias Ahumada SA)	Chile	Compra de 77% das ações
Sonae	Wall Mart	Estados Unidos	Aquisição
<b>Indústria</b>			
Frigorífico Chapecó	Macri	Argentina	Aquisição
Eletrofrío	L.A. Darling	Estados Unidos	Aquisição
Coopagro	Fiasul	Brasil	Aquisição
Papel de Imprensa AS (PISA)	Norske Skog	Noruega	Aquisição
Batavo	Parmalat	Itália	Incorporação (51% das ações)
Batávia (Parmalat/Batavo)	Perdigão	Brasil	Compra da divisão de carnes
Refrigeração Paraná	Electrolux	Suécia	Aquisição
Plastipar	Hettich	Alemanha	Fusão (60% do capital alemão)
Fósforos Irati	Inácio Ferro	Espanha	Aquisição
Brasholanda	Polarcup	Holanda	Aquisição
Herbitécnica	Defensa	Brasil (RS)	Fusão
Impressora Paranaense	Dixie Toga	Brasil (SP)	Aquisição
Inpacel	Champion	Estados Unidos	Aquisição
Parnaplast	Zemi	Estados Unidos	Aquisição
Emílio Romani/Diana	Satco Trading S/A	França	Aquisição
Leão Jr.	Coca-Cola	Estados Unidos	Aquisição

FONTE: Gazeta Mercantil e IPARDES, 1996-2007. Elaborada por CROCETTI, 2007.

Não podemos esquecer-nos, é claro, do período oligárquico de 1889-1930, e udenista pós-Segunda Guerra, que negligenciou o desenvolvimento do Norte do Paraná, feito pelas frentes pioneiras com mão-de-obra barata quase escrava, de nordestinos e mineiros, sob tutela da Elite Paulistana, que no pós-guerra compraram a companhia inglesa colonizadora e a transformaram na Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, monopólio absoluto sobre uma população de mais de um milhão de habitantes.

TABELA 2 - EVOLUÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS NO ESTADO DO PARANÁ POR CATEGORIA DE SALÁRIO MÍNIMO (ÍNDICE) – 1995/2001

ANO	< =1 SM	1 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	> 10 SM
1995	100	100	100	100	100
1996	83,63	99,56	115,58	104,97	114,69
1997	93,40	100,92	125,18	101,30	101,75
1998	94,75	105,52	124,77	104,12	96,35
1999	90,79	116,09	101,66	100,59	102,36
2001	116,27	129,25	108,14	86,80	79,72

FONTE: IBGE-PNAD /IPARDES, 2005.

TABELA 3 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ -1995-2000

ANO	SETORES (número de vagas)						Total
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
<b>Déficit acumulado no período:</b>							<b>-41.534</b>

FONTE: CAGED, TEM, IPARDES, 2006. Elaborado por CROCETTI, 2007.

Essa Companhia era formada coincidentemente por capitais paulistanos de famílias tradicionais udenistas, tais como Gastão Vidigal, seu irmão Cássio Vidigal, Gastão de Mesquita Filho e Sílvio de Bueno Vidigal, além de seu “braço direito, que servia para tudo”, Arthur Thomas, mais tarde substituído por Hermann Moraes Barros. No século XX, o resultado financeiro desse monopólio se transformou em várias empresas e grupos econômicos paulistanos e brasileiros.

## 1.4 HISTORICIDADE DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

*“O espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator (que realiza um programa). Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (pela representação, por exemplo) o ator ‘territorializa’ o espaço.”*

(RAFFESTIN: 1993, p. 143.)

A variante neoliberal no Brasil (assim como na América Latina) consiste de algo diferente dos modelos japonês, europeu e estadunidense. Nos Estados Unidos, o próprio Estado de bem-estar social contou com uma grande rede de empresas privadas, que complementavam os serviços públicos. No Japão, o grosso do atendimento da população, quanto aos bens sociais, sempre foi feito por empresas privadas. Nesses países, constitui uma tradição dispor de um conjunto de empresas privadas para atender o público, quanto os bens sociais no varejo. Na Europa, com exceção da Inglaterra, que desenvolveu um modelo semelhante ao dos Estados Unidos, a Alemanha e a Itália apostaram nos serviços cooperativos e os outros países da Europa, de um modo geral, construíram o seu modelo de Estado de bem-estar a partir da ação da social democracia. Assim sendo, os bens sociais foram desmercantilizados com uma forte oferta pública e praticamente inexistindo empresas de atuação no setor de varejos. (SODRÉ; 1998.)

O Brasil está construindo o seu projeto neoliberal, iniciado no governo Collor e aprofundado no governo Fernando Henrique Cardoso, e amenizado no governo Lula. O projeto de FHC, o maior incentivador do neoliberalismo via Consenso de Washington, era a construção de um centro dinâmico para a economia brasileira, mas num contexto da globalização – parece que FHC não tinha abandonado a sua perspectiva de “autonomia na dependência”, sua tese dos anos 1960, pois não só bancou a reestruturação produtiva neoliberal, como fez sua defesa pública.

Isso implicou a criação de um sistema de financiamento interno que estimulou um conjunto de atividades econômicas voltadas para o varejo e estímulo à competição em algumas áreas no plano internacional. Os bens sociais no Brasil, mesmo quando oferecidos pelo Estado, o são em estreita parceria com a iniciativa privada – os fornecedores são, na grande maioria, privados (de livros didáticos a

remédios) e já ocupam os maiores filões de renda (tanto escolas privadas como hospitais privados).

A Nova Ordem Mundial se sustenta nas velhas desigualdades entre os habitantes, assim como nas velhas distinções entre classes de países. Os caciques da aldeia global são os 23 países desenvolvidos, que concentram nada menos que 80% do Produto Interno Bruto (PIB) do globo, US\$ 20,5 trilhões, mas onde moram apenas 15% da população: Estados Unidos, Canadá, países da Europa Ocidental, Austrália, Japão e Nova Zelândia. Neste grupo exclusivo, a renda *per capita* média é de US\$ 24 mil. Nos outros 162 países, US\$ 1 mil. (ONU: 2004)

"É fácil de constatar as disparidades, basta dar uma volta nas ruas", disse o cientista político e lingüista estadunidense Noam Chomsky, ao visitar, em novembro de 1998, pela primeira vez o Brasil. Diariamente, circulam US\$ 3 trilhões nos mercados financeiros mundiais. Diariamente também um quarto dos habitantes do planeta vai dormir com fome, o que corresponde a cinco vezes a população dos Estados Unidos.

Há cada vez menos barreiras para o percurso do capital. O volume de comércio exterior, base da internacionalização econômica, cresceu em média 5,3% nos quatro primeiros anos da década de 90, o maior avanço desde o início dos anos 70. Não houve, porém, contrapartida no aumento da riqueza mundial. Ao contrário: a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto nos anos 90 foi a mais baixa da segunda metade do século XX, 1,71% ao ano em média, segundo mostra um estudo do economista Simão Silber, professor de Economia da USP (BENKO, 1995: p. 51-71).

A conclusão é que a intensificação da circulação de mercadorias entre os países, o comércio internacional, que é uma marca do globalitarismo, não tem melhorado a vida da maioria das pessoas nem tampouco da maior parte dos países. O capital circula com mais velocidade, mas a quantidade de produtos continua praticamente a mesma, ou seja, maior produção com menos trabalho, logo menos consumo.

Para os países candidatos ao modelo nessa guerra global, reza o manual globalitário que é necessário satisfazer cinco condições:

- Estabilidade da economia com crescimento controlado;
- Modernidade através de reformas eficazes;
- Flexibilidade administrativa, produtiva e trabalhista;
- Privatizações (Estado mínimo);
- Globalização da economia, livre cambismo total.

Para a implantação do projeto da nova ordem mundial (o globalitarismo), o Estado nacional – como o conhecemos hoje – deve ser eliminado. A coordenação das políticas macroeconômicas passa para os cartéis (mega-empresas globais) ou organismos internacionais (FMI/Banco Mundial/OMC). Os serviços públicos devem ser privatizados para se adaptar às estratégias globais. O Estado Mínimo passa a ser então sinônimo de legislação e ainda assim basicamente na área civil, pois as de ordem econômica e trabalhista devem ser padronizadas e flexibilizadas – a formação da União Européia expressa claramente esta perspectiva. E também deve se organizar, assumindo total responsabilidade para que os excluídos não perturbem os incluídos na “nova ordem”, garantindo a estes ordem e segurança que a produtividade/qualidade/racionalidade requerem. Hoje se fala em políticas compensatórias para diminuir os impactos dessa política globalitária excludente e geradora de mais pobreza, fruto dos ajustes estruturais em curso para adaptar as economias locais à lógica da nova dinâmica da economia mundial.

Com esse processo, ganhou espaço uma nova ideologia – o novo liberalismo –, que se constituiu em uma hegemonia no plano mundial. O liberalismo enquanto formulação político-ideológica já existia antes das grandes transformações em curso, particularmente no que diz respeito à globalização da economia e à reestruturação produtiva. Mas foi no contexto destas transformações que o neoliberalismo conquistou espaço e reconquistou a sua posição. Para Therborn;

*"(...) o neoliberalismo é uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo moderno" [1995, p. 39].*

No debate acadêmico, há um consenso de que é o neoliberalismo que informa as principais políticas econômicas em curso e que o modelo Keynesiano de capitalismo reformado e o modelo socialista clássico estão em crise.

*"O neoliberalismo é um projeto sério e racional, uma doutrina coerente e uma teoria vinculada e reforçada por certos processos históricos de transformação do capitalismo. É uma doutrina, pelo menos de fato, conectada com uma nova dinâmica tanto tecnológica e gerencial quanto financeira dos mercados e da competição" (THERBORN, 1995, p. 182).*

Para Anderson,

*"Tudo que podemos dizer é que este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Eis aí algo muito mais parecido ao movimento comunista de ontem do que ao liberalismo eclético e distendido do século passado" (ANDERSON, 1995: p. 22).*

Para Therborn, o neoliberalismo precisa ser compreendido no contexto histórico das grandes mudanças nas relações institucionais entre o Mercado e o Estado e entre as Empresas/Mercado (THERBORN, 1995: p. 139-40). Essa mudança não é fruto de uma política ou de uma ideologia econômica, mas trata-se de uma mudança que tem por trás a força de uma configuração bem complexa. Neste sentido,

*"(...) essa mudança tem dado alento à força ideológica dos partidos e dos intelectuais neoliberais, mas não é um efeito produzido por estes" (THERBORN, 1995, p. 140).*

Para o mesmo autor, o neoliberalismo está se esgotando enquanto projeto ideológico e político, e a expectativa de sua continuidade se assegura apenas nos seus laços de articulações com o gigantesco processo de mudança estrutural em curso no mundo capitalista. (THERBORN, 1995: p. 141)

Anderson contesta esta posição. Para ele, só é possível falar em uma hegemonia neoliberal hoje porque as políticas econômicas são definidas por esta doutrina. No final do século XX, apenas o neoliberalismo se apresentou como

"proposição intelectual efetiva para o ordenamento das economias capitalistas modernas" (1995, p. 149). Para afirmar que o neoliberalismo está superado, é preciso que haja outra doutrina substituindo-o, o que não ocorre ainda. Pelo contrário, "o neoliberalismo foi e é uma doutrina completa e coerente" (1995, p. 148), possuindo uma força formidável do ponto de vista intelectual. A formulação neoliberal tem em Hayek o responsável pelo desenvolvimento de uma epistemologia completa e coerente, enquanto Friedman "era mais um técnico e um propagandista".

No contexto da concorrência internacional, que promoveu o "*surgimento, pela primeira vez, de um mercado genuinamente mundial*" onde as empresas estão perdendo o poder dos mercados individuais; e os Estados perdem o poder regulador sobre as economias nacionais, que vão em direção da doutrina teórica do neoliberalismo que "valoriza sistematicamente o papel do mercado às custas do Estado e também das grandes empresas" (cf. Anderson, 1995, p. 147). É esse, portanto, o "*processo subjacente de mudança estrutural-histórica na própria natureza do capitalismo, (...) que tem escorado e possibilitado o sucesso ideológico do neoliberalismo*" (ANDERSON, 1995: p. 147).

Borón, que prefere conceituar este momento como o da "*emergência de uma nova etapa de capitalismo competitivo, com um novo papel e uma nova dinâmica para os mercados*" (1995, p. 160), também considera que esse processo não é fruto de um projeto ideológico e político determinado, mas é neste contexto que o neoliberalismo emerge como uma corrente particular.

A expansão do neoliberalismo "*significou o triunfo de um projeto de recomposição reacionária do capitalismo que atraiu para si todas as forças da burguesia internacional*" (BORÓN, 1995: p. 172). O livro *Freedom to choose*, de Friedman, num espaço de 3 a 4 semanas foi lançado em 90 países, simultâneo ao lançamento de um vídeo e da uma *turnée* mundial do autor, dentro de um projeto político articulado, que considerava inclusive a derrota do socialismo e o enfraquecimento do movimento operário. Isto mostra o grau da hegemonia neoliberal e explica o seu efeito de impacto mundial (BORÓN, 1995: p. 172).

Para Borón, o neoliberalismo resume o senso comum imposto pelas classes dominantes de nossa época, que tem por base a idolatria ao mercado; a demonização do Estado; exaltação da empresa privada; e o "darwinismo social de mercado", que aparece como desejável e eficaz (BORÓN, 1995, p. 158). Emir Sader compreende o neoliberalismo como um modelo hegemônico: *"uma forma de dominação de classe adequada às relações econômicas, sociais e ideológicas contemporâneas"* (p. 146) que enquanto processo transcendeu os limites econômicos e se transformou *"no senso comum do nosso tempo"* (SADER, 1995: p. 147). Sader aponta que um dos resultados do avanço do neoliberalismo é o processo de reprivatização das relações de classe (que estavam fortemente permeadas pelo Estado). (SADER, 1995: p.140)

Anderson traça um paralelo com o marxismo, que enquanto doutrina forte foi à inspiração original dos partidos sociais democratas. *"Não podemos subestimar o poder das idéias"* (ANDERSON, 1995: p. 166). Embora aja uma conexão entre o neoliberalismo forte e as versões mais difusas dessa ideologia, que são mediadas por dirigentes políticos que ocupam posições de poder e que têm uma forte formação teórica em Hayek e Friedman, tais como: Miguel Bouer e Carlos Solchaga, estrategistas econômicos do PSOE na Espanha; e na Suécia social-democrata, Feldt o ministro de Finanças; Vaclav Klaus da República Tcheca, que vive citando Hayek; Roberto Campos (que possuía grande poder decisório no Brasil, certamente leu Hayek); Fernando Henrique Cardoso (certamente leu Hayek e Friedman); e Mário Vargas Llosa (do Peru, que se confessou admirador de Hayek e Friedman ao próprio Anderson) (ANDERSON, 1995: p. 166).

Há de se diferenciar a doutrina neoliberal mais consistente e elaborada da versão maquiada, isto é, da "nova economia" em execução em alguns países, mas é importante assinalar a forte conexão entre ambas. *"Há (...) uma relação funcional entre o espaço teórico mais amplo e o espaço domesticado, datado, onde as idéias se traduzem em medidas práticas"* (ANDERSON, 1995: p. 165).



Portanto, há duas versões de neoliberalismo: uma "dura" e outra "branda" (FERNANDES, p. 54-6). A versão "dura" é fruto da ideologia original do neoliberalismo, que define o mercado com regulador eficaz da economia e solução para todos os problemas fundamentais da modernidade, justificando que toda intervenção estatal é danosa. Este projeto no original não é aplicado em nenhum país do mundo (FERNANDES, 1995: p. 54).

Nessa mesma linha, Laurell elabora um modelo explicativo ao neoliberalismo, em que o fundamental é construir um novo padrão de acumulação do capital, que necessariamente passa pelo desmonte das instituições do Estado de bem-estar.

A primeira vertente deste modelo é a supressão dos direitos sociais, que conseqüentemente desobriga o Estado de garantir o acesso desses direitos a todos os cidadãos (LOURELL, 1995: p. 169). Isto implica remercantilizar esses bens públicos através da privatização do financiamento e dos serviços (idem, 163). Para o neoliberalismo, este modelo permite uma expansão das ações da iniciativa privada. Também está fundamentado que o Estado deve prover com seus benefícios apenas os que se encontram na condição de indigentes; para os demais, qualquer tipo de benefício deve corresponder a uma contrapartida, como o pagamento ou o desempenho de um trabalho.

A segunda vertente é a redução do gasto social público (ibidem, p. 169), priorizando a canalização dos recursos sociais para os grupos mais carentes (ibidem, 163) e a descentralização dos serviços, que;

*"(...) não tem por objetivo democratizar a ação pública, mas, principalmente, permitir a introdução de mecanismos gerenciais e incentivar os processos de privatização, deixando em nível local a decisão a respeito de como financiar, administrar e produzir serviços".*

(LAURELL, 1995, p. 174).

O elemento articulador da estratégia neoliberal é a privatização, pois;

*"(...) atende ao objetivo econômico de abrir todas as atividades econômicas rentáveis aos investimentos privados, como o intuito de ampliar os âmbitos da acumulação, ao objetivo político-ideológico de remercantilizar o bem-estar social."* (LAURELL, 1995, p. 167)

Mas outros pesquisadores também concordam que o neoliberalismo foi legitimado pela via democrática. Cabe ressaltar, no sentido de reforçar esta idéia, que os dois governos que aplicaram os modelos neoliberais ferindo o preceito democrático foram Pinochet no Chile e Fujimori no Peru. No Chile, as políticas neoliberais continuam sendo aplicadas pelos sucessores de Pinochet, eleitos democraticamente. No Peru, quando as eleições diretas foram convocadas, todos os partidos que se opunham ao modelo neoliberal não atingiram juntos 10% dos votos.

Mas, como Fernandes assinalou, havia um limite para essa legitimação democrática do neoliberalismo; um limite objetivo da "capacidade de tolerância" das massas à degradação das suas condições de vida (FERNANDES, 1995: p. 54-6). Pois foi o que aconteceu em 2002/03. Os falaciosos êxitos sociais do neoliberalismo, só conseguiram promover desigualdades sociais, o que fez emergir traços de resistências, desencadeando manifestações que levaram ao esgarçamento do tecido social, e serviram de combustível para as transformações políticas no Continente, tais como: Hugo Chavez (1998/06) na Venezuela; Ricardo Lagos (2000) e Michelle Bachelet (2005) no Chile; Alejandro Toledo no Peru (2000/01), Luis Inácio da Silva (2002/06) no Brasil; Néstor Kirchner (2003) e Cristina Kirchner (2007) na Argentina; Tabaré Vázquez (2004) no Uruguay; Evo Morales (2005) na Bolívia; Rafael Correa (2006) no Equador; Alan Garcia (2006) no Peru e Daniel Ortega (2006) na Nicarágua. E continuísmos ou retrocessos, como Álvaro Uribe (2002) na Colômbia, Nicanor Duarte (2003) no Paraguai e Felipe Calderón (2006) no México.

#### **1.4.1. As Técnicas a Serviço do Capital**

A ciência e as técnicas da informação permitiram a construção de um sistema técnico de abrangência planetária em que diversos pontos do mundo encontram-se ligados. No atual período – Popular da História – uma lúcida dedução teórica do professor Milton Santos, os objetos técnicos permitem a fluidez tanto material como

informativa no território, trazem possibilidades e impõem outros comportamentos devido às novas formas de produção, circulação de insumos, produtos e dinheiro nunca antes vistos. Mas com a intensificação e o aprofundamento do Consenso de Washington via neoliberalismo, o Estado nacional – como o conhecemos hoje – devia ser eliminado. A coordenação das políticas macroeconômicas passa para os cartéis (megaempresas globais) ou organismos supranacionais (FMI/Banco Mundial/OMC).

Os serviços públicos devem ser privatizados para se adaptar às estratégias globais. O Estado Mínimo passa a ser então sinônimo de legislação e ainda assim basicamente na área civil, pois as de ordem econômica e trabalhista devem ser precarizadas e flexibilizadas – a formação da União Européia expressa claramente esta perspectiva. E também deve se organizar, assumindo total responsabilidade para que os excluídos não perturbem os incluídos na “nova ordem”, garantindo a elite burguesa, ordem e segurança que a produtividade/qualidade/racionalidade requerem.

Cabe ressaltar que as possibilidades geradas pelo progresso técnico do atual período são seletivas porque poucos agentes possuem acesso às novas tecnologias e estas se instalam em pontos determinados do território. A fragmentação sócio-territorial que a globalização produz através dessa seletividade deve ser mais bem estudada principalmente em países que, como o Brasil, se insere no regime federativo. Políticas liberalizantes preocupadas em atingir o equilíbrio macroeconômico desviam a atenção do Estado Nacional para outras questões, e isso, somado à seletividade, faz com que as unidades da federação travem uma disputa intensa, que ficou conhecida como *guerra fiscal*, ou, como será aprofundado mais adiante, *guerra dos lugares*.

A existência desse novo sistema proporcionou o surgimento do mercado internacional em que grandes empresas que fazem uso desses novos recursos agem por todos os lugares que lhes sejam convenientes para melhor produzir e lucrar. Essas empresas podem ser adjetivadas como “forças supranacionais”, ou seja, conectam nações, ficando “acima” do controle do Estado e não possuem compromissos com o território em que se instalam. No entanto, elas condicionam por

toda parte o funcionamento das sociedades nacionais, transformando países em meras bases de aluguel a serviço de seus interesses (MARTINS, 1996).

A explosão do número de municípios e as diversas propostas de criação de novos estados e territórios federais atestam a crise da federação, já que esse sistema não satisfaz a totalidade do território. O esvaziamento do Estado, ou seja, de suas políticas e da capacidade de controle das ações realizadas no seu espaço de poder ressalta uma característica marcante trazida pela globalização: a relativa perda da soberania.

A globalização (neoliberalismo financeiro e tecnológico mundial) se instalou para anular a capacidade da ação política, mas a população excluída e os agentes sociais prejudicados se organizam contra essa imposição e dominação econômica, através de várias ações, sendo que a mais importante e fundamental foi a criação do Fórum Social Mundial (FSM). E passam a exercer uma cidadania mais plena, exigindo seus direitos: a educação universal com qualidade, direitos culturais, direito à saúde, mais segurança, construindo uma concepção participativa inovadora, não apenas crítica, mais ética, mais social, saindo da passividade contemplativa.

#### **1.4.2. Guerra dos Lugares**

Uma das questões recentemente debatida no atual cenário político brasileiro é a chamada “guerra dos lugares”. Trata-se de um plano de ações e reações travado entre governos estaduais ou governos municipais com o objetivo de atrair investimentos privados e de retê-los em seus territórios.

Esse tipo de estratégia assumiu forma particularmente intensa ao longo dos anos 90, mas não é algo novo ou surpreendente. Ao contrário, o uso de instrumentos fiscais no repertório de políticas de desenvolvimento regional já foi bastante utilizado no Brasil, assim como em outros países igualmente marcados por forte heterogeneidade econômica interna. O que é novo e polêmico por aqui é o cenário por assim dizer anarquizado, em que a competição passou a ser uma guerra sem limites, à margem de meios de regulação capazes de atenuar seu impacto negativo sobre as relações federativas.

O termo “guerra”, utilizado para explicar as relações entre a disputa por investimentos entre as unidades da federação, é tudo, menos trivial. É uma metáfora muito significativa, que traduz um problema de cunho eminentemente constitucional, no sentido pleno do termo, ou seja, quanto ao grau de consenso sobre os fundamentos da ordem política. (CATAIA: 2001)

O atual conflito fiscal entre os estados possui causas bem definidas. É o efeito de certas condições políticas e econômicas que emergiram uma após outra, desde meados da década de 80, cuja interação resultou potencialmente numa crítica ao Estado.

*“O imperativo da exportação, sugerido a todos os países como uma espécie de solução salvadora, é uma verdade ou apenas um mito? Afirma-se, com muita força, que os países que não exportam não têm presente nem futuro, sem explicar cabalmente por quê. A doutrina é tão forte que, embora isso não seja sempre reconhecido, chega-se ao paroxismo de agir como se o próprio território devesse também ser exportado.*

*Começamos pela definição de território, na verdade uma redefinição. Consideremos o território como o conjunto de sistemas naturais mais os acréscimos históricos materiais impostos pelo homem. Ele seria formado pelo conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial, e mais o seu uso, ou, em outras palavras, a base técnica e mais as práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e de política. Os acréscimos são destinados a permitir, em cada época, uma nova modernização, que é sempre seletiva. Vejam-se os exemplos das ferrovias na segunda metade do século 19 e das infovias hoje.”*

(SANTOS, 2000: 79-116.)

Ocorreu de início um processo de desmonte do regime autoritário de 1964, culminando com a Constituição de 1988. Entre os elementos da referida desmontagem, ocupava lugar de destaque um impulso muito claro de descentralização política e institucional, tendo como objetivo o deslocamento de poder federal em favor de estados e municípios. Existe um componente democrático: a descentralização estabelecida na constituição brasileira de 1988; porém ela estimulou uma espécie de ausência de leis no que diz respeito ao quadro tributário no âmbito da federação, ao atribuir a cada estado o poder de fixar autonomamente as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que constitui a base da receita estadual de impostos. Estava dado o alicerce jurídico para as escaramuças da guerra fiscal.

A revisão do pacto federativo que ocorreu na Constituição de 1988 provocou uma atitude hostil da União contra a descentralização, pelo que ela significava de perda de receita. Desde então se observa o empenho do governo federal em ampliar sua parte do bolo tributário, empregando para isso vários meios, inclusive alguns que apontam para uma nova centralização, indo de encontro, portanto com a linha consagrada pela Constituição. (CATAIA, 2001: p. 50-75)

O Governo Federal tem levado adiante, desde o início da década de 90, toda uma seqüência de medidas de orientação neoliberal, de submissão ao receituário do Consenso de Washington, do FMI e da OMC, que se ligam ao cenário da guerra fiscal sob dois aspectos. Um deles diz respeito ao abandono de políticas e de instrumentos de coordenação inter-regional, dentro da estratégia mais ampla de mudança do papel diretivo do poder central sobre a economia. As agências federais de desenvolvimento regional foram sucateadas e esvaziadas e finalmente extintas em 2001 por FHC.

As ações governamentais nesse setor foram descentralizadas para facilitar o desmonte e a corrupção, deixando a gestão praticamente a cargo das administrações subnacionais regionais, para justificar a intervenção e o fechamento. Além do mais, consolidou-se no âmbito do governo federal uma postura basicamente avessa a políticas industriais ativas, de caráter discricionário. Seu discurso enfatizou sempre que as políticas relevantes são aquelas voltadas para os ganhos sistêmicos, para a redução do “custo Brasil etc. Na prática, a progressiva retirada do governo federal das ações discricionárias não levou à ‘saúdável hegemonia do mercado’, como muitos esperavam, mas criou um vazio de políticas rapidamente preenchido pela ação dos grupos regionais” (PRADO & CAVALCANTI, 2000, p. 113).

*“(...) Com a globalização, o território fica ainda mais importante, ainda que uma propaganda insidiosa teime em declarar que as fronteiras entre Estados já não funcionam e que tudo, ou quase, se desterritorializa. Na verdade, se o mundo tornou possível, com as técnicas contemporâneas, multiplicar a produtividade, somente o faz porque os lugares, conhecidos em sua realidade material e política, distinguem-se exatamente pela diferente capacidade de oferecer às empresas uma produtividade maior ou menor. É como se o chão, por meio das técnicas e das decisões políticas que incorpora, constituísse um verdadeiro depósito de fluxos de mais-valia, transferindo valor às firmas nele sediadas. A produtividade e a competitividade deixam de ser definidas devido apenas à estrutura interna*

*de cada corporação e passam, também, a ser um atributo dos lugares. E cada lugar entra na contabilidade das empresas com diferente valor. A guerra fiscal é, na verdade, uma guerra global entre lugares.*

*Por isso, as maiores empresas elegem, em cada país, os pontos de seu interesse, exigindo, para que funcionem ainda melhor, o equipamento local e regional adequado e o aperfeiçoamento de suas ligações mediante elos materiais e informacionais modernos.*

*Isso quanto às condições técnicas. Mas é também necessária uma adaptação política, mediante a adoção de normas e aportes financeiros, fiscais, trabalhistas etc. É a partir dessas alavancas que os lugares lutam entre si para atrair novos empreendimentos, os quais, entretanto, obedecem a lógicas globais que impõem aos lugares e países uma nova medida do valor, planetária e implacável. Tal uso preferencial do território por empresas globais acaba desvalorizando não apenas as áreas que ficam de fora do processo, mas também as demais empresas, excluídas das mesmas preferências. (...)"*

(SANTOS, 2000: 79-116.)

Dessa maneira o terreno ficou livre para as disputas entre os estados por oportunistas de plantão, como no Paraná, onde o Governo Lerner desmontou a máquina administrativa do estado e criou para os grupos empresariais amigos, oportunidades de investimentos em áreas antes exclusivas do governo estadual, deixando para os demais competidores os meios de desenvolvimento, a serem procurados cada um por si. Configurava-se o arcabouço político para as ações e reações desordenadas da guerra dos lugares.

O outro aspecto refere-se à abertura da economia brasileira, com o aprofundamento de sua inserção global. A abertura ensejou a condição econômica para a escalada da guerra fiscal, na medida em que atraiu um fluxo crescente de capitais internacionais em busca de oportunidades de investimento no país. Parcela significativa da guerra fiscal tem a ver com a disputa por projetos industriais de origem internacional, sendo os mais cobiçados os da indústria automobilística. Inclusive no âmbito do Mercosul.

A consolidação do Mercosul desse período foi atingida pela relativa estabilidade proporcionada pela ficção da pseudo-âncora cambial (o dólar) do Plano Real, que teve como pano de fundo uma isca para atrair os capitais nacionais competitivos, que sucumbiram à tentação da vantagem cambial do dólar.

Esse conjunto de estratégias neoliberais (reforma da constituição, lei de responsabilidade fiscal e privatarias) ofereceu boas perspectivas para as

corporações multinacionais incluírem o Brasil em seus planos de expansão, iniciando o maior período de desnacionalização do setor produtivo brasileiro. Podemos considerar, em geral, que o leilão de incentivos fiscais promovido pelos governos estaduais, além das linhas de crédito do BNDES, não foi fundamental para que essas grandes empresas definissem por novos projetos no Brasil, pois elas o fariam de qualquer maneira pelas razões de mercado. Era provável que em princípio iriam se instalar na área economicamente central do país.

Portanto, a guerra dos lugares foi fomentada pela mundialização da economia, na medida em que a disputa por capitais externos obrigou as crescentes concessões dos estados. Na gênese da questão estão as desigualdades regionais do país e a limitação de recursos internos para investimentos capazes de atenuar tais desigualdades. Levando isso em conta, poderia ser oportuno para cada estado, considerado isoladamente, entrar nesse jogo, para aumentar as suas chances de atrair investimentos, as quais, sem incentivos, seriam diminutas. Sonhando com novos empregos, e diversificação da produção local, as indústrias incentivadas poderiam atrair outras, o que por sua vez expandiria o nível de emprego e a renda da região.

Para o país como um todo, contudo, as conseqüências são negativas. Ao lado das tensões políticas e federativas entre os estados, cabe ponderar qual o custo social das renúncias fiscais, e das dilatações promovidas por governos estaduais que nem sempre estavam em condições de fazê-lo sem precarizar ainda mais a qualidade de vida de seus cidadãos. Como diagnosticou Diniz, “a guerra fiscal corrói as finanças públicas, compromete receitas futuras e desvia os preços relativos. Nessa guerra, ganham os estados mais desenvolvidos, com melhores condições locais e maior cacife financeiro e político. Isto seguramente agravará as desigualdades regionais” (DINIZ, 2000: p. 343).

No mundo da globalização o Brasil passa a se encontrar imerso em uma nova realidade. Sob a ação de grandes empresas hegemônicas, o território é chamado a dispor de novos conteúdos instrumentais às lógicas globais, de onde decorrem novos contornos, novas características e novas definições ao espaço geográfico,



sobretudo porque, sob o imperativo da eficiência e da competitividade, o valor de toda ação está estreitamente relacionado com sua localização.

O fenômeno da guerra dos lugares, manifestado pelo uso do território brasileiro, permite que se possa afirmar seguramente que o pacto federativo se encontra em crise e necessita-se urgentemente de um novo pacto sócio-territorial que seja indissociável de um projeto nacional.

## 2. AS FORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS PARANAENSES

### 2.1. A gênese do Paraná (séculos XVI-XVIII)

A ocupação do espaço territorial paranaense respeitou o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, entre Portugal e Espanha. O território paranaense foi explorado por duas frentes, a **ocidental** espanhola e a **oriental** portuguesa.

Com a divisão do Brasil em Capitanias pelos portugueses, as terras do litoral paranaense fizeram parte de duas delas: São Vicente e Santana.

A capitania de São Vicente (donatário Martins Afonso de Souza) compreendia as terras desde Bertioga (SP) até a barra da baía de Paranaguá. Esta capitania hoje pertencente ao estado do Paraná foi esporadicamente visitada por europeus que buscavam madeiras de lei. No período de domínio espanhol, foi estimulado o contato dos Vicentistas com a área do rio da Prata e tornou-se mais freqüente o percurso da costa meridional, cuja exploração intermitente também seria motivada pela procura de índios para escravizá-los e de riquezas minerais. A capitania de Santana (donatário Pero Lopes de Souza) situava-se ao sul da referida, prolongando-se até onde fossem legítimas as terras de Portugal.

Além dos indígenas, os primeiros traços da população no Paraná datam de 1550, através da experiência relatada por Hans Staden (História e Descrição de um País Selvagem: 1557), onde confirmou a existência de portugueses na área litorânea, provavelmente mercadores de escravos que viajavam de São Vicente para levar à frente o seu comércio ou guiar as expedições.

Aos poucos, os primeiros aventureiros atingiram o Planalto Curitiba, os vales dos rios Ribeira, Açungui, Iguaçu e Tibagi. Por volta da metade do século XVII, já se contavam no Planalto inúmeros arraiais de mineração, dos quais o arraial denominado Vilinha, às margens do Rio Atuba, deu origem à formação e organização do território do município de Curitiba, cujo modelo econômico de exploração foi o escravismo de indígenas e negros.



As terras do oeste paranaense foram ocupadas, primeiramente, por espanhóis. Entre os anos de 1541 e 1542, a expedição comandada por Dom Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca atravessou as terras paranaense de leste para oeste, quando se dirigia para Assunção a fim de tomar posse do cargo de governador, para o qual fora nomeado.

Em 1608, todo o ocidente paranaense passou a formar a Província de Guairá, sob a jurisdição dos padres jesuítas espanhóis. Dois anos após, a região formava uma Republica Cristão, compreendendo treze núcleos de indígenas aldeados entre os rios Tibagi, Paranapanema, Iguaçu e Paraná.

A expansão de Cabeza de Vaca representa a primeira Formação Sócio-Espacial do Território Paranaense, ou seja, o primeiro recorte articulado, organizado e reconhecido, em grande estilo, do interior paranaense, e com ela ficou aberto o caminho aos europeus para o centro do continente.

Muitos viajantes vagaram pelos caminhos do Paraná, em busca de riquezas e aventura. Entre eles se destacam Cristobal Saavedra (1551), Hernando Salasar (1552), Ulrich Schmidel (1553), Ruy Diaz Melgarejo (1554), de Assunção ao litoral paulista, e em 1555, do litoral catarinense a Assunção. (CARDOSO e WESTPHALEN: 1986)

Ainda no século XVI, o Governador do Paraguai, que representava a Coroa Espanhola – proprietária da porção ocidental da América do Sul por força do Tratado de Tordesilhas – decidiu estabelecer diversos núcleos de colonização no território que veio a constituir o Paraná, de modo a limitar a expansão portuguesa na direção oeste, controlar os índios e estabelecer uma saída pelo Atlântico para a Espanha através da Baía de Paranaguá.

Para isto, os espanhóis foram ajudados pelos jesuítas que estabeleceram diversas reduções indígenas que duraram até 1628-40, quando foram exterminadas por expedições dos bandeirantes (Manoel Preto, Antonio Raposo Tavares, Fernão Dias Paes Leme, etc., ver figura 2), que vieram de São Paulo enviadas para explorar o território e garantir a ocupação da terra pela Coroa Portuguesa, cujo objetivo estratégico era o reconhecimento das riquezas, o aprisionamento dos indígenas.

Registros deixados afirmam que 80% do PIB da Comarca eram oriundos do comércio de escravos, o grande e fabuloso ciclo econômico paranaense nesse período.

*Antonio Raposo Tavares embarcou de Iguape com uma bandeira que compunha-se de cerca de 4.000 bandeirantes, penetrando no planalto paranaense através do vale do rio Ribeira. Em 8 de setembro de 1628 transpôs o rio Tibagi e invadiu e arrasou mais 12 cidade/aldeamentos, fora o massacre, aprisionou cerca de 20.000 indígenas vendidos como escravo em São Paulo. (...) Ataques seguintes contra Vila Rica e Guairá, invadidas em 1631 e 1632, onde foram mortos mais de 20.000 indígenas, e aprisionados cerca de 80.000. Que foram vendidos em São Paulo. Foram relatados que após estas sangrentas caçadas aos indígenas e aos escravos, o preço da mercadoria, devido à oferta exagerada, baixou de Rs 100\$000 para Rs 20\$000. (MAACK: 1981)*

No século XVIII, a consolidação e a expansão das atividades mineradoras em Minas Gerais relegam o Paraná a uma posição secundária. Subordinado à capitania de São Paulo, mantém a economia limitada à agropecuária praticada em grandes latifúndios com roupagem feudal.

Quando o Brasil ficou independente de Portugal, em 1822, o território paranaense ainda fazia parte da Província de São Paulo. Era denominado de **"Comarca de Paranaguá a Curitiba" ou de "5ª Comarca de São Paulo"**.

Porém as autoridades locais já estavam fazendo tentativas para conseguir a separação de São Paulo. Pretendiam que aqui se criasse uma nova província, com governo próprio, isto é, queriam a emancipação política.

O governo paulista utilizava o Paraná para sua expansão feudal, praticando comércio de escravos, num primeiro momento indígena, depois clandestinamente negros africanos, trazidos ilegalmente após as proibições internacionais e locais.

São Paulo estava muito distante, e as comunicações, feitas através de péssimos caminhos, eram muito demoradas, dificultando o atendimento das necessidades da Comarca, tornando lenta a aplicação da justiça. Os paulistas em nenhum momento fizeram melhorias, a idéia era manter a comarca atrasada e isolada, para melhor administrar as atividades ilegais.

A população estava descontente com a situação. Desagradava o recrutamento dos homens do lugar para servirem como soldados nas lutas para a conquista e a defesa das terras do interior, além do pagamento de altos impostos. As queixas eram muitas.

Até o séc. XVIII, apenas Paranaguá e Curitiba têm a condição de vila. A descoberta das jazidas de ouro em Minas Gerais relega a segundo plano a mineração paranaense, e a economia passa a basear-se na pecuária extensiva em grandes latifúndios.

## 2.2. A FORMAÇÃO DOS CAMINHOS E DESCAMINHOS DAS TROPAS

Em 1853, a província é separada de São Paulo e inicia-se um programa oficial de imigração europeia, principalmente de poloneses, alemães e italianos. No final do séc. XIX, a construção de ferrovias viabiliza a indústria madeireira. De 1912 a 1915, participa da Guerra do Contestado contra Santa Catarina.

Uma das maiores contribuições para desvendar a alma brasileira, que talvez ficasse ignorada por muito tempo, e contribui decisivamente para desvelar a realidade social brasileira, foi “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, cunhada em fins do século XIX. Aqui podemos traçar um paralelo com o Contestado, pois nesses casos são movimentos cujo objetivo era assegurar aos negros, mestiços e caboclos o direito à terra, uma vez que o mesmo governo que atraía imigrantes estrangeiros e doavam terras era o mesmo que rechaçava e impedia os brasileiros ao direito à cidadania e o acesso às terras.

*Os países da América são tidos como frutos da expansão econômica da Europa, ao iniciar-se o processo colonialista. A partir do século XVI, a América entrou na história, mas Ortega Y. Gasset afirmou que “A América ainda não havia começado a sua história universal”. A liquidação colonial iniciou-se com a revolução industrial. Porém, muitos autores acham que a autonomia dos países, alcançada no passado, teve apenas um conteúdo político, permanecendo a submissão, a dependência econômica.*

*As lutas pela independência tinham tanto conteúdo político quanto econômico. Isto não significa que não hajam surgido novas formas de domínio econômico estrangeiro e, numa segunda etapa, provocando eclosões de cunho nacionalista.*

*Ao atracarem as velas lusitanas, tribos vivendo na Idade da Pedra vagavam em nossas florestas. A divisão do território em capitânicas estabelecia um semi-feudalismo no país. Um milhão de indígenas conviveram e se misturaram com os brancos. O mameluco conservou no interior hábitos indígenas, vivendo de caça, pesca, extração de alguns produtos das selvas, e de um ou de outro cultivo, ora agregando-se às fazendas, originando uma massa camponesa semi-plebéia. Tornou-se básica a cultura de subsistência. De cinco a dez milhões de negros que vieram da África, em regime de escravidão. Misturados a brancos, índios e mamelucos, a miscigenação atingiu índices extraordinários. Os mestiços, pouco a pouco, vão se constituindo em maioria. Esse povo é descoberto nas sesmarias, em regime de servidão, e aí reside a importância de **Os Sertões**, de Euclides da Cunha. (NASCIMENTO: 1984)*

A história não pára, é um trem bala correndo em direção ao futuro. Mas historiadores tupiniquins têm-na visto estática, enquanto os mais avançados referem-se à carga e à luta dos passageiros. É quando a história se transforma em fotografia colorida, tirada de ângulos especiais – agora com a

nova tecnologia digital, fica mais fácil a edição –, encobrendo, sob o jogo de luzes e sombras, uma realidade muito maior.

Nela o Paraná se revela com todas as suas forças, sua glória, seu sangue.

A coroa portuguesa proibiu o progresso no Brasil. Não podiam ser construídas estradas para o escoamento dos produtos da terra, do ouro e de manufaturas. Não era permitida a existência de engenhos, fábricas, confecção de jóias, tipografias, escolas, livros, etc. Tais proibições, entravando o desenvolvimento econômico, dificultando a formação de classes com todas as suas categorias, provocavam a eclosão separatista.

Com a pecuária houve ocupação de novos territórios, porém muito rala e cheia de vácuos.

O Paraná é limitado ao norte pelo Estado de São Paulo; ao sul, por Santa Catarina; a leste, pelo oceano Atlântico; a noroeste, pelo Mato Grosso; a oeste, pelo Paraguai; e a sudoeste, pela Argentina. O Paraná fica no centro da região centro-sul brasileira e tem uma grande importância geográfica e estratégica.

Um conjunto de planaltos se sucede no sentido leste-oeste, da Serra do Mar, junto ao Atlântico, até o rio Paraná, passando pela escarpa Devoniana (Serra de São Luis do Purunã) e a escarpa Triássica Jurássica (Serra Geral). Entre as duas primeiras serras, encontra-se o planalto de Curitiba e, em seguida, o de Ponta Grossa – os Campos Gerais. Após a Serra Geral ou da Esperança, o planalto de Guarapuava. Finalmente, no limite oeste o curso do rio Paraná. A sua região é florestal, onde predominaram o pinheiro, a imbuia, cedro, erva-mate; e de campos. Na faixa litorânea, é tropical, quente e baixa. Mais de dois terços de território eram tomados por inóspita e indevassável selva que, de norte a oeste, fechava a zona salpicada de povoados pouco distantes do litoral, em semicírculo. (MAAK: 1986)

Na fase da mineração, paulistas e lagunenses tropeavam o gado dos pampas, cargueiros de carne seca e courama, através de Santa Catarina rumo a Sorocaba. Ao passarem pelos Campos Gerais, estes ficaram



conhecidos como “o corredor do gado”. Neste corredor, surgiram os pousos, as invernadas e os primeiros povoados: Castro, Ponta Grossa, Lapa e Palmeira.

Depois disso, houve busca de ouro no interior, e o afluxo de aventureiros fez nascerem três vilas: a primeira, na entrada do porto, Paranaguá; outra, no fundo da baía, Antonina e, bem pouco distante da orla marítima, Morretes. Ao ultrapassarem a serra do Mar, fundaram mais outra, Curitiba. Nesse período, nasceram Sorocaba, em São Paulo, Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis) e Laguna.

O Conselheiro Mafra (Exposição histórico-jurídica, p. 44) revela que:

*O Governador de São Paulo, D. Antonio Luiz de Souza, Morgado de Mateus, pretendendo ocupar e povoar as fronteiras de sua capitania com o sobre-excesso da população mestiça que andava vagabunda, depois de vencer a inicial relutância de Correia Pinto, dando-lhe uma patente de Capitão-Mór Regente e prometendo-lhe uma comenda da Ordem de Cristo, encarregou-o de povoar os campos de Curitiba (...)*

Nos relatos de Auguste de Saint-Hilaire:

*Numa citação de Francisco de Paula e Silva Gomes, inserida no Anuário de Sigaud para 1847, há mais de vinte anos começaram a construir em Curitiba a casa da câmara e a cadeia, mas a obra se encontrava inacabada e abandonada, o autor da nota atribui a negligência ao governo provincial com sede em São Paulo. Essa e outras passagens, relatadas pelos viajantes estrangeiros nos séculos 18 e 19, demonstram que os paulistas agiam de forma deliberada contra investimentos na 5ª comarca do Paraná. Em última análise agiam para impedir o desenvolvimento, ou atrapalhar sua organização. (...)*

*(...) Os gêneros de exportação, no presente, continuam a ser os mesmos; mas as quantidades forçosamente aumentaram, tendo-se em vista a maior densidade demográfica e a maior extensão das terras cultivadas. Diz Francisco de Paula e Silva Gomes que, num dos últimos anos, a comarca de Curitiba exportou muitas centenas de alqueires de feijão para o Rio de Janeiro, onde havia grande escassez desse gênero. O suprimento do mercado fizera o preço cair de 20\$000 para 8\$000 (in Sigaud, Anuário do Brasil, 1847, pág. 526). Acrescenta o mesmo autor que, se os caminhos fossem melhores, Curitiba poderia fornecer excelentes batatas ao Rio de Janeiro.*

*(...) Conforme o relatório de 1844, do presidente da Província de São Paulo, parece que atualmente as comunicações diretas entre o sul da comarca de Curitiba e São Francisco não oferecem tantas dificuldades como em 1820; entretanto, L. Aubé diz com sua autoridade (Notice sur la province de Sainte-Catherine) que "os trabalhos da estrada de Curitiba a ilha de São Francisco foram tão mal feitos, que, por assim dizer, jamais será ela transitável".*

*(...) Poucos anos antes de minha passagem por essa região, o respeitável bispo do Rio de Janeiro, José Caetano da Silva Coutinho, visitando sua extensa diocese, e tendo percorrido a comarca de Curitiba e atravessado a*

*Serra de Paranaguá, prometera solicitar ao rei os meios necessários para construir nessas montanhas um caminho transitável. De regresso ao Rio de Janeiro, o bispo cumprira a sua promessa e, pouco tempo depois, o ministro escrevia às autoridades locais pedindo-lhes que enviassem informações exatas acerca do caminho da Serra tal como ele se encontrava, sobre os meios de melhorá-lo e a maneira de prover as despesas necessárias para a realização da obra. As mencionadas autoridades, respondendo ao ministro, propuseram se criasse um imposto sobre os muares e as mercadorias que descessem e subissem a Serra. O rei mudou o seu ministério e nunca mais se tratou do assunto.*

*(...) Pelos discursos dos presidentes da Província de São Paulo a Assembléa Legislativa, verifico que, em relação a estradas, não se operaram, depois de minha viagem, mudanças muito sensíveis na comarca de Curitiba. Delinearam atalhos, esboçaram algumas estradas, deram início à abertura de picadas, isso tudo sem conexão e quase sem arte; nada fizeram de grande e verdadeiramente duradouro. O Sr. Francisco de Paula e Silva Gomes, em trabalho provavelmente escrito no ano de 1840, diz que o caminho de Curitiba a Paranaguá se acha nas piores condições possíveis (in Sigaud, Anuário, 1847), e o próprio presidente da Província de São Paulo, Sr. Manoel Felizardo de Sousa e Melo, exprime-se quase nos mesmos termos em seu relatório de 1844. (V. também a nota precedente).*

*(...) Curitiba em meados do século 19 possuía um comércio vistoso com lojas bem sortidas. Os negociantes recebiam mercadorias diretamente da capital do Império, mas vendiam apenas aos moradores do distrito, pois os negociantes das vilas situadas nas proximidades também se forneciam no Rio de Janeiro. Depois das mercadorias secas, tais como quinquilharias, ferragens, tecidos, etc., era o sal, devido ao grande consumo que dele faziam com o gado, o artigo que se importava em maior quantidade. A cidade de Curitiba enviava ao porto de Paranaguá toucinho, milho, feijão, trigo, fumo, charque e mate, sendo este em parte consumido pelos habitantes do litoral e em parte exportado para as cidades de Buenos Aires e Montevideú, privadas, pelos acontecimentos políticos, de obter essa mercadoria no alto Paraguai. Não devo esquecer, entre os artigos de exportação, o gado vacum que Curitiba vendia para São Paulo e Rio de Janeiro.*  
(SAINT-HILAIRE: [1851], 1978, p.71-73)

Nas caravanas bandeirantes predominavam caboclos, forros carijós e bem poucos negros escravos. Acompanhavam-nas alguns padres catequistas, tal como o Padre Chagas, em Guarapuava, que evitavam choque entre índios e os conquistadores. Povoados iam surgindo e crescendo do intercâmbio dos centros agrícolas e pastoris com os portos litorâneos. As exportações de produtos faziam-se por meio de tropas muares e carros de bois, que traziam, de volta, pólvora, sal, medicamentos, ferramentas e tecidos finos. Pouco a pouco, foram aparecendo as primeiras carroças. Porto União da Vitória, por onde o gado passava, assumia importância como entreposto porque de lá partiam, carregados de mercadorias, pelo Iguaçu, vaporezinhos com destino a Rio Negro e Porto Amazonas. À beira e à riba dos rios, longemente separados, sempre havia moradores, caboclos e seus ranchos rústicos, sua pequena roça, sua pesca e sua caça.

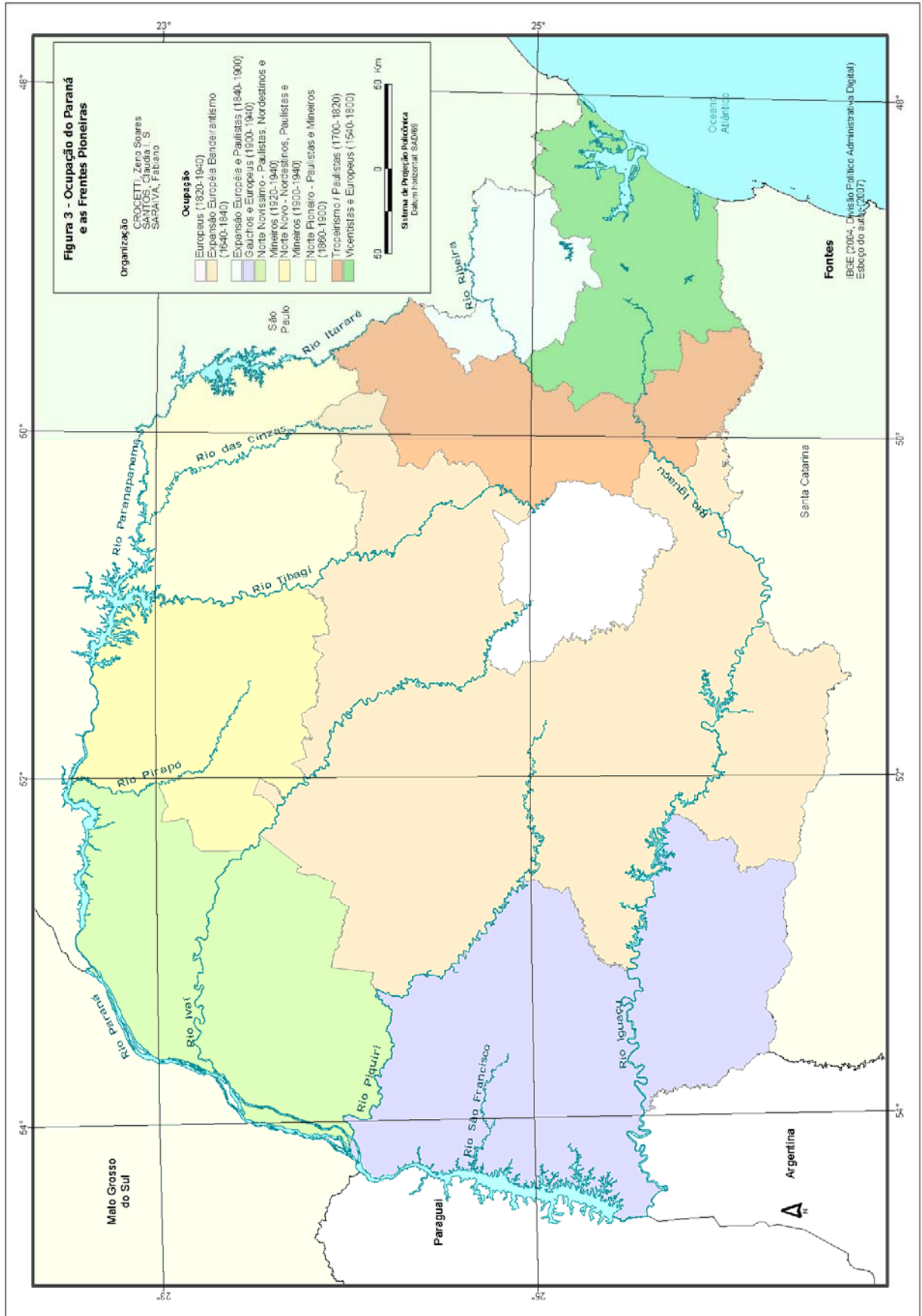


FIGURA 3 – Ocupação do Paraná e as Frentes Pioneiras.

*As clareiras de campos primitivos e originais mais propícias para a criação de gado e economia de subsistência, atraíam os povoadores. Onde a floresta era extensa e maciça, constituía obstáculo intransponível.*

*Já os bosques de pinheiros, menos ou mais extensos, não impediam de todo a instalação humana. O pinheiro é hospitaleiro, é o chão forrado de pinhas, é a casa, banco, mesa e tarimba, o utensílio, a cerca, o mangueirão e o galinheiro, o fogo avermelhando a trempe. À sua sombra fixaram-se os caboclos, tomando posse de pequenas porções de terras, posse que passava de pais a filhos. A massa desses matutos crescia incessantemente, misturada aos trabalhadores de mato e das companhias de Estrada de Ferro.*

*Uma organização social formou-se com fazendeiros, coronéis políticos e a massa semi-plebéia: peões, agregados, arrieiros, lavradores, trabalhadores braçais, bugres semi-civilizados e pequenos posseiros. Colonos estrangeiros viriam a serem pequenos proprietários agrícolas em diversas áreas. Nos vilarejos, de burguesia nascente, porém vilarejos estacionários em sua maioria, a vida dependia das estâncias. Mas já havia prosperidade quando, em 1853, nascia a província do Paraná, separada de São Paulo, por decreto de D. Pedro II. (NASCIMENTO: 1984)*

Existe uma acentuada diferença, que ainda não foi objeto de observação, entre os fazendeiros paranaenses típicos e os fazendeiros paulistas e mesmo nordestinos. É que os fazendeiros mais ao norte, por se dedicarem mais à agricultura – e em muitos casos, à transformação e comercialização dos produtos, ou pela facilidade de contato com centros maiores –, tinham uma dupla função: eram latifundiários feudais e capitalistas ao mesmo tempo.

*Era o que também acontecia entre nós, com os que se dedicavam à extração de erva-mate e à indústria de madeira, alguns até diretores de empresas de exportação. Estes capitalistas do campo, no campo não se fixam. Quando se esgotam as terras e há ocorrência de pragas, flagelos, geadas, etc., eles são os retirantes ricos a iniciarem o êxodo rural, se já não residem nas cidades grandes. A sua terra é apenas um negócio, investem seus capitais como o fariam em qualquer outra atividade econômica. Desfaz-se dela quando a julga imprestável, não rendosa. O grande fazendeiro de café é um exemplo. Raramente não mudou de propriedades ou não mudou de ramos de negócio. Já com o sitiante, pequeno proprietário, isto não é comum. Tais capitalistas de campo, capitalistas caipiras, mais avançados em suas reivindicações, tiveram posição saliente no processo revolucionário brasileiro. Formaram a corrente mais forte dentro do Partido Republicano. O fazendeiro paranaense e seus vizinhos do Sul têm outro espírito. Sua vida, seu mundo, são os campos. Ainda que houvesse também, entre nós, senhores de engenhos de erva-mate, meio nobres e meio escravocratas. O fato é que predominavam os fazendeiros camponeses, acompanhados à fixação e ao amor pela terra pelos imigrantes estrangeiros.*

*Isto explica por que a organização social aqui no Sul era mais conservadora, servindo de base à luta armada contra-revolucionária. Os nossos fazendeiros, menos progressistas, dominavam os estados e os municípios, dando lugar a uma oligarquia rural provinciana muito mais rebelde que a das outras regiões brasileiras.*

(NASCIMENTO: 1984)

O Paraná, região central do Centro-Sul brasileiro, teria de viver os grandes momentos do processo revolucionário, que haveriam de decidir os destinos políticos do Brasil.

Durante o período colonial, de 1530 a 1822, desenvolvem-se no Brasil múltiplas atividades econômicas de subsistência e de exportação. Os setores que interessam à metrópole são dirigidos para o mercado externo, controlados direta ou indiretamente através dos monopólios e da tributação. Destacam-se as monoculturas exportadoras de açúcar, algodão e tabaco e a mineração de ouro e diamantes. Essas atividades têm custo baixo e são baseadas no latifúndio e na escravidão. A colônia organiza-se como economia complementar à da metrópole. Produz o que a ela convém e compra dela tudo de que necessita. Cada uma das atividades produtivas tem importância maior em um determinado período, ou ciclo.

Com o impulso da colonização do Sul, a partir da primeira metade do século XVIII, a pecuária bovina também avança na campanha gaúcha. Fornecendo às regiões carnes salgadas e couros, a pecuária mantém-se como criação extensiva de baixo custo, estável e capaz de receber mão-de-obra dispensada pelas áreas exportadoras em épocas de crise.

*(...) direi agora algumas palavras sobre a comarca, da qual Curitiba é a sede, e estender-me-ei um pouco mais sobre o seu distrito.*

*A comarca limita, ao norte, com o rio Itararé; ao sul, com a Província de Santa Catarina e a do Rio Grande; e a leste, com o Oceano e novamente com a Província de Santa Catarina. Na direção oeste, os seus limites ainda não se acham determinados, existindo, desse lado, desertos imensos.*

*Em princípio de 1820, construía-na, além da sede, as vilas litorâneas de Curitiba, Paranaguá, Antonina, Cananéia e Iguape, e, no planalto, as de Lajes, Castro e Vila Nova do Príncipe da Lapa. No fim do mesmo ano, foi Lajes anexada a Província de Santa Catarina. Depois do estabelecimento do governo constitucional, a comarca de Curitiba passou a ser a quinta da Província de São Paulo, e dela separaram Cananéia e Iguape, a fim de as anexarem a sexta comarca, situada no litoral. Assim, em 1838, compunha-se aquela apenas de Guaratuba, Paranaguá, Antonina, Vila Nova do Príncipe, Curitiba e Castro<sup>18</sup>, achando-se agora acrescida de uma cidade, sem que, entretanto, tivesse havido aumento de território, pois somente separaram do de Antonina a antiga vila de Morretes que passou a ser sede de distrito.*

*Em 1813, a população da Comarca de Curitiba era de 36.104 habitantes<sup>20</sup>. Se não lhe houvesse desanexado Cananéia, Iguape e Lajes, essa população se teria elevado em 1839 a 56.626 almas, sendo 42890 da comarca, tal como ela é atualmente; 9.396 do distrito de Iguape; 1627 do de Cananéia; e 2713 do de Lajes<sup>22</sup>. Finalmente, conforme o pequeno trabalho do Sr. Francisco de Paula e Silva Gomes e os dados remetidos em 1843*

*pelos magistrados de Curitiba ao governo central, a comarca teria atualmente 60.000 habitantes. Conclui-se daí que, se o território de Curitiba não houvesse sofrido, de 1813 a 1839, nenhuma modificação, teria a sua população aumentado, em vinte e cinco anos, na proporção de 1 para 1,56, ou, se quisermos, o aumento teria sido, aproximadamente, de 5/9 do número primitivo, e, por conseguinte, menos de cerca de 1/7 que o que teria tido no mesmo período a comarca de Itu, se a extensão desta continua a ser a mesma de 1813. Demais, se alguma coisa nos poderá surpreender nesta diferença, é que não seja ela maior, uma vez que as terras de Itu oferecem acesso mais fácil as imigrações que as de Curitiba, e a introdução de escravos, guardadas as proporções, ser maior numa região em que se fabrica açúcar que naquela onde se dedicam à criação de gado.*

(SAINT-HILAIRE: [1851], 1978)

O Paraná mantém sua economia limitada à agropecuária de subsistência. Algumas de suas vilas do interior, como Ponta Grossa, sobrevivem como apoio às tropas de mulas que subiam dos campos gaúchos de Viamão até às feiras de Sorocaba, em São Paulo. As tropas levam animais, charque e couros para consumo das vilas e povoados mineiros.

## 2.3. A FORMAÇÃO DA ERVA MATE AO CAFÉ

I Depois da emancipação da província em 1853 e ao final desse século, a economia paranaense é impulsionada pelo cultivo da erva-mate, seguida da exploração madeireira e das lavouras de café. O crescimento econômico continua no começo do século XX, com a construção de ferrovias e um grande aumento na população, baseado na migração interna vinda do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e estados do Nordeste e na imigração estrangeira, principalmente de italianos, alemães, poloneses e japoneses. Esse rápido crescimento – que não aconteceu sem conflitos, como a Guerra do Contestado, entre 1912 e 1916 – está ligado à expansão cafeeira, sobretudo nas férteis terras roxas do norte do estado. Nesse período, têm papel destacado grandes companhias de colonização, como a inglesa, *Paraná Plantation Limited*, com sede em Londres, sucedida pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, mais tarde Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, concessionária de 500.000 ha. de terras para exploração direta e para um projeto de colonização destinado a pequenos proprietários. Na sua área de atuação surgem principalmente as cidades de Londrina e Maringá.

### 2.3.1. O território da erva-mate

A construção das ferrovias na região cafeeira foi um golpe mortal para o tropeirismo e o comércio de animais, mas enquanto este comércio ainda estava em seu ápice, uma nova economia começou a consolidar-se no Paraná: a erva mate, produto de uma árvore nativa que era encontrada em vastas áreas do território paranaense.

Consumida localmente por muitos anos, a erva mate começou a alcançar um status econômico de porte quando se iniciaram as exportações para a Argentina e o Chile, na terceira década do século XIX. Mas o mate tornou-se muito mais do que uma mercadoria de exportação. Tecnologias de industrialização foram introduzidas, indústrias e serviços relacionados com o mate nasceram; uma nova burguesia

industrial tomou seus contornos e assumiu o controle político quando a monarquia foi substituída pela República no Brasil.

A fase da dominação do mate na economia paranaense representou a prosperidade e a expansão para o Paraná como um todo. As fronteiras econômicas – que vinham se estendendo em direção ao oeste desde o século XVIII – foram firmemente assentadas nas margens do rio Paraná, que divide o Paraná da República do Paraguai. Ferrovias foram construídas e imigrantes europeus foram estimulados a vir para a região pelo Governo. Companhias privadas estabeleceram uma agricultura de pequenos fazendeiros e colonizadores, que vendiam o seu excesso de produção em mercados locais e nacionais. E Curitiba se consolidou como um centro comercial e industrial desta conjuntura econômica dinâmica.

Ao lado da indústria do mate, uma economia madeireira se formou. De início a indústria foi desenvolvida para suprir os produtores de mate com barris e outros materiais de embalagem. Mais tarde, mercados estrangeiros para o pinho paranaense foram abertos. A maioria econômica desta indústria chegou ao tempo da Primeira Guerra Mundial, quando a importação de pinho do Báltico, que era largamente utilizado no Brasil, na Argentina e em outros países, tornou-se virtualmente impossível; o pinho do Paraná veio a substituí-lo. Depois da Crise do Capitalismo e da depressão dos anos trinta do século XX, que afetou seriamente a indústria, a madeira recuperou seu dinamismo e conservou a economia geral em expansão. Só muito mais tarde, na década de sessenta, com a progressiva exaustão das florestas naturais de pinho, foi que a indústria madeireira perdeu a sua importância primacial na economia do Estado.

Mas o mate trouxe a riqueza para Curitiba. Com a construção dos primeiros engenhos na região, os hábitos da aristocracia curitibana refinaram-se, sendo originárias daí as primeiras construções suntuosas da cidade, como o palácio do Barão do Cerro Azul e a Mansão da Glória. Dessa "evolução" social advieram os desejos de emancipação da Comarca de São Paulo, aliado obviamente a questão econômica, proporcionou conseqüentemente independência política do Paraná.



### 2.3.2. O território do café

Já no fim do século XIX, um novo ciclo econômico, que iria modificar qualitativa e quantitativamente as dimensões da economia e da sociedade como um todo, começou a delinear-se no Paraná: a economia cafeeira.

A expansão do cultivo do café no Paraná resultou duma combinação afortunada do fato de que a economia cafeeira de São Paulo encontrou sua natural expansão atravessando o rio Paranapanema, que divide os dois estados, entrando no norte paranaense, por um lado, e do fato de que a expansão da economia cafeeira dos estados tradicionais produtores foi severamente limitada, por outro. A expansão rumo ao sul, pelos produtores de café de São Paulo, foi estimulada tanto pelas perspectivas de altíssimos níveis de produtividade em função da fertilidade do solo paranaense quanto pela possibilidade de evitar os controles governamentais sobre a oferta do produto por parte dos estados tradicionalmente produtores. Esses controles haviam sido introduzidos no começo do século XX para apoiar os preços internacionais da bebida.

Depois de 1920, boa parte do norte do Paraná já estava colonizada, ou através da expansão paulista ou por iniciativa da companhia inglesa. Isso acarretou uma ocupação rápida e bem estruturada da região, ajudada pela Segunda Guerra Mundial e pelas freqüentes geadas, que aumentavam a demanda e os preços do café nos mercados internacionais, demanda esta que foi em grande parte suprida por novos cafés plantados no Paraná.

Contudo a expansão indiscriminada da cultura e uma política governamental de defesa de preços e controle dos excedentes cobraram um preço da economia como um todo: a persistência de preços atrativos redundou em grandes incrementos na produção de países competidores na América Latina e na África. Internamente, as políticas de regulação dos excedentes tornaram-se um fator inflacionário constante e sempre agravado, situação que levou o Governo Federal a colocar em prática uma forte política de erradicação de cafeeiros e sua substituição por outras culturas. Estes fatores, aliados aos constantes riscos de geadas, foram instrumentais para o declínio da produção cafeeira e a sua substituição por um novo

tipo de agricultura que era caracterizada por ser moderna, mecanizada e intensiva de capital, baseada principalmente na produção de soja, milho e trigo.

### 2.3.2.1 Crise e Confisco Cambial

A agenda liberal no projeto original do governo Dutra (1946-1948) não surpreendeu, pois o governo Dutra recebeu e aprofundou as iniciativas de liberalização herdadas do governo provisório. Mantendo iniciativas para contrair a expansão do crédito e investimentos públicos, a revogação do regime de licença prévia das importações (PI-7) pela Portaria nº. 258 (28/12/45) começou o desmonte dos mecanismos cambiais instituídos no Estado Novo. Taxa de câmbio fixa, mas desregulamentação se sucedendo gradualmente.

Esta finalidade da liberalização era clara, e na retórica do governo não parecia sequer seriamente questionável. Em sua primeira mensagem enviada para inaugurar as sessões do Congresso Nacional (15/03/47), o presidente Dutra afirmou claramente que;

*“Cabe tratar da importante questão do comércio exterior, na qual a política do governo se enquadra no plano geral econômico-financeiro de combate à inflação. Assim, no tocante à importação faz-se mister incentivar, predominantemente, a entrada no país de bens de produção, sem perder de vista, entretanto, a conveniência da vinda de certas utilidades básicas, particularmente gêneros de primeira necessidade, que, sobre representar um freio à especulação em certos setores, contribui para diminuir o desequilíbrio entre as disponibilidades de bens de consumo e o meio circulante”*

(DUTRA, 1947: p. 85).

**TABELA 4 Importações por categoria de uso (1944-1950) Em %**

Anos	Bens de consumo duráveis	Não duráveis	Total	Combustíveis lubrificantes	Insumos p/ indústria	P/ Agricul tura	Total	Bens de K p/ indústria	P/ Agricul tura	Mat. de Transporte	Bens de K diversos	Total
1944	2,5	7,0	9,5	9,3	55,1	1,0	56,1	14,2	0,6	7,5	2,7	25,0
1945	4,4	9,2	13,6	10,0	53,4	1,0	54,4	9,4	1,1	8,2	3,4	22,1
1946	9,0	12,7	21,7	9,5	42,2	0,8	43,0	8,8	1,3	11,5	4,2	25,8
1947	11,7	8,1	19,8	9,5	40,0	1,0	41,0	9,5	1,7	14,2	4,6	29,6
1948	10,7	7,2	17,9	12,6	37,9	1,0	38,9	9,8	3,3	14,4	4,7	30,6
1949	8,9	6,6	15,5	12,0	41,5	1,1	42,6	11,3	4,1	9,8	5,5	29,9
1950	6,7	7,0	13,7	14,8	38,9	1,8	40,7	12,1	3,2	9,6	4,9	30,8

Fonte: IBGE e BC, 2007. Elaboração MALAN, 1996.

Considerando a demanda reprimida por mercadorias importadas divulgadas por campanhas publicitárias (e o cálculo da popularidade que a liberação de importações poderia trazer), é preciso evitar o equívoco de explicar a crise cambial que se seguiria pelo *boom* importador de “bugigangas”. A visão de que a crise

cambial de 1947 resultara principalmente do desperdício de reservas cambiais com importações supérfluas de bens de consumo duráveis e viagens internacionais popularizaram-se depois da primeira interpretação oficial, a do relatório da Cexim (Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil) apresentado em junho de 1947 antes de instituir-se novo regime de licença prévia. (Ver tabela 4)

Vimos como, a despeito do caráter ortodoxo de suas políticas, o Brasil foi obrigado a utilizar um sistema de licenciamento prévio de importações tão cedo quanto em 1947. Este sistema de controle — conjugado com uma taxa de câmbio crescentemente sobrevalorizada — não deixou de trazer vantagens para a industrialização, embora isto não fosse um objetivo *consciente* do governo Dutra. Diante da queda abrupta das reservas cambiais, Dutra se deparava com duas alternativas: desvalorização ou controles de importação. “*Sabe-se que a opção por esta última foi determinada por considerações de curto prazo, o impacto inflacionário de uma eventual depreciação*”. Na análise de (VIANNA, 1987: cap. 1), existe a ressalva de que o regime de licenças prévias “*foi sendo crescentemente utilizado com a finalidade de promoção do desenvolvimento industrial por substituição de importações*” (particularmente a partir da adoção do orçamento de câmbio, em março de 1949), mas se argumenta também que “*quando o controle foi criado, não se visava nem se percebia sua importância para o processo de industrialização*”.

TABELA 5  
Participação brasileira na produção mundial de café – 1900/99 (em mil sacas 60 kg)

Período	Mundo	Brasil	Participação (%)
1900	15.100	12.069	80
1910	14.350	10.653	74
1920	20.290	17.116	84
1930	25.230	17.652	70
1940	26.500	15.797	60
1950	31.300	16.754	54
1960-69	67.585	25.370	38
1970-79	72.317	19.370	27
1980-89	90.724	26.515	29
1990/99	97.495	26.361	27

Fonte: EMBRAPA, 2007.

A nascente indústria nacional se viu ameaçada pela importação, a baixo preço, dos mesmos artigos produzidos internamente. É nesse momento, especialmente a partir de 1948, que o Governo Federal, sob pressão das novas forças, passa a desenvolver uma política cada vez mais deliberada de apoio à

indústria, através de sua proteção contra as importações de similares do exterior e da transferência de renda do setor cafeeiro (através principalmente do confisco cambial) para o setor industrial. (ver tabela 4 e 6)

A partir do confisco cambial 1948 serão totalmente diferentes as condições da cafeicultura brasileira. Os paulistas passam a investir em indústrias que recebem incentivos, é nessa conjuntura que a cafeicultura passa ser importante para o Paraná. A manutenção da taxa cambial fixa de 1947 até 1953, irreal para segurar as importações e proteger a indústria local, dificulta a exportação além de reduzir a margem de lucro, o governo passa a assegurar uma bonificação de 53 por cento do valor oficial do câmbio, com exceção do café. Se não bastassem todas essas adversidades, o governo lança mão do confisco cambial, ou seja, recursos cambiais provenientes da exportação de café ficam subordinados ao recolhimento de uma cota de contribuição correspondente a US\$ 22,00 por saca, num momento em que a saca alcançava um preço médio no mercado de US\$ 41,86. De certa forma essa taxa se conserva até hoje com oscilações no seu montante, e com períodos de isenção. (ver tabela 4 e 6)

**TABELA 6 - Produção Brasileira de Café 1920/68**

ANO	Produção de Café (mil sacas de 60 Kg)				
	Brasil	Paraná	PR/BR	São Paulo	SP/BR
1920	16.328	70	0,4	10.246	62,7
1925	14.108	117	0,8	9.193	65,2
1930	27.880	596	2,1	19.490	69,9
1935	16.950	260	1,5	11.200	66,1
1940	19.138	1.108	5,8	12.365	64,6
1945	9.137	579	6,3	4.722	31,7
1950	16.754	4.026	24,0	8.118	48,4
1955	14.512	1.337	9,2	7.333	50,5
1960	44.130	20.691	46,9	15.620	35,4
1965	37.776	21.058	55,7	11.828	31,3
1968	23.374	10.912	46,7	9.029	38,6

Fonte: IBC, Anuário Estatístico do Café, 1975. Elaboração CROCETTI, 2007.

Com sua vitória, o industrialismo perdeu o caráter de uma ideologia renovadora, revolucionária mesmo. E os industriais perdiam uma das bases do caráter de vanguarda de suas posições políticas; perdiam um dos pontos de contato que os identificavam com as forças políticas mais vivas e renovadoras na Nação.

A posição dos fazendeiros, que era de força, passa a ser de fraqueza, levando-os gradativamente a reconhecer a liderança da indústria. Por outro lado, ambos os grupos, e especialmente os industriais, começam a perceber que seus interesses não são necessariamente antagônicos. Muito pelo contrário. O desenvolvimento da indústria cria mais mercado para a agricultura, e vice-versa. Para os agricultores dedicados exclusivamente à cultura de produtos de exportação, tal fato não tinha grande significação. O que eles viam era sua renda, através do confisco, ser canalizada para outros setores da economia. Mas no momento em que a luta contra o confisco perde a maior parte do seu sentido, e que o processo industrial parecia um fato consumado, a possibilidade de união de industriais com os grandes agricultores e comerciantes em torno de interesses comuns estava aberta. (PADIS, 2006: p.179-200)

**Quadro 2 - Café no Brasil: área em produção**

UF/ REGIÃO	Área em produção (mil ha)				
	02/03	03/04	04/05	05/06	Var (%)
	(a)	(b)	(c)	(d)	(d)/(c)
Minas Gerais	1.070,0	977,0	1.001,6	1.033,5	3,2
Espírito Santo	529,0	521,0	507,8	496,3	-2,3
São Paulo	225,0	210,0	204,7	221,0	8,0
Paraná	128,0	123,2	117,1	108,4	-7,4
Bahia	103,0	95,2	96,7	97,2	0,5
Rondônia	165,0	188,0	188,0	166,3	-11,5
Mato Grosso	36,9	36,1	34,5	34,5	0,0
Pará	19,5	18,0	18,8	22,6	20,3
Rio de Janeiro	12,5	11,0	13,9	14,0	0,5
Outros	21,9	22,1	29,8	28,6	-4,0
<b>BRASIL</b>	<b>2.310,8</b>	<b>2.201,6</b>	<b>2.212,9</b>	<b>2.222,4</b>	<b>0,4</b>

FONTE: Conab, EMBRAPA, 2007. Elaboração CROCETTI, 2007.

Podemos observar, por meio das tabelas 5 e 7 e o quadro 2, a oscilação da produção de café, não só no Paraná, e nas várias regiões brasileiras por conta das políticas públicas, dos confiscos, das erradicações dos cafezais e das geadas no Paraná.

O Paraná atualmente passa por uma nova onda de implantação de cafezais, e quem sabe num futuro próximo poderá melhorar sua produção.

TABELA 7 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DO CAFÉ NO PARANÁ - 1980-2006.

ANO	CAFÉ		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245
1981	700 000	498 000	711
1982	303 000	96 000	317
1983	440 000	354 000	805
1984	424 000	252 000	594
1985	424 000	318 000	750
1986	422 825	120 000	284
1987	430 000	510 000	1 186
1988	505 581	114 000	226
1989	493 324	267 039	541
1990	426 391	156 702	368
1991	383 355	201 922	527
1992	296 000	108 000	365
1993	230 000	100 000	435
1994	184 351	81 990	445
1995	13 750	7 350	535
1996	134 000	67 000	500
1997	127 895	109 630	858
1998	128 127	135 707	1 060
1999	136 642	141 813	1 038
2000	142 118	132 435	932
2001	63 304	28 299	447
2002	129 313	139 088	1 076
2003	126 349	117 274	928
2004	117 376	152 260	1 297
2005	106 303	86 417	813
2006	100 973	139 376	1 380

FONTES: SEAB, IBGE, IPARDES, 2007.

### 2.3.2.2. Os Vários Nortes do Paraná

O município de Londrina, localizado no norte do estado do Paraná e criado no ano de 1934, desenvolveu-se tendo por base econômica a produção agropecuária, tanto é que ficou conhecida como a capital mundial do café devido à importância dessa lavoura para a região. O domínio da agricultura perdurou até a década de 70, quando se intensificou a urbanização no município, levando nos últimos anos os setores secundários e terciários a superar a agricultura em importância econômica.

Com a crise da cafeicultura nos anos 60 e 70 e a urbanização acelerada, passou a haver uma preocupação em investir em outras atividades econômicas. No ano de 1971, o poder público passou a tomar iniciativas para promover industrialização formando os parques industriais, que atualmente são em número de seis mais uma cidade industrial. Além dos parques, há indústrias distribuídas à beira das principais rodovias. Portanto Londrina é uma cidade industrializada, mas não é essencialmente industrial. Por ser uma capital regional, tem no setor terciário o maior número de estabelecimentos, receitas e empregos.

*A partir de 1920, a produção de erva mate entrou em decadência e a participação do produto no valor das exportações paranaense, que chegou a 98% em 1901/2, passou para 48% em 1925/6. As causas da queda podem ser resumidas da seguinte forma: início do cultivo do mate na Argentina; queda nas exportações causadas pela primeira guerra; campanha contra o produto paranaense em função das impurezas; barreiras impostas por Argentina e Uruguai para a entrada da erva beneficiada em seus mercados. (PADIS: 1981),*

A incorporação do norte do Paraná à economia nacional e a industrialização do estado a partir de 1930 fazem com que a história econômica do Paraná seja periodizada tendo como divisor a incorporação do norte do Paraná à economia nacional. Nessa mesma década dinamiza-se a industrialização no país, e a cultura cafeeira tem grande ascensão no estado. As indústrias nascentes perderam força, pois, por onde o café passava, tornava-se o produto de maior importância. Portanto a agricultura passou a ser o ramo mais forte para o estado, gerando momentaneamente um desinteresse em se desenvolver a indústria.

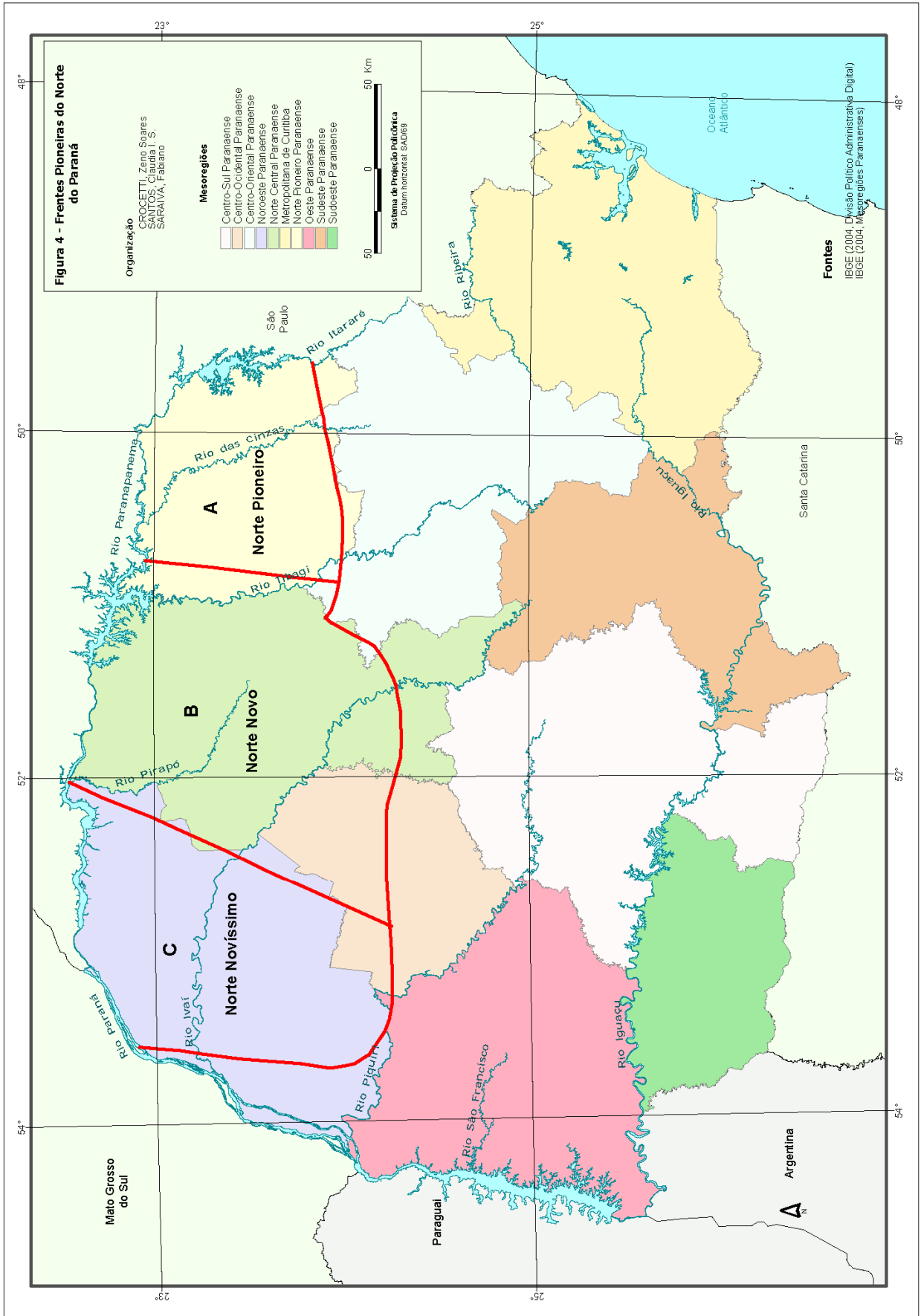


FIGURA 4 – FRENTES PIONEIRAS DO NORTE DO PARANÁ.



Magalhães Filho (1996) afirma que na década de 40 o setor industrial era pouco expressivo em seu conjunto. Os gêneros de destaque eram: madeira, mobiliário e alimentação, que respondiam respectivamente por 63% dos estabelecimentos industriais, 62% da mão-de-obra, 61% dos salários, 70% do valor da produção e 61% do valor agregado do setor. Em 1942 o Paraná respondia por 2,4% do valor da produção industrial brasileira. De 1939 a 1949 a taxa de crescimento do Paraná foi de 10% contra 9,8% de São Paulo e 7,8 do Brasil (BRAGUETO, 1999, p.152). As indústrias que mais se destacam, segundo Carneiro (1967), foram as indústrias de papel e papelão, devido ao aproveitamento de pinheiros. Esse dado tem importância relevante, pois mostra que o Paraná tinha uma economia complementar a São Paulo, uma vez que o papel e o papelão produzidos aqui eram beneficiados em São Paulo.

O norte, de economia basicamente cafeeira, era mais atrelado a São Paulo que ao resto do Paraná, e a maioria dos investidores do norte do Paraná eram paulistas. O Paraná assumia o papel de fornecedor de matéria-prima e de consumidor desses produtos que voltavam beneficiados de São Paulo. O estado desenvolvia um papel de economia periférica e dependente principalmente de estímulos provenientes de São Paulo, que introduziria uma divisão tipo clássica do trabalho, ou seja, assentada sobre a troca de produtos industriais por produção primária e moldando um crescimento para o exterior. *“O crescimento da economia cafeeira e a industrialização haviam projetado São Paulo no cenário nacional (...) o estado era a locomotiva que puxava 21 vagões vazios (...) Onde há café deve estar a hegemonia de São Paulo.”* (WACHOWICKZ: 1987, p. 119.)

Assim o Paraná esteve, principalmente até a década de 60, com o setor secundário vinculado à agricultura e cumprindo papel de fornecedor de matéria-prima. Além disso, apresenta um crescimento para fora, subordinando-se a impulsos de fora de suas fronteiras, não havendo especialização e, esgotados os estímulos externos, acontece a estagnação.

Nos anos 80, o Paraná prosseguiu com crescimento em ritmo menor que os anos 70 e contou ainda com um expressivo parque em distintos ramos. Assim, o estado pôde manter as taxas de participação do gênero alimentício em segundo

lugar na distribuição do PIB industrial. A agropecuária e a agroindústria eram responsáveis por quase 50% da renda gerada no final dos anos 80. (FRESCA: 2000)

A primeira tentativa de povoamento no norte do Paraná, como já mencionamos, foram as missões dos jesuítas, fundando reduções no início do século XVI a XVII. Mas já em fins deste mesmo século estavam as reduções destruídas pelos bandeirantes paulistas. No século XVIII, o norte do Paraná ficou à margem da colonização. Apenas em meados do século XIX é que se processou a retomada da colonização mais intensivamente, quando fazendeiros paulistas, expandindo em marcha para o Oeste, começaram a cultivar cafezais, aproveitando as manchas de terra roxa. Londrina está localizada na região denominada norte novo do Paraná ou, conforme a mais recente divisão regional do IBGE, do Norte Central Paranaense. Segundo Bragueto (1996), a ocupação nesta região aconteceu de maneira muito rápida e pode ser caracterizada como colonização do tipo capitalista. A maioria das bibliografias sobre o assunto dá ênfase à ação da Companhia de Terras Norte do Paraná. O governo do estado também teve papel importante neste processo, pois, através de políticas de colonização, proporcionou a incorporação das terras livres pelo capital.

### **2.3.2.3. Como foi Dividida a Colonização do Norte Novo**

De 1920-30, ocorreram as concessões das grandes áreas devolutas a particulares, para que estes as dividissem em lotes e as vendessem aos colonos interessados.

A partir de 1929, a ação da Companhia de Terras Norte do Paraná, possuindo grande quantidade de terras no Norte Novo, organizou um empreendimento imobiliário de grandes dimensões. Ver na figura 4.

Começando no início dos anos de 1940, as colônias estaduais se estenderiam até o fim da ocupação da região, depois de 1960. Nesta época o estado repassaria as áreas remanescentes para pequenas companhias particulares. (BRAGUETO: 1996).

O município de Londrina surgiu em 1929, resultado de uma obra de colonização organizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná, sendo emancipado em 1934.

O surgimento se deu quando o presidente da república, Artur Bernardes, convidou uma missão inglesa, conhecida como missão Montagu, para visitar o Brasil com o objetivo de analisar possíveis investimentos no país. A função desta missão também era de vasculhar toda a estrutura e a situação econômica financeira do país. Chefiada por Edwin Samuel Montagu, antigo secretário de finanças do tesouro do Reino Unido, uma das conclusões da missão foi a de que naquele momento eram importantes os investimentos estrangeiros no país.

O chefe da missão, Lord Lovat, ao conhecer as terras roxas do Paraná, impressionou-se com a fertilidade do solo, e o grupo acabou adquirindo uma área de 500 mil alqueires entre os rios Tibagi, Paranapanema e Ivai.

Esse grupo fundou uma firma inglesa denominada Paraná *Plantations* e Londrina surgiu como um posto avançado dessa empresa, criando-se aqui a Cia de Terras Norte do Paraná, que empreendeu um projeto de colonização em que predominaram pequenos e médios lotes rurais.

A Companhia de Terras Norte do Paraná fundou, a 22 quilômetros da margem esquerda do rio Tibagi, o Patrimônio Três Bocas e em 1930 passou a ser chamado Patrimônio Londrina. A área da companhia foi dividida em seis zonas, que, por sua vez, se subdividiram em glebas e estas em lotes. A colonização se iniciou pelas áreas mais próximas a Londrina.

Em geral, os lotes foram divididos de forma alongada, com frente pequena no espigão por onde passa a estrada, estendendo-se até os cursos d'água. O tamanho dos mesmos varia conforme a localização, indo de 1 a 5 alqueires ao redor dos núcleos urbanos; passando depois para a classe de 5 a 10 alqueires e, nas áreas mais afastadas, atingem superfícies que vão acima de 10 alqueires. Os dados a respeito das vendas de terras da Companhia revelam que, no período de 1930 a

1974, em média as propriedades tinham pouco mais de 13 alqueires. Porém, como veremos mais adiante, também houve a venda de propriedades médias e grandes, as quais acabaram ocupando parcela significativa da área total vendida. (BRAGUETO, 1996: p.66).

Conforme Ferreira (1996), os lotes foram rapidamente vendidos, pois as condições de pagamento eram boas, possibilitando aos ex-colonos paulistas, meeiros e até imigrantes adquirir lotes.

Apesar de o país estar passando pela crise cafeeira, chegando a ter decretos proibindo o plantio de café, a atividade escolhida para a região foi o café, pois a região oferecia vantagens em relação ao plantio de novas mudas, já que as terras eram virgens e férteis, implicando reduzidos custos de produção.

No final da década de 30, a elevação do preço do café levou o norte do Paraná a tornar-se um grande produtor. Assim, Londrina transformou-se em pólo de atração para milhares de pessoas. Os colonizadores chegavam em grandes levas, atraídos pela prosperidade da região e pela propaganda que era feita em outros estados, e até em países europeus. Segundo Cesário (1981), havia, em 1945, colonizadores de 30 países diferentes.

Em 1944, os paulistas compram a Companhia de Terras Norte do Paraná, passando a direcionar o processo de venda. A partir desta data houve intensa compra de lotes por parte da classe média paulista, pois, devido ao aumento da demanda, as terras paulistas estavam encarecidas.

Na década de 1940, a economia do município começou a apresentar modificações. Paralelas à cultura do café surgiram as culturas alimentares, dando origem a algumas empresas que beneficiavam a matéria-prima local e regional como arroz, café e outros, passando o município a ser um importante fornecedor de matéria-prima para São Paulo.

Grande parte dos lucros gerados na região e oriundos do café foi transferida para a aquisição de bens duráveis produzidos em São Paulo, ou era aplicada em

operações financeiras daquele estado, ocorrendo assim transferência de rendas de Londrina para São Paulo, contribuindo para solidificar ainda mais o desenvolvimento e a centralização econômica paulista.

Assim o norte do Paraná assumiu um papel de economia complementar e marginal em relação a São Paulo, pois, além de ser a área que fornece matérias-primas para São Paulo, grande parte dessa matéria-prima volta beneficiada para a região, ficando assim São Paulo com os lucros gerados pelo processo.

### **2.3.2.3. A formação da rede de cidades**

De acordo com seu plano geral de ocupação do norte do Paraná, a Companhia de Terras Norte do Paraná (que em 1951 passa a denominar-se Companhia Melhoramentos Norte do Paraná) fundou uma rede de cidades, estendendo-se, no tempo e no espaço, de Londrina a Umuarama. A fundação dessas cidades era parte do empreendimento de colonização e venda de glebas destinadas, sobretudo, ao plantio de café.

Foram implantados pela Companhia 62 núcleos urbanos classificados em patrimônios (9), distritos (18), sedes de município (23) e sedes de município com sedes de comarca (12), afora outros 48 núcleos urbanos implantados por particulares nas terras da Companhia.

Em linhas gerais, o posicionamento destas cidades obedeceu a dois critérios gerais: acompanhar a linha férrea, no caso das cidades de maior importância, ou as estradas de rodagem, quando não houvesse ferrovia; e situar-se no espigão.

Nessa empreitada, a Companhia adotou diretrizes bem definidas:

*Cidades destinadas a se tornarem núcleos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros, aproximadamente. Entre estas, distanciados de 10 a 15 quilômetros um do outro, seriam fundados os patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários. (CMNP: 1975, p.76).*

Assim sendo,

*Para formar o Norte Novo e Novíssimo foram idealizados quatro núcleos habitacionais, fundados sucessivamente, distanciados entre si de aproximadamente cem quilômetros e destinados às grandes cidades do Norte e do Oeste do Paraná: Londrina (1930/1934), Maringá (1947/1951), Cianorte (1953/1955) e Umuarama (1955/1960). (CMNP: 1975, p. 252).*

E entre elas contava-se com uma série de assentamentos urbanos menores, que teriam uma distância ideal, de modo a facilitar a vida nas propriedades rurais das proximidades, já que o morador da área rural poderia se deslocar a pé até eles com uma caminhada de 5 a 9 quilômetros, no máximo. Assim, Londrina e Cambé distavam 13 quilômetros, Cambé e Rolândia 10, Rolândia e Arapongas 12, Arapongas e Aricanduva 9, Aricanduva e Apucarana 8, Apucarana e Pirapó 8, Pirapó e Cambira 7, Cambira e Jandaia do Sul 6, Jandaia do Sul e Mandaguari 10, Mandaguari e Marialva 13, Marialva e Sarandi 9, Sarandi e Maringá 7, sucessivamente (Carvalho, 2000, p. 84).

Seguindo esse plano geral da Companhia, Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama, estrategicamente implantadas ao longo da ferrovia, no espigão, com intervalos regulares, foram desenhadas por engenheiros e agrimensores. A Companhia, em publicação comemorativa ao seu cinquentenário, afirma que:

*Embora situados em pleno sertão, o projeto e a construção de quase todos (os núcleos habitacionais) foram minuciosamente detalhados, com observância da técnica e da arte do urbanismo, para que se tornassem metrópoles modelares (...)*

(CMNP: 1975, p. 252).

## 2.4 FORMAÇÃO SOCIAL DO OESTE E SUDOESTE PARANAENSE

### Introdução

As primeiras ocupações da Região Oeste, como já citamos, datam de 1557, com a fundação da Ciudad Del Guayrá (figura 2), pelos espanhóis, quando a região pertencia à Espanha pelo Tratado de Tordesilhas. Em 1600, o governo espanhol de Assunção transformou a cidade em sede da Província Del Guayrá, que se estendia do rio Paranapanema aos rios Iguaçu, Paraná e Tibagi.

Os espanhóis foram expulsos da região pelas expedições exploradoras dos bandeirantes paulistas, financiados pelos interesses da coroa portuguesa em 1632, voltando a ser desbravada em 1730 pelo tropeirismo. O tropeirismo se constituiu em um movimento de colonização caracterizado por uma grande transferência de mulas de São Paulo para o Rio Grande do Sul. A primeira partiu em 1731 com aproximadamente duas mil cabeças de mulas, com destino ao povoado gaúcho de Viamão. Do Rio Grande do Sul vinham as boiadas para serem vendidas na feira anual de Sorocaba – SP, daí a importância do tropeirismo, para a marcha de ocupação do Oeste do Paraná. Outro movimento importante para a colonização da região foi constituído pelas OBRAGES (Sedes Administrativas das Companhias Extrativistas), possuidoras ou exploradoras de erva-mate e madeira. O deslocamento de animais era feito em grupos, que recebiam o nome de tropa. Esses grupos não fizeram outra coisa senão a exploração de erva-mate, plantio de café e extração de madeira.

*Como no oeste paranaense não havia presença brasileira nem fiscalização, o sistema das “obrages” desenvolveu-se na região.*

*O “obragero” [proprietário desse tipo de latifúndio] argentino descobria satisfeito que seus navios tinham direito de navegar até as Sete Quedas pelo rio Paraná. Organizava então uma firma. Algumas vezes comprava do governo paranaense uma extensa porção de terras e organizava uma expedição.*

*Entretanto, na maioria das vezes penetrava em território paranaense de forma ilegal. Dezenas de peões, os chamados “mensus”, todos eram índios paraguaios (guaranis modernos), acompanhavam a expedição. Levavam consigo alimentos e ferramentas para a colheita da erva-mate.*

*Desembarcavam do vapor na margem do rio Paraná e subiam as barrancas, típicas das margens do rio na região. Eram barrancas de 50, 80 e até 100 metros de altura, cavadas pelas águas revoltas e barrentas do rio Paraná. Assim nascia um povoado que era “porto”, pelo qual escoava-se o mate e posteriormente a madeira, extraídos dos sertões do oeste paranaense.*

*Desta forma toda a margem paranaense, desde Foz do Iguaçu até os saltos das Sete Quedas, encheu-se de “portos”, muitas vezes de vida efêmera, outros de maior durabilidade.*

*Em poucas décadas, a costa paranaense foi ocupada por dezenas dessas “obrages”, e povoada por milhares de “guaranis modernos”, ou “mensus”. Esta frente extrativa de erva-mate era, pois, de capital argentino, mão-de-obra paraguaia e matéria-prima brasileira.*

*Quando nas “obrages” do rio Paraná havia necessidade de “mensus”, era este recrutado nos portos argentinos e paraguaios dos rios Paraná e Paraguai. (WACHOWICZ, 1977, p. 224).*

A partir de 1881 os obrageiros argentinos invadiram o Oeste do Paraná que era um sertão desabitado. Todo o processo de povoamento da Região Oeste se iniciou vinculado à economia da madeira e da erva-mate. O caminho aberto ligando o Sudoeste ao Oeste do Paraná e as trilhas dos obrageiros e tropeiros deram origem à “Encruzilhada”, mais tarde Aparecida dos Portos, tendo aí a origem de Cascavel.

*As “obrages” chegaram a explorar madeira até a 100 quilômetros das margens do rio Paraná. Na margem do grande rio, eram depositadas essas toras. Eram cedros, perobas, caneleiras, caviúnas, sassafráz, pau marfim etc.*

*Quando algumas centenas dessas toras estavam empilhadas no topo da barranca, iniciava-se o processo da “tombada”. Na margem do rio, de preferência numa praia, era então montada uma jangada também chamada de maromba. Esta poderia conter até duas mil toras, amarradas umas nas outras por arames. A jangada descia o rio manejada com grande perícia pelos tripulantes que geralmente eram apenas três pessoas. (...) Os serradores de Posadas, Encarnacion etc, desmontavam essas enormes embarcações e serravam a madeira.*

*Desta forma, quando na década de 1950 chegaram ao oeste paranaense os colonos agricultores, das antigas madeiras de lei, encontraram apenas cepos apodrecendo no meio da floresta. (WACHOWICZ, 1977, p. 228-229).*

Em 1922 por ordem do bispo de Curitiba, Dom Francisco Braga, o padre Guilherme Maria Thiletzek inspecionou a região de Foz do Iguaçu onde estava inserida a Vila de Cascavel com a finalidade de estabelecer, na fronteira, uma paróquia. Monsenhor Guilherme foi quem batizou Cascavel, de Aparecida dos Portos, por acreditar ser a denominação original referente à serpente, um símbolo do mal. No entanto foi o Rio Cascavel que definitivamente deu o nome à cidade.

Mais tarde fluxos migratórios de diferentes frentes vieram compor a população da região, entre elas: a Cabocla (deslocamento da população de Guarapuava para o



Oeste do Paraná), a sulista (deslocamento da população do Sul do País), a Cafeeira (com tradição de plantio de café, famílias deslocaram-se de várias partes do Brasil). Este fluxo se deu por volta dos anos 50, como resultado da liberação da mão-de-obra, da região do café, no norte do Paraná, e da crise da pecuária e agricultura do Rio Grande no Sul trazendo as famílias para o Paraná.

Dessa forma, o tropeirismo, as obras e a imigração constituíram fatores de grande importância para a ocupação do Oeste do Paraná e, em especial, para o crescimento de Cascavel.

Em 1931, através de Decreto Lei, foi nacionalizada a mão-de-obra das obras. Em 1937, criou-se o território Federal do Iguaçu, sendo oficializado em 13 de Agosto de 1943, através do Decreto Lei nº. 5.812. A região hoje é caracterizada como fornecedora de produtos primários, principalmente alimentos.

#### **2.4.1. Caracterização do Território**

Nos anos 1940, o Sudoeste do Paraná era ainda um “território sem dono”. Com os objetivos de expandir a fronteira agrícola e povoar a “nova terra”, absorvendo o excesso de mão-de-obra existente no Rio Grande do Sul e, ao mesmo tempo, resolvendo os problemas de fronteira, o governo Vargas cria oficialmente, em 13/9/1943, o Território Federal do Iguaçu, juntamente com os Territórios Federais de Guaporé, Ponta Porã, Acre, Roraima, Amapá e Fernando de Noronha. No mesmo ano, pelo Decreto número 12.417/43, Vargas cria a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), dando origem a Francisco Beltrão.

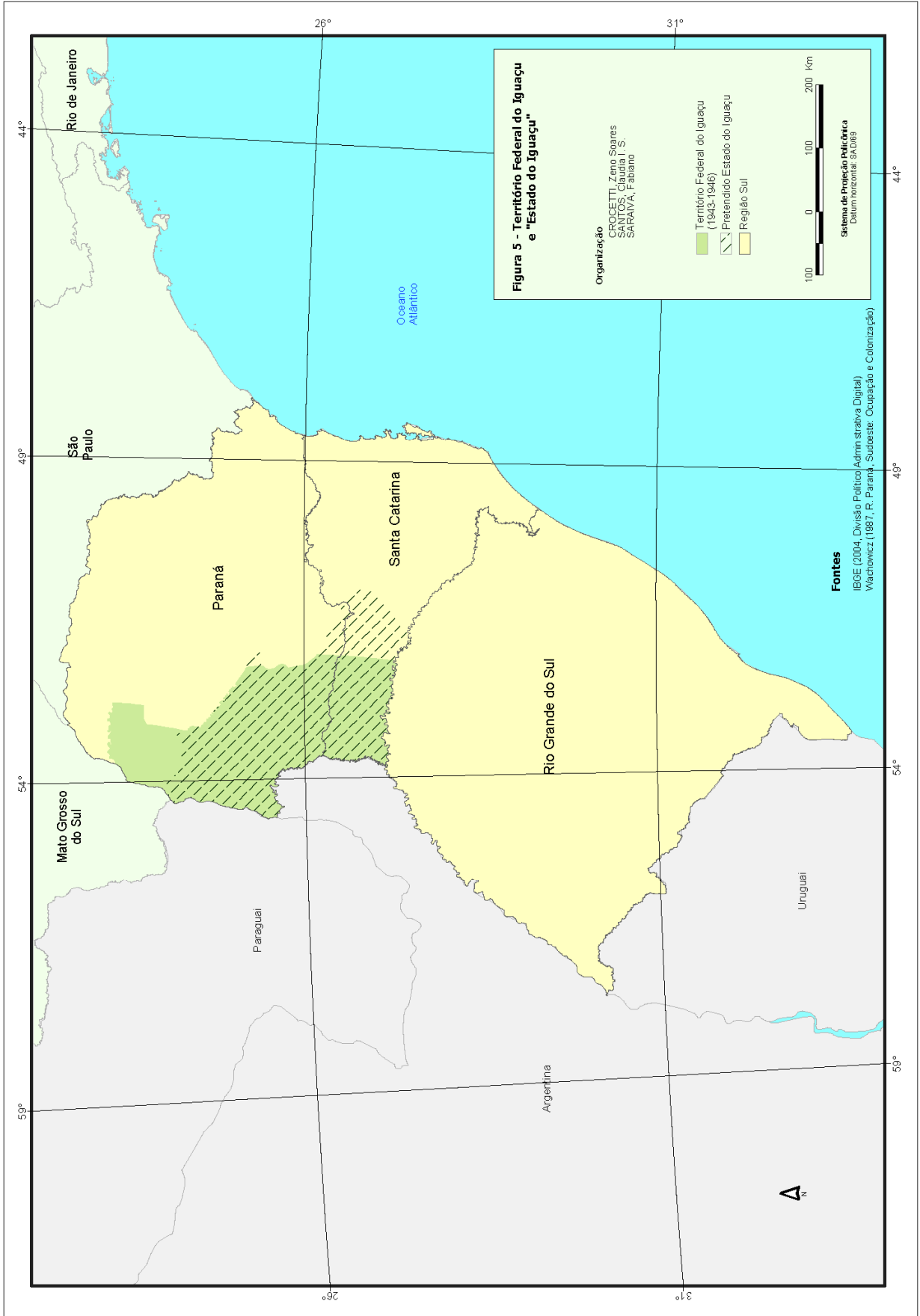


FIGURA 5 – Território do Iguazu

A CANGO promovia a colonização por meio de pequenas propriedades, sem ônus para os agricultores, com serviço de infra-estrutura (abertura de estradas, construção de pontes, escolas, etc.) e assistência à saúde e educação, inclusive com a contratação e manutenção de professores. Isto atraiu, em poucos anos, milhares de famílias para a região.

Segundo (WACHOVICZ: 1977), quem vinha para a CANGO recebia de graça, terra, madeira, ferramentas e assistência, porém tudo era ilegal, uma vez que essa terra (Gleba Missões) estava *sub-judice* entre o estado do Paraná e a União. Devido a esta pendência jurídica, o governo não podia dar escritura definitiva aos colonos, apenas título provisório. Mais tarde, a CANGO pára de dar os títulos, pois não havia validade alguma.

Com a queda de Vargas, em 1945, o novo governo, Dutra, convoca mais uma Constituinte (1946), quando o Paraná, sob a liderança de Bento Munhoz da Rocha Neto, coordenou a extinção do Território Federal do Iguaçu.

A colonização do Sudoeste, realizada, sobretudo na década de 1950, por duas grandes frentes de ocupação – gaúchos (42,9%) e catarinenses (24,8%) – , bem como a do Oeste, realizada por três grandes frentes de ocupação – gaúchos, catarinenses e paulistas – , atenderiam a uma dupla finalidade governamental, pois, ao tempo em que desafogaria a pressão pela reforma agrária no Rio Grande do Sul (devido ao excesso de colonos sem terra lá existente), protegeria a fronteira de invasões de estrangeiros.

Quanto à origem étnica, a grande maioria dos pequenos agricultores do Sudoeste do Paraná descende, em segunda ou terceira geração, de imigrantes de países europeus, principalmente Itália (40%), Alemanha (13%). Apenas 18% se declararam de origem luso-brasileira ("caboclos", na maioria).

Esses agricultores estabeleceram na região uma economia baseada na agricultura em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVF's), com forte orientação para o consumo local e regional e para o mercado nacional. No início, a base da economia era o extrativismo de madeira e erva mate – mais tarde

cerealista, com feijão e milho – aliado à criação de animais para trabalho, transporte e autoconsumo. Recentemente, nos anos 1970, a região passa a produzir também para o mercado externo, com o crescimento da cultura da soja. Com base na produção regional de grãos, estabeleceu-se também a criação de suínos e de aves e, atualmente, expande-se e moderniza-se a produção de leite.

Os migrantes eram mais escolarizados que os primeiros habitantes da região, os “caboclos”, que, avessos às transformações, vendiam sua propriedade ao migrante que chegava e entravam mato adentro, abrindo picadas para nova penetração do migrante.

Ao vir maciçamente à região em busca de melhores condições de vida, os colonos gaúchos e catarinenses não imaginavam quanta dor e sofrimentos teriam ainda pela frente antes de concretizarem seus sonhos.

Longe de acabar, a disputa pela terra no Sudoeste se agrava a partir de 1945 com a vitória jurídica de José Rupp, numa ação iniciada dezoito anos antes, contra a empresa *Brazil Railway Co.*, que não lhe pagara os dormentes fornecidos. Como a *Brazil Railway Co.* havia sido encampada pelo governo Federal em 1940, o crédito de Rupp era junto ao Poder Público Federal. Após frustradas várias tentativas de acordo, Rupp se alia a Mário Fontana, amigo do Governador Lupion, que tinha influência junto ao Governo Federal. Criam a CITLA (Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.) e Fontana compra os direitos de Rupp. Por influência de Lupion, numa operação ilegal, a CITLA adquire a Gleba Missões do Governo Federal. Sem a licença do Senado, o Governo Federal volta atrás e cancela a venda. Para sustentar a negociata, o Governo Lupion cria um Cartório de Registro de Títulos e Documentos em Santo Antônio do Sudoeste e legaliza a Gleba para a CITLA.

Quando a oposição (PTB e UDN) assume o poder estadual, em 1950, o novo Governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, proíbe o fornecimento da SISA para escrituração de terras, no Sudoeste. Políticos locais, vinculados ao PTB e UDN, afinados com o projeto de Vargas para a região, incentivam a migração de gaúchos para lá e estimulam os colonos a não assinarem e nem pagarem nada à CITLA, que pressiona com jagunços. Os colonos derrubam os pinheiros, inviabilizando o projeto

de Fontana para a região. Sem apoio, este abandona a idéia da fábrica de celulose e passa a vender as terras.

Lupion volta ao governo e, por pressão dos financiadores de sua campanha, obriga Fontana a ceder parte da Gleba Missões às empresas colonizadoras “Comercial” e “Apucarana”. Estas, com o aval do governador, utilizam presidiários para forçar os colonos a assinarem a confissão de dívida das terras. Começam, então, os conflitos, culminando no movimento conhecido por Levante dos Posseiros ou Revolta dos Colonos, em 1957.

Para (WACHOWICZ, 1977), os planejadores do movimento que culminou no Levante e expulsão das Companhias Colonizadoras, foram Edu Potyguara Bublitz (advogado patobranquense que era perseguido pelas Companhias Colonizadoras por ter aceitado procurações de posseiros e colonos para defendê-los) e o Senador Paranaense Othon Mader. A intenção dos planejadores do levante era provocar a Intervenção Federal no Paraná, derrubando Lupion e expulsando as Companhias Colonizadoras.

A grande repercussão e o êxito do movimento levam Juscelino Kubitscheck a dar ultimato a Lupion, que, para livrar-se da intervenção, sacrifica os interesses econômicos seus e de amigos, fechando as Colonizadoras.

Em 1961, o presidente Jânio Quadros declarou a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim de Utilidade Pública e, em 1962, o então Presidente João Goulart criou o GETSOP (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná), com a finalidade de resolver definitivamente o problema das posses. No encerramento de suas atividades em 1973 haviam sido titulados 32.256 lotes rurais e 24.661 urbanos. Quem coordena é Deni Schwartz, do PTB, que, graças a isto, trilha uma longa carreira política, chegando a Ministro.

No Sudoeste do Paraná, a partir dos anos 1960, resolvidas as questões da posse da terra por conflito aberto (armado) entre agricultores e empresas colonizadoras, tiveram início o processo de modernização da agricultura que se

constituiu, basicamente, na mudança da base tecnológica dirigida pelo capital industrial.

#### **2.4.2. A revolta dos colonos de 1957**

Vimos que o sudoeste paranaense sempre foi palco de disputas exacerbadas. O ponto alto teve início com a implantação do Estado do Iguaçu, estimulada principalmente pela Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO). Lembramos ainda que a colônia foi criada em 1942, mas, como vimos, a área da CANGO encontrava-se sub-judice, e os colonos, em vez dos títulos de propriedade da terra, receberam apenas protocolos, tornando-se uma espécie de posseiros oficiais. Outros tantos agricultores chegaram aos montes na região, assentaram-se em algum pedaço de terra e puseram-se a produzir. Era o Eldorado paranaense, a maior reserva mundial de araucárias, mais de seis milhões delas, árvores gigantescas com 80 centímetros de diâmetro.

A Clevelândia Industrial Territorial Limitada (CITLA) disputava com a CANGO, com outras empresas privadas e com os posseiros a propriedade de praticamente todo o Sudoeste paranaense. A partir de 1955, com a cumplicidade do então Governador Moisés Lupion, a CITLA começou a pressionar os colonos a “comprarem” as terras que ocupavam e cuja propriedade a empresa reivindicava para si. Levou para a região duas subsidiárias e armou um exército de jagunços – ex-presidiários e assassinos profissionais que já haviam atuado em conflitos agrários recentes no Norte do Estado – e passou a ameaçar os posseiros. Algumas famílias foram simplesmente expulsas de suas casas, ranchos e galpões foram queimados, animais foram mortos, plantações foram destruídas. Crianças e mulheres não escapavam dos espancamentos. Quando o colono, acuado, assinava o compromisso de compra da terra, recebia como recibo um pedaço de papel de embrulho, sem qualquer timbre ou carimbo, assinado apenas pelo jagunço que ali grafava sua alcunha: Maringá, Lapa, Chapéu de Couro, Quarenta e Quatro. A jagunçada chegava a vender uma, duas, três vezes a mesma terra, tudo isso lhes rendendo comissões pagas pelas companhias. Só circulava pelas poucas estradas

existentes colono que houvesse assinado o compromisso de compra. A todos cobravam porcentagem sobre a produção de madeira. (WACHOWICZ, 1977)

Talvez o mais emblemático da extensa violência que se espalhou pelo Sudoeste paranaense, sobretudo entre março e outubro de 1957, tenha sido o ataque de oito jagunços à propriedade de João Saldanha. O colono evitou o confronto e fugiu para o mato. Os homens de uma das companhias – a Comercial – seviciaram a mulher, depois cortaram um seio, em seguida outro e, por fim, decapitaram-na. Pilharam a casa e a incendiaram. Um jagunço atirou na cabeça de um dos filhos, menino de oito anos. Outro lançou para o alto o menor, de dois anos, que Maringá espetou com a adaga. Metido no mato, João Saldanha a tudo assistiu. E enlouqueceu.

Os colonos não sabiam o que fazer. A violência prosseguia. A polícia era omissa, as soluções institucionais de nada valiam. A gota d'água foi quando um colono, amarrado e castrado, teve a mulher e duas filhas – de nove e de 11 anos – estupradas. Nenhum inquérito foi aberto para apurar o caso e punir os culpados. Aos agricultores encurralados, nada restou a fazer senão preparar um confronto armado para expulsar as companhias imobiliárias da região. Trouxeram da província argentina de Misiones o ex-posseiro Pedro Santin, que vivia do contrabando de carne. Também aderiram à luta os irmãos Bello, pistoleiros famosos do Rio Grande do Sul, agora agricultores no Sudoeste do Paraná, e também Robertinho, valentão argentino muito conhecido na fronteira e que vivia refugiado numa das ilhas do rio Iguaçu.

Numa das primeiras ações, Santin reuniu colonos e atacou e incendiou os escritórios de uma das companhias – a Apucarana – na localidade de Lajeado Grande onde, logo após, um gerente da mesma companhia foi emboscado e morto. Mais tarde, 40 colonos entraram em conflito com agrimensores e, em seguida, outro grupo tentou queimar os escritórios da CITLA em Rio Claro, atual município de Pranchita. Em setembro de 1957 Santin reuniu dois mil colonos, que tomaram o município de Capanema, expulsaram as companhias e seus jagunços, bloquearam estradas, interditaram o pequeno campo de aviação com tambores e toras de pinheiro. Dias depois, entregaram a cidade às autoridades governamentais.

Em 9 de outubro, três crianças surradas pelos jagunços, os vergões riscando os corpos minguidos. O delegado de Pato Branco disse que nada poderia fazer. No dia seguinte o Sudoeste do Paraná estava rebelado. Em Pato Branco, em Francisco Beltrão e em Santo Antonio, milhares de colonos assaltaram o poder e constituíram juntas governativas. Um exército popular foi constituído para proteger a população e os prédios públicos, com armas cedidas por casas comerciais e outras requisitadas entre as depositadas no Fórum. Os presos foram soltos para ajudar o movimento, a venda de bebidas alcoólicas foi rigorosamente proibida.

As companhias e seus jagunços foram expulsos de toda a região. Mas somente cinco anos depois, durante o governo João Goulart, é que a situação foi regularizada, com a distribuição de mais de 40 mil títulos de propriedade, respeitando as áreas ditadas pelos próprios interessados. Assim, os posseiros foram incluídos no processo de desenvolvimento agrícola nacional. A agricultura modernizou-se. Somente de 1970 a 1975, o número de tratores cresceu de 360 para 2.960, num aumento fabuloso de 679%. Junto com a modernização, no entanto, veio a concentração da renda e da propriedade, a expulsão do homem do campo. A partir do início dos anos 80, o Sudoeste do Paraná começou a conviver com os sem-terra, ex-proprietários excluídos, ameaçados de se tornarem novamente posseiros. (MANFREDIDI, 2007)

#### **2.4.3. Uma visão atual**

O crescimento econômico, condição necessária para o desenvolvimento, não acontece de maneira uniforme por todo o território de um país ou de uma região. Para (PERROUX, 1970: p. 100), “(...) o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia.”

O crescimento surge, preferencialmente, em alguns pontos do território de um país ou de uma região, chamados “pólos de crescimento”. A propagação deste dá-



se segundo vias diferentes, conforme afirma Perroux. Uma dessas vias é constituída pela ligação rodoviária existente entre estes pólos, conhecidas por eixos.

Obedecendo à hierarquização dos pólos, pode-se considerar a Região Metropolitana de São Paulo, no Brasil, como um pólo de crescimento nacional. Na Região Oeste do Paraná, cidades como Cascavel e Foz do Iguaçu, atualmente, podem ser consideradas pólos de crescimento regional. Conseqüentemente, a ligação rodoviária que une estes dois pólos pode ser considerada um eixo, por onde se propagam os fluxos, os preços e as antecipações, conforme destacado por (PERROUX: 1970).

Para Perroux, o pólo de desenvolvimento não existe como uma unidade isolada, mas está ligado à sua região pelos canais por onde se propagam os preços, os fluxos e as antecipações. Esta propagação feita por um caminho que liga dois pólos dá origem ao que ele chama de eixo de desenvolvimento, salientando, porém, que o eixo não é apenas uma estrada, um caminho e que, além disso, ligado à estrada, deve haver todo um conjunto de atividades complexas que indicam *“orientações determinadas e duráveis de desenvolvimento territorial e dependem sobretudo da capacidade de investimento adicional”*.

#### **2.4.4. A Conformação do Eixo**

A existência dos eixos pressupõe a presença de outros bens complementares, como energia, crédito e competência técnica. Segundo Andrade (1987), um bom exemplo de eixo de desenvolvimento, em nível de Brasil, seria o eixo Rio-São Paulo ou o eixo São Paulo-Santos. Em nível regional, conservadas as devidas proporções, pode-se propor a tese de que existam os eixos de desenvolvimento, como sendo as ligações rodoviárias ligando pólos regionais, como é o caso da ligação entre Cascavel e Foz do Iguaçu. Em nível regional, esta ligação pode exercer as mesmas funções que exercem os eixos, como Rio-São Paulo, em nível nacional.

Algumas das ligações rodoviárias existentes na Região Oeste do Paraná tiveram suas origens nas trilhas deixadas pelos exploradores da erva mate e da madeira existente na Região, entre as décadas de 1870 e de 1940, que eram

denominados ervateiros. A partir da década de 1940, com o início da colonização da Região, estas se transformaram em ligações rodoviárias. As pavimentações dessas ligações rodoviárias e as construções das pontes, ligando Foz do Iguaçu ao Paraguai e à Argentina, obras de infra-estrutura essenciais para o crescimento do Eixo Cascavel-Foz do Iguaçu e da Região, estiveram ligadas a fatores que podem ser considerados externos.

Um Eixo se formou no trecho às margens da BR-277, conforme pode ser visto na FIGURA 6, desde Cascavel até Foz do Iguaçu.

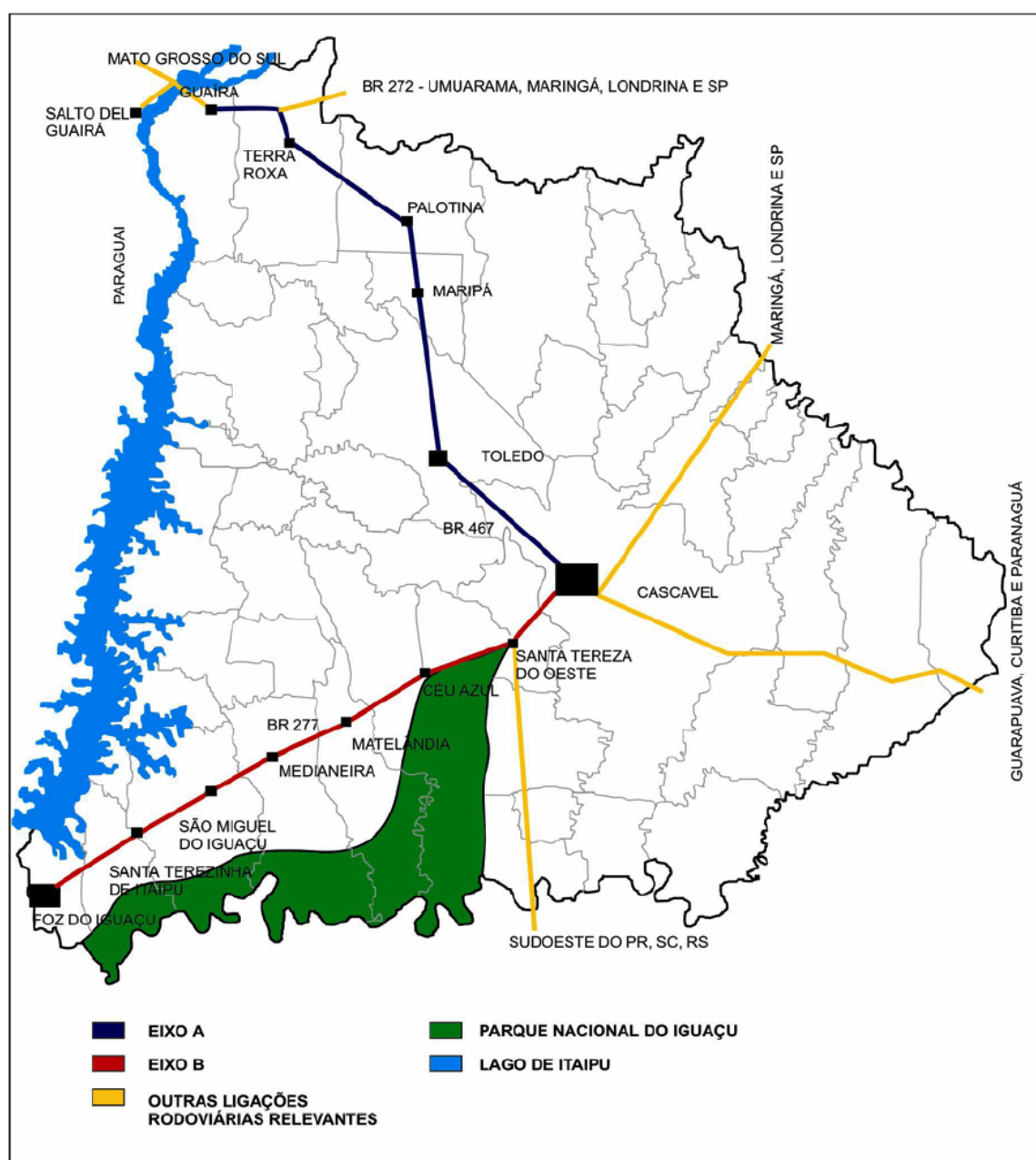


FIGURA 6: Recorte da região Oeste do Paraná.  
Fonte: SEMA/PR 2000 e (PERIS: 2002).

Considerando que um eixo é mais que uma estrada, é um canal por onde se propagam os preços, os fluxos e as antecipações, conforme afirma Perroux (1970), pode-se dizer que a ligação rodoviária existente entre Cascavel e Foz do Iguaçu não é apenas uma estrada, mas também um canal por onde convergem interesses econômicos regionais nos dois sentidos, bem como no sentido de outras regiões do Paraná e dos países vizinhos (Paraguai e Argentina). Além disso, trata-se de um caminho que liga dois pólos, o que, segundo Perroux (1970), caracteriza um eixo.

A pavimentação da BR 277 e a construção da Ponte da Amizade foram conseqüências de um fator totalmente exógeno, constituído pelo fortalecimento das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com o Paraguai, prejudicado pelos episódios da “Guerra do Paraguai”, também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança, que durou de 1864 a 1870. A ligação com o Oceano Atlântico era uma aspiração do Paraguai, desde o século XVI. A relação entre o Brasil e o Paraguai, desde o fim desta guerra até a década de 1960, ressentia-se dos fatos acontecidos durante o conflito. (PERIS: 2002, p.82).

Como resultado e consolidação do reatamento das relações bilaterais entre Brasil e Paraguai, foi inaugurada em 27 de março de 1965, sobre o rio Paraná, a Ponte da Amizade, com uma extensão de 554 metros, ligando Foz do Iguaçu, no Brasil, a Ciudad del Este, no Paraguai. A Ponte da Amizade foi o primeiro passo para a ligação do Paraguai com o Oceano Atlântico, que foi concretizada com a inauguração da pavimentação da BR 277, em 27 de março de 1969.

A BR 277 liga Foz do Iguaçu, da margem do rio Paraná, onde está a Ponte da Amizade, ao Porto de Paranaguá. Constituíria-se, segundo MONTEIRO (2000), quando inaugurada, na principal, mais larga e mais extensa ligação rodoviária que cortava o Estado do Paraná, numa extensão de aproximadamente 772 km, de Leste a Oeste. Foi construída com 16m de leito, sendo 7m para o asfalto. Esta estrada pavimentada permitiu a ligação rodoviária de Assunção a Paranaguá.

Segundo MONTEIRO (2000, p.26), no dia da inauguração:

*Os presidentes emitiram uma declaração conjunta que, além de reafirmar os laços de amizade e cooperação econômica entre os dois países, anunciava alguns compromissos. Entre outros, destacavam-se: o*

*oferecimento da Eletrobrás para prestar assistência financeira à Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguai, que fora criada em 12 de fevereiro de 1967, para estudar o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná, implementando o que ficara acertado na Ata de Iguaçu.*

Estes acontecimentos tiveram os seguintes desdobramentos: para o Paraguai, representou a realização de uma antiga aspiração de conseguir uma ligação rodoviária com o Oceano Atlântico, facilitando seu comércio exterior. Para o Brasil, representou o fortalecimento de relações comerciais e de interesses estratégicos e econômicos com o Paraguai. Para a Região, significou: a pavimentação de seu primeiro trecho rodoviário, ligando Cascavel a Foz do Iguaçu e ligando este, por via rodoviária, ao Paraguai; inseriu este Eixo no eixo maior Assunção-Foz do Iguaçu/Curitiba/Paranaguá. De Paranaguá o eixo liga, por via marítima, Assunção, Foz do Iguaçu e Curitiba, aos demais países do mundo.

A modernização tecnológica da agricultura se consolidou com o binômio soja/trigo. Na Região Oeste do Paraná, foi incorporada a cultura do milho, que é um dos seus principais produtos agrícolas, promovendo um aumento considerável na produção e na produtividade dessas culturas. Foi a responsável pela redução do número de propriedades rurais, principalmente as pequenas, e pela diminuição da população dos municípios da região, com exceção de Cascavel e Foz do Iguaçu, que se transformaram nos dois maiores centros urbanos regionais.

**QUADRO 3 – POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EIXO CASCAVEL–FOZ DO IGUAÇU, SEGUNDO O IBGE - 1960/2000**

MUNICÍPIO	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Cascavel	39 598	89 921	163 459	193 010	219 652	245 066
Santa Tereza do Oeste	-	-	-	6 118	10 406	10 734
Céu Azul	-	23 219	25 444	10 586	10 440	10 442
Matelândia	-	24 561	33 426	17 329	13 828	14 344
Medianeira	-	31 142	49 361	38 665	40 149	37 800
São Miguel do Iguaçu	-	25 222	34 247	24 721	23 169	24 314
Sta. Terezinha de Itaipu	-	-	-	14 449	16 690	18 361
Foz do Iguaçu	28 212	33 966	136 321	190 123	231 627	258 368
Total do Eixo	67 810	228 031	442 258	495 001	565 961	619 429
Total da Região Oeste	135 677	752 775	960 775	1 016 481	1 074 309	1 132 801

FONTE: IBGE, 2006.

Foram decisivas para ampla aceitação pelos proprietários rurais as políticas agrícolas do Governo Federal, especialmente o crédito agrícola (para investimento, custeio e comercialização), que era fortemente subsidiado; o apoio do setor público agrícola (pesquisa e extensão); além do comportamento dos preços internacionais

dessas mercadorias. Por outro lado, aspectos de solo e relevo atuaram como facilitadores ou limitadores do processo.

A partir de 1990, com o fim do subsídio ao crédito e à cultura do trigo, somado aos acordos comerciais feitos pelo Brasil, promovidos pela abertura da economia e pelo Mercosul, essa cultura praticamente desapareceu da região. Os municípios ao longo do eixo sofreram menos o impacto dessas medidas que o conjunto de municípios da região.

A modernização da agricultura foi um fator externo que trouxe vantagens e desvantagens para a região e para os municípios do eixo. As desvantagens principais foram os impactos ambientais, inevitáveis no processo, e o êxodo rural, da mesma forma inevitável, uma vez que a modernização agrícola é altamente poupadora de mão-de-obra. As grandes vantagens foram a melhoria da produtividade e o aumento da produção, aliados à introdução da atividade criatório de animais, como frango e suínos, que possibilitaram o desenvolvimento da agroindústria na região, privilegiando seu conjunto de municípios e o Eixo Cascavel–Foz do Iguaçu.

A construção de Itaipu foi resultado de uma conjugação de fatores. Primeiro, a visão estratégica e de longo prazo dos governos militares do Brasil. Segundo, a capacidade da diplomacia brasileira, que negociou um acordo com o Paraguai e com a Argentina. Embora nenhum acordo tenha sido assinado com a Argentina antes do início da construção, as relações do Brasil com esse país mantiveram-se num estágio que permitiu o acordo com o Paraguai e o início das obras. Terceiro, o potencial hidrelétrico do Rio Paraná, que permitiu transformar as proximidades de Foz do Iguaçu na maior usina hidrelétrica do mundo, em produção de energia. Quarto, a capacidade técnica brasileira na construção de barragens e na montagem de unidades geradoras de energia em grande escala. E, por último, a demanda de energia elétrica por parte da região industrializada do Brasil – que compreende a Região Metropolitana de São Paulo.

A consolidação do processo de industrialização fazia parte da estratégia desenvolvimentista do Brasil, resultado da política dos governos militares, através de

seus planos, como o I e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), por exemplo.

TABELA 8 – Royalties per capita no ano de 2000 transferidos de Itaipu, referenciado em US\$1,00.

MUNICÍPIOS	ROYALTIES RECEBIDOS	POPULAÇÃO	ROYALTIES PER CAPITA
Santa Helena	18.887.600	20.487	921,93
Foz do Iguaçu	14.453.500	258.368	55,94
Itaipulândia	12.712.900	6.831	1.861,06
São Miguel do Iguaçu	6.667.300	24.314	274,22
Marechal Cândido Rondon	4.099.900	41.014	99,96
Guaíra	3.652.800	28.663	127,44
Pato Bragado	3.329.400	4.051	821,87
Santa Terezinha de Itaipu	3.000.400	18.361	163,41
Missal	2.869.400	10.435	274,98
Entre Rios do Oeste	2.327.100	3.330	698,83
Mercedes	1.366.600	4.605	296,76
Diamante do Oeste	402.400	4.878	82,49
São José das Palmeiras	138.900	4.109	33,80
Terra Roxa	113.100	16.291	6,94
Medianeira	83.100	37.800	2,20
Total	74.104.400	483.537	153,25

FONTE: IBGE, Itaipu Binacional e (PERIS: 2002).

Para Foz do Iguaçu e para o eixo, esses fatores, com exceção do potencial hidrelétrico do Rio Paraná, podem ser caracterizados como externos.

Com a construção de Itaipu, o Governo Federal utilizou uma política keynesiana.

Os reflexos dos investimentos diretos e indiretos na sua construção, sobre o crescimento da renda, foram sentidos em vários segmentos da economia nacional. Segundo Monteiro (2000), a construção de Itaipu foi o único grande investimento do Governo Federal que não sofreu interrupção, independentemente da conjuntura nacional ou internacional, durante sua execução. Sobre Foz do Iguaçu e o eixo, os reflexos foram sentidos com muita intensidade, pois transformaram a dinâmica econômica não só de Foz do Iguaçu como também de toda a sua extensão e entorno. Itaipu tem suas unidades geradoras localizadas em Foz do Iguaçu, contudo o reservatório, à sua esquerda, está localizado em 15 municípios paranaenses, os chamados municípios lindeiros. Sobre esses municípios, os reflexos foram sentidos de duas formas.

Primeiro, houve o efeito negativo proporcionado pelas desapropriações das terras destinadas à formação do reservatório e à proteção ambiental, no início da década de 1980. As terras desapropriadas eram consideradas as mais férteis da região, ocupadas, principalmente, por pequenas propriedades. Nos municípios que compõem o eixo, foram desapropriados 339,25 km<sup>2</sup>, o que equivale a 33.925 hectares.

Com o pagamento dos *royalties*, iniciados em 1991, estes, após a promulgação da Constituição de 1988 e de intensa pressão das classes política e empresarial do Paraná, destinaram-se aos municípios lindeiros, como uma forma de compensação pelas perdas proporcionadas pela desapropriação de terras produtivas e pela perda de população.

Conforme a divulgação da Itaipu Binacional, os *royalties* são uma compensação financeira aos governos do Brasil e do Paraguai pela utilização do potencial hidráulico do Rio Paraná. Seu pagamento está previsto pelo Tratado de Itaipu em seu Anexo C (que dispõe sobre as bases financeiras e de prestação de serviços de eletricidade).

Analisando a tabela 8, percebe-se que os *royalties* impactam de forma diferenciada sobre as populações e as administrações desses municípios paranaenses. Enquanto Foz do Iguaçu recebeu, em 2000, o equivalente a US\$ 55,94 per capita de *royalties*, Guaíra recebeu o equivalente a US\$ 127,44 – teoricamente, os dois municípios herdeiros dos maiores problemas da construção da usina e da formação do reservatório –, Entre Rios do Oeste recebeu o equivalente a US\$ 698,83 per capita; Pato Bragado, o equivalente a US\$ 821,87 per capita; Santa Helena, o equivalente a US\$ 921,93 per capita; e Itaipulândia, o equivalente a US\$ 1.861,06 per capita. Pode-se dizer que, em Itaipulândia, no ano 2000, recebeu-se mensalmente, em média, o equivalente a US\$ 155,09 por habitante, sem que fosse preciso nenhum habitante sair de sua casa para fazer alguma atividade.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu impactou sobre toda a Região Oeste do Paraná. Com relação ao Eixo Cascavel–Foz do Iguaçu, esses impactos foram positivos ao longo de todo o eixo. Promoveram o crescimento de Foz do

Iguaçu, favoreceram Cascavel, na outra extremidade, por ser o maior centro de serviços da região, e dinamizaram o interior do eixo. Ao dinamizar Cascavel, também promoveu encadeamentos positivos em outras partes da região.

#### **2.4.5. A Abertura da Economia Brasileira**

Com a abertura da economia brasileira, a indústria nacional especialmente a indústria de eletro-eletrônicos, instalada na Zona Franca de Manaus (ZFM), que produzia os produtos mais procurados por brasileiros, no Paraguai passaram a ter maior liberdade para importarem componentes. Com isso, inicialmente, os preços desses produtos fabricados no Brasil começaram a cair por causa da importação de componentes tecnologicamente mais avançados e a preços menores e, por consequência, diminuíram o diferencial em relação aos seus equivalentes adquiridos no Paraguai. Num segundo momento, a partir da implantação do Plano Real e da fixação da taxa de câmbio, esse diferencial de preço passou a ficar mais significativo, pois a taxa cambial valorizada tornava o preço desses componentes importados ainda menor que o preço dos similares fabricados no Brasil. O diferencial de preço que existia para se comprar no Paraguai reduziu-se e, em alguns casos, praticamente desapareceu. Sobre esta questão cabe a citação extensa, porém muito oportuna, de PACHECO (1998, p. 149-150), que diz:

*A Zona Franca de Manaus concentra hoje praticamente toda produção final de bens de eletrônica de consumo do país, e respondia em 1985 por cerca de 12% do VTI de material elétrico e de comunicações. (...) a eletrônica de consumo é o principal segmento produtivo da ZFM, montado com base num amplo sistema de incentivos fiscais, que tem por base diferenciais de alíquotas de Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Importação, tanto para similares importados, quanto para a produção nacional de outras regiões.*

Este sistema de incentivos viabilizou a instalação de um parque industrial significativo, deslocando a produção final de áudio e vídeo de São Paulo, que ainda concentra a parte mais importante da indústria de componentes, inclusive cinescópios, articulando-se neste sentido com a produção da ZFM pelo fornecimento de insumos e peças e sendo o principal destino da produção de bens finais.



Contudo, à medida que esse sistema de incentivos mostrava-se progressivamente inadequado para fazer frente à abertura comercial do país, foi sendo substituído por um abrandamento dos critérios de nacionalização da produção, primeiro através da introdução da sistemática do Processo Produtivo Básico, depois pela flexibilização do próprio PPB. Isto conduziu a um intenso processo de ajuste das empresas instaladas em Manaus, que se refletiu no aumento de sua competitividade em preços com os produtos importados, mas cujo custo foi, além da queda acentuada no emprego e na renda regional, um significativo incremento do componente importado, com repercussões negativas no encadeamento da indústria montadora com a produção de insumos em Manaus e em São Paulo. (PERIS, 2002: p. 95-97).

Com a equiparação de preços, os consumidores brasileiros passaram a preferir comprar produtos brasileiros que possuíam garantia dos revendedores e assistência técnica.

Além disso, os produtos comprados no Brasil podiam ser comprados a prazo. As compras a prazo foram favorecidas pela expansão do crédito direto ao consumidor – fornecido, principalmente, pelas grandes redes de varejo brasileiras – a partir do segundo semestre de 1994, por consequência do estancamento do processo inflacionário. Assistimos a uma enxurrada de financeiras de crédito pessoal se expandindo no Brasil, ao custo dos juros de varejo mais caro do mundo, onde as instituições financeiras, inclusive indústrias, criaram suas próprias redes de crédito pessoal. E no Brasil pós-Real, (neoliberalismo) todos os anos o setor financeiro bate recordes de lucros – não se compara a nada no mundo financeiro–, isso atraiu filiais de quase todo sistema financeiro internacional nessa farra de lucros.

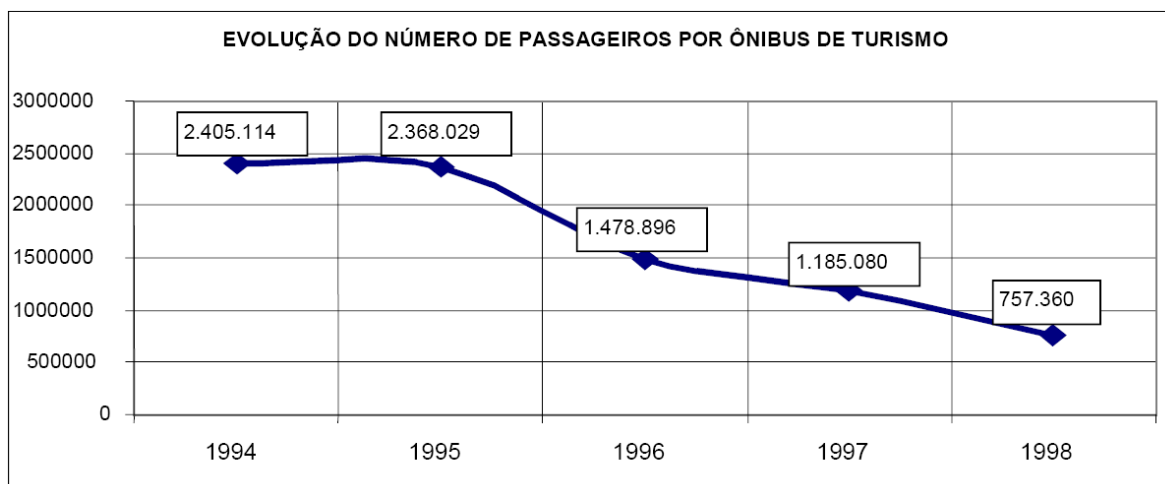
#### **2.4.6. O Impacto do Plano Real**

Ao implantar o Plano Real, em 01 de julho de 1994, as autoridades econômicas fixaram a taxa de câmbio. Segundo Guimarães (1995), a política cambial que sustentou o Real – a nova moeda –, valorizada, serviu como um grande artifício, semelhante ao congelamento de preços nos planos anteriores, para combater os aumentos de preços e impedir o aumento da inflação.

A fixação da taxa cambial acabou tendo um reflexo positivo no estabelecimento de uma nova dinâmica na economia de Foz do Iguaçu e da fronteira com o Paraguai e a Argentina. A mesma viabilizou o processo de importações de produtos comercializados no Paraguai, uma vez que a abertura da economia havia prejudicado essa atividade, pois, conforme visto anteriormente, aumentou a competitividade dos produtos fabricados no Brasil, em virtude das facilidades para a importação de máquinas, equipamentos, tecnologia e componentes. Assim, especialmente durante o segundo semestre de 1994 até o final do ano de 1995, a atuação dos chamados “sacoleiros” cresceu expressivamente, criando um fluxo de comércio entre várias regiões do Brasil com Ciudad del Este, no Paraguai, e, em menor grau, com Porto Iguazu, na Argentina, com intermediação de Foz do Iguaçu, que se tornava economicamente dinâmica junto com este comércio. O Gráfico 2 mostra o total de turistas que visitaram Foz do Iguaçu, por ônibus, no período entre 1994 e 1998.

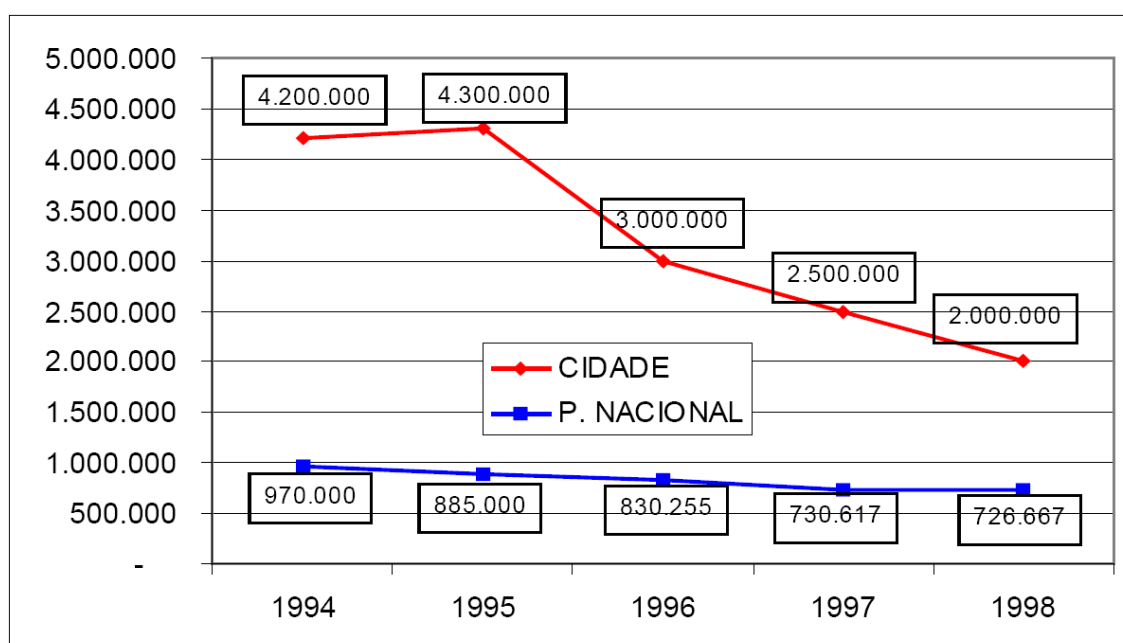
Ao se analisar o Gráfico 1, percebe-se claramente que, a partir de 1996, ocorreu uma drástica diminuição do número de visitantes de Foz do Iguaçu por ônibus de turismo.

A maior parte do turismo de compra, efetuado pelos chamados “sacoleiros”, era feita através de ônibus de turismo. O Gráfico 2 mostra o número total de visitantes que Foz do Iguaçu recebeu no mesmo período, incluindo todos os visitantes, tanto os que chegavam à cidade por vias terrestres – de ônibus de turismo e de linha e de carros de passeio – quanto os que chegavam por via aérea e identificando, dentre o total de visitantes, aqueles que visitaram o Parque Nacional, onde estão as Cataratas do Iguaçu.



**FIGURA 7 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS DE TURISMO.**  
F: IPARDES, 1999 e (PERIS: 2002).

Dentre aqueles que visitaram o Parque Nacional, há uma maior rigidez à diminuição. Ou seja, o número total de visitantes caiu numa proporção muito superior ao número de visitantes do Parque Nacional. Isso significa que as alterações na conjuntura da fronteira refletiram com maior intensidade sobre os “sacoleiros”.



**FIGURA 8 – NÚMERO TOTAL DE VISITANTES EM FOZ DO IGUAÇU DE 1994/98.**  
Fonte: IPARDES, 1999 e (PERIS: 2002).

Observa-se, através do Gráfico 2, que a partir de 1996 iniciou-se a queda no número de visitantes em Foz do Iguaçu, caindo de 4,3 milhões, em 1995, para 3 milhões, em 1996; para 2,5 milhões, em 1997, e para 2 milhões, em 1998.

Com a flexibilização da taxa cambial, no Brasil, em janeiro de 1999, a procura por produtos do Paraguai sofreu um reflexo negativo. Com isso, inviabilizou ainda mais o turismo de compras que, conforme exposto no Gráfico 1, já estava em crise desde 1996.

Novamente, a alteração na taxa cambial brasileira refletiu de forma diferenciada na economia da fronteira. Ao mesmo tempo, inviabilizou as importações brasileiras de produtos comercializados no Paraguai, pois as tornou mais caras, uma vez que, na Ciudad del Este, os preços são referenciados em dólar e poderiam viabilizar a exportação de produtos industrializados brasileiros para o Paraguai, via Foz do Iguaçu. Isso não ocorreu porque, conforme explicado anteriormente, o Mercosul facilitou o comércio direto das empresas produtoras brasileiras com os comerciantes domiciliados nos países importadores.

Com a equiparação de preços, os consumidores brasileiros passaram a preferir comprar produtos brasileiros, que possuíam garantia dos revendedores e assistência técnica. Além disso, os produtos nacionais podiam ser comprados a prazo. As compras a prazo foram favorecidas pela expansão do crédito direto ao consumidor – fornecido, principalmente, pelas grandes redes de varejo brasileiras – a partir do segundo semestre de 1994, por consequência do estancamento do processo inflacionário. Nesse período, começou a reversão definitiva em favor dos produtos fabricados no País. O comércio entre o Brasil e o Paraguai só se justificava porque, com a taxa de câmbio fixa e valorizada, o diferencial de taxa de câmbio ainda proporcionava vantagem para compras de alguns produtos no Paraguai. Entretanto, a partir de 1996, começou a perder sua intensidade e, com a flexibilização do câmbio, em janeiro de 1999, esse comércio foi praticamente inviabilizado. Com isso, Foz do Iguaçu e Ciudad del Este viram, praticamente do dia para a noite, desaparecer seu dinamismo comercial. Esse evento prejudicou a dinâmica econômica ao longo do Eixo Cascavel-Foz do Iguaçu.

O turismo de compras e a atividade dos sacoleiros também diminuíram sua intensidade quando o Governo brasileiro impôs a cota máxima de US\$ 150,00 por pessoa, no ano de 1995. Atualmente, a cota máxima permanece nesse patamar, e a alfândega brasileira, na Ponte da Amizade, está cadastrando as pessoas que cruzam a Ponte da Amizade, por amostragem, e só permite que o “turista” cadastrado passe a fronteira com compras, dentro da cota, uma vez por mês. Se a fiscalização fizer cumprir essa nova determinação, a atividade dos sacoleiros diminuirá ainda mais. Restará, basicamente, o efetivo turismo de compras.

### **3. AS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO INTERIOR DAS FORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS**

#### **3.1 Concentração dos investimentos na RMC**

Os boletins de Análise Conjuntural do IPARDES de 1996, 2000 e 2005 comprovaram, com dados reais, que 70% dos investimentos feitos no Paraná ficam na Grande Curitiba.

Dos investimentos listados pelo IPARDES, o maior é na área metal-mecânica com US\$ 3,649 bilhões e, na área de material de transportes, com US\$ 3,029 bilhões. Já na área de material de transportes, o investimento foi de 100% da RMC, conforme o estudo, e o metal-mecânica mais de 90% também na RMC. Já o investimento agroindustrial, de quase US\$ 1 bilhão (para ser exato US\$ 987,3 milhões), se dirigiu ao interior do Estado. Nesse caso, urge não esquecer que no eixo Curitiba/Ponta Grossa está o maior parque das indústrias de beneficiamento de oleaginosas da América Latina. Há um adicional nesse quadro, que alcança US\$ 4,753 bilhões, que trata de inversões privadas diretamente ligadas à produção. Esses totais excluem programações de investimentos em infra-estrutura de energia elétrica, telecomunicações, transportes e distribuição de petróleo que no conjunto superam US\$ 4 bilhões. Ficaram de fora também algumas intenções de investimento de longo prazo manifestadas pela Renault, Klabin e Electrolux, totalizando quase US\$ 1 bilhão. Somando tudo, chega-se aos US\$ 12 bilhões, que, segundo o ex-governador Jaime Lerner, iria gerar 180 mil empregos. O quadro a que nos referimos é do setor industrial porque a expressão da agricultura e a do extrativismo (setor primário) são de pouco significado no conjunto metropolitano e zerada em Curitiba. Junte-se a isso o potencial do setor terciário (comércio, transportes, serviços), que agregam mais capitais e trabalho e teremos idéia ainda mais forte do desequilíbrio.

O Paraná só será uma unidade integrada e forte se houver não apenas distribuição mais equilibrada desses investimentos, mas uma ação mais coordenada pela difusão do bem-estar.

Reproduzir o modelo paulista não provará racionalidade e inteligência de nossa parte e muito menos confirmará a expectativa de alguns poucos mal informados com a proclamada criatividade do nosso ex-governador. O Paraná talvez ganhe, no entanto, num aspecto: o de superar em sua economia a condição de complementaridade da paulista.

Recentemente (IPARDES, 2005: p. 3-12) saiu uma publicação sobre o PIB (Produto Interno Bruto) estadual, que reafirma a concentração da economia na Grande Curitiba: 22% do total do PIB paranaense estão justamente concentrados na RMC. Antes houve aquela outra revelação, num estudo da revista Exame sobre potencial de consumo: a capital paranaense detinha 24% de tudo o que se consumia no sul do país. Isso torna a situação mais perversa, já que, em Santa Catarina, Joinville saía à frente com 9%, seguida de Florianópolis com 8%, o que indica uma irradiação mais distributiva. Também a distância entre Curitiba e Londrina era maior do que a estabelecida entre Porto Alegre e Caxias do Sul: a ex-capital do café aparecia com 5%.

**TABELA 9 - INVESTIMENTOS NO PARANÁ 1995-2000.**

Setor	Valor milhões de US \$
Serviços públicos	7.007,60
Transporte e armazenagem	4.757,80
Mercado Financeiro	3.567,00
Autopeças e montadoras	3.104,40
Metalurgia/Têxtil/Bebidas	1.395,95
Madeira/Móveis/Papel	1.150,00
Alimentos	936,30
Petroquímica/Construção	573,60
Eletroeletrônica/informática	431,50
Outras	229,20
<b>Total Geral</b>	<b>23.153,35</b>

Fonte: IPARDES, IBGE e Gazeta Mercantil, 2002. Elaboração CROCETTI, 2007.

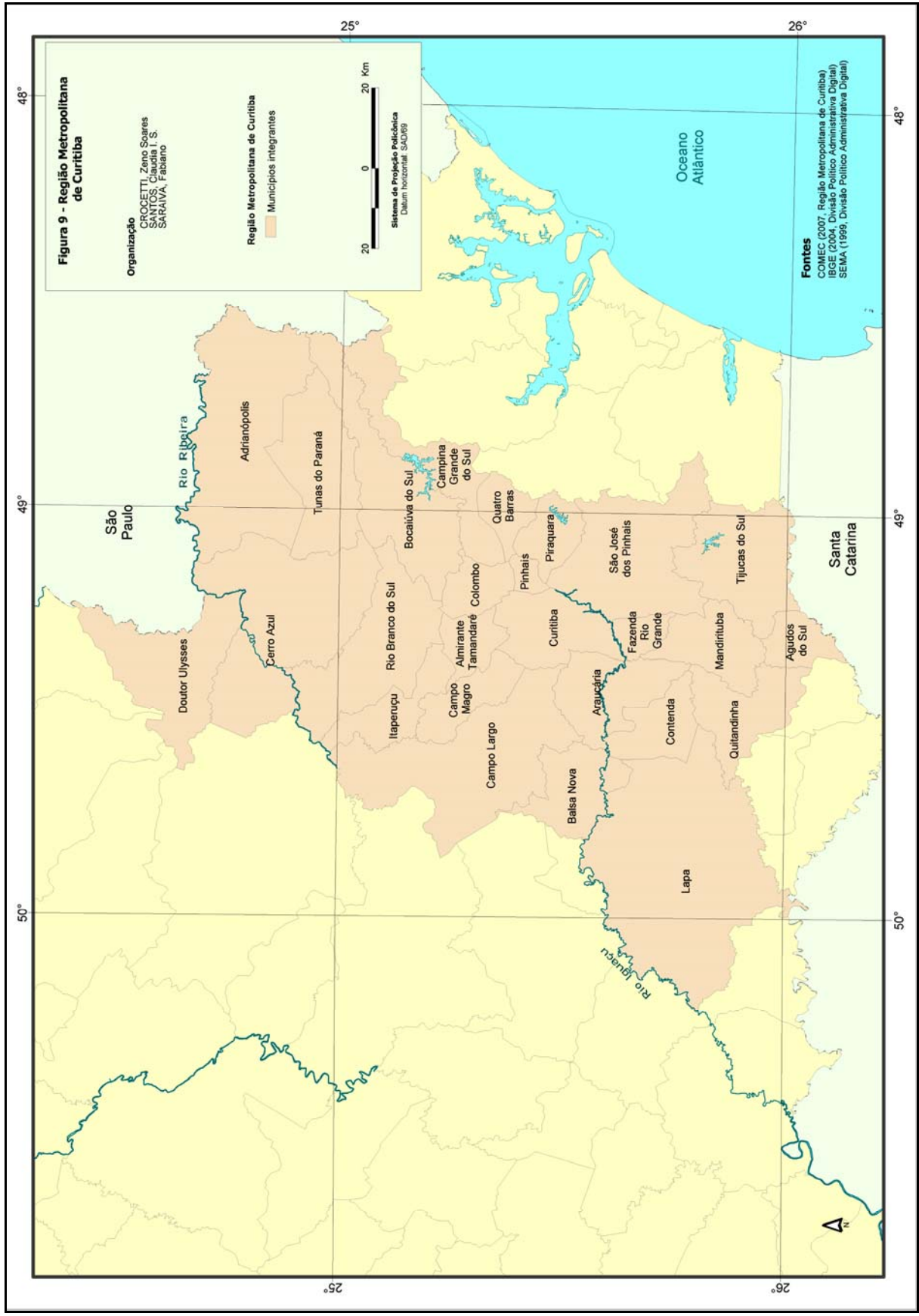


FIGURA 9. Região Metropolitana de Curitiba.  
 Fonte: COMEC, 2007.



Na partilha do ICMS, a Grande Curitiba aparece com quase dois terços. Não é para espantar, já que os fatores locais, que pesam hoje nas escolhas das montadoras, são visíveis no agregado da Cidade Industrial acoplada ao distrito fabril de Araucária, onde opera ainda o pólo petroquímico. Araucária e São José dos Pinhais ficam com uma parte ponderável das rendas públicas.

**TABELA 10 - Intenções de Investimento Segundo Municípios da RMC - 1995-2000.**

Município	Intenção de Investimentos (%)	Investimentos Programados (%)
São José dos Pinhais	21,4	45,8
Curitiba	33,1	20,8
Campo Largo	4,8	16,4
Araucária	13,1	9,8
Campina Grande do Sul	4,8	1,4
Quatro Barras	6,2	1,2
Mandirituba	4,1	1,2
Piraquara	2,1	0,8
Fazenda Rio Grande	2,1	0,7
Balsa Nova	0,7	0,6
Rio Branco do Sul	0,7	0,6
Pinhais	4,1	0,4
Colombo	1,4	0,2
Lapa	0,7	0,1
Agudos do Sul	0,7	0,0
TOTAL RMC	100,0	100,0

FONTE: IPARDES, MOURA, 2004.

Retornamos à análise dos estudos do IPARDES sobre o “Perfil dos Investimentos Industriais no Paraná”. Há três gêneros em que o interior sobrepuja a Região Metropolitana: a agroindústria (80,48% contra 19,52%), madeira/mobiliário (90,48%) e bebidas (75,68%). Há um equilibrado, levemente beneficiando o interior: produtos de matérias plásticas (51,72% dos investimentos). Há os de 100% na RMC como minerais não metálicos, material de transportes, perfumaria e gráfica. Interpretando os demais: material elétrico e de comunicações (96,75% na RMC), mecânica (95,38%), metalurgia (88,89%), química (86,25%).

O IBGE, com a sua neutralidade numérica, vem mostrando que estamos às vésperas do caos, com um cinturão de miséria envolvendo cada uma das cidades da região metropolitana de Curitiba.

O ponto relevante é que, nos últimos anos, o capital industrial ganhou enorme mobilidade. Com os níveis de automação atuais, é possível transferir fábricas de um

ponto a outro do país e do mundo em um piscar de olhos. Se um estado atrai determinada empresa com incentivos fiscais, no momento em que cessarem os incentivos, ou estados competidores igualarem as condições oferecidas, a empresa simplesmente abandonará o estado inicial, como aconteceu no caso da FORD no Rio Grande do Sul, que se transferiu para a Bahia.

### **3.1.2. Acumulação Produtiva Flexível na RMC**

Vamos analisar e diagnosticar os dados sobre a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), onde pretendemos interpretar as intervenções na economia globalizada no território e a espacialização neste do novo padrão de **Acumulação Produtiva Flexível**, esta caracterizada por mudanças profundas no paradigma capitalista tecnológico vigente na fase fordista/taylorista, da organização da produção e do trabalho, que aprofundaram e transformaram o nexos entre as dinâmicas urbana (espacial) e econômica (territorial). A interconexão global entre os mercados cambiais e financeiros e o aprofundamento da internacionalização produtiva, a reorganização do modelo empresarial e tecnológico, a formação de redes empresariais e a tendência à terceirização trouxeram importantes mudanças nos padrões locacionais. Esse novo padrão de acumulação, alicerçado em um fluxo contínuo de inovações tecnológicas e demanda de novos serviços, impõe que as cidades adaptem sua infra-estrutura e seu meio sócio-profissional como condição para o desenvolvimento dessa nova base material. A presença ou ausência desses requisitos poderá determinar a constituição de pólos dinâmicos da economia globalizada ou poderá relegar à concentração de atividades de baixa qualificação, realimentando um processo de exclusão social e econômica.

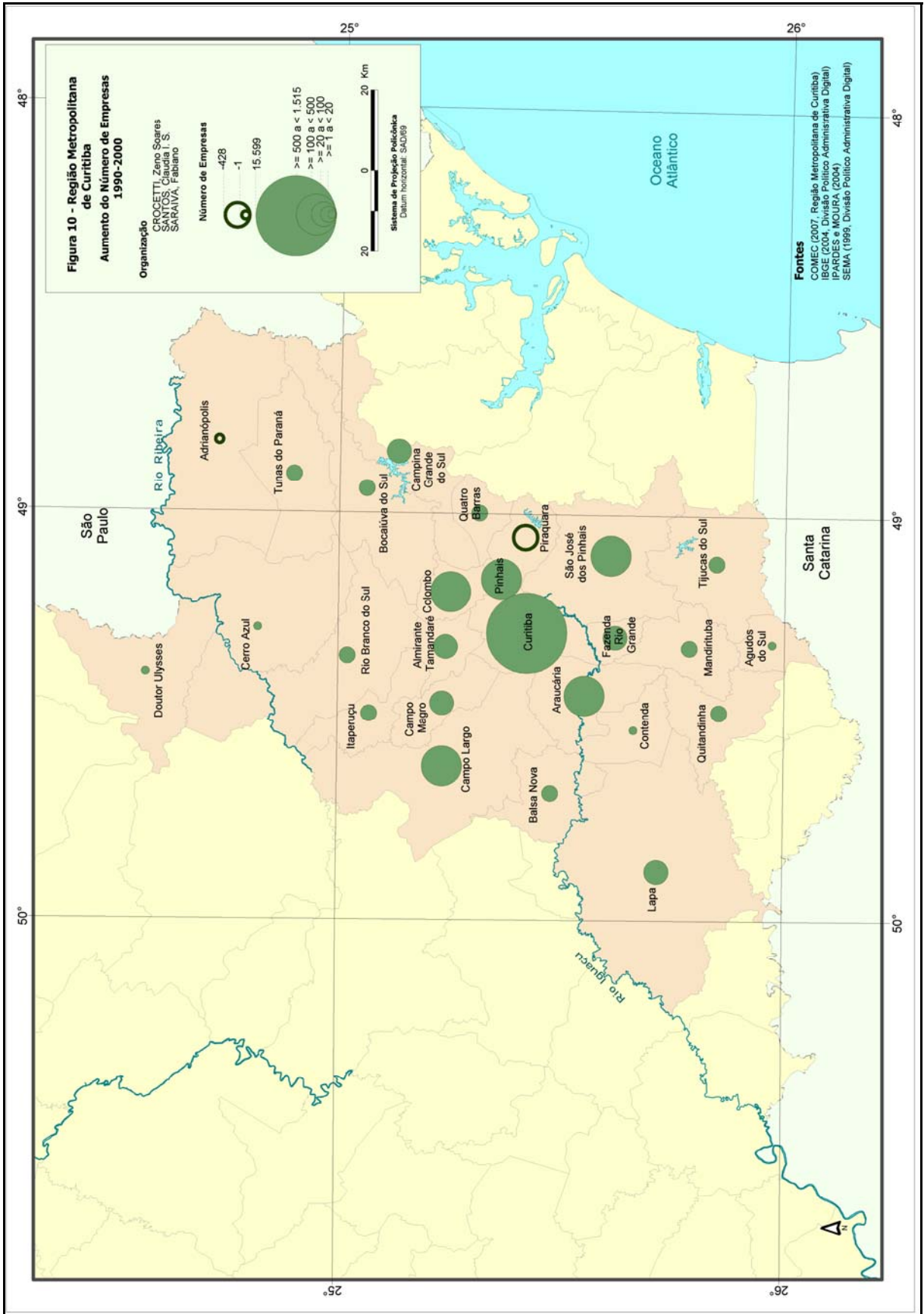


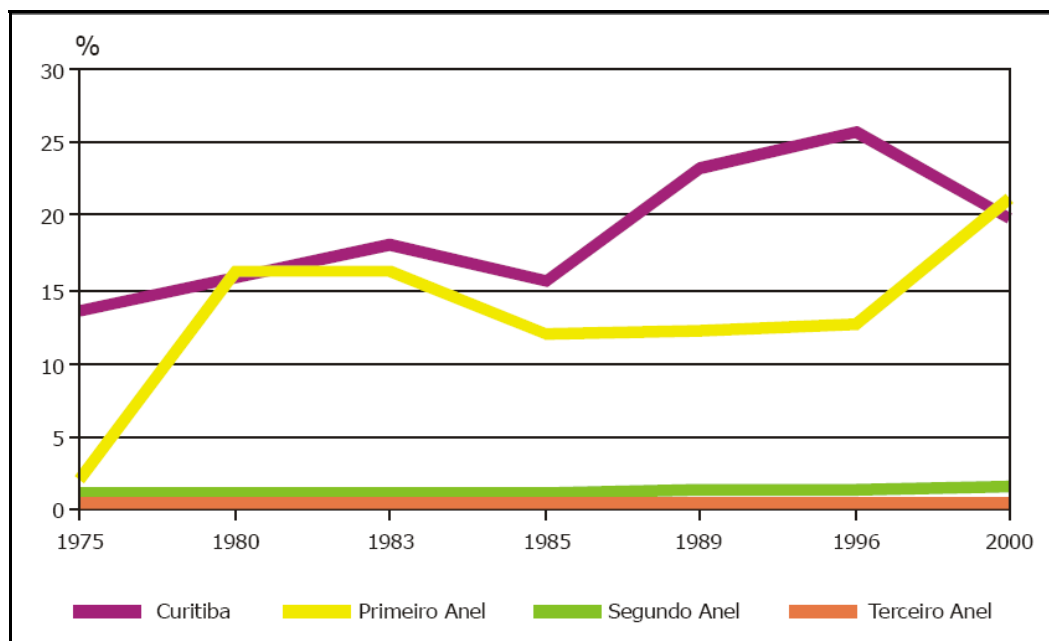
FIGURA 10: Mapa da RMC Empresas 1990-2000.  
 FONTE: IPARDES e MOURA 2004.

Para compreender os efeitos desse processo, além da vertente de análise da reestruturação econômica, ao fazer análise do espaço geográfico em determinada escala de tempo, iremos utilizar das combinações que se articulam para explorar o meio. As combinações geográficas oferecem localização especial (CHOLLEY: 1964), sendo ainda aquelas que apresentam caráter dinâmico e contribuem para criar no meio onde se articulam um meio particular, e, ao se articular, criam no meio um caráter de estabilidade, de duração ou renovação periódica. As velhas combinações são substituídas pelas novas, conduzindo o sistema a novos rearranjos econômicos, até que surjam combinações mais dinâmicas e dominem no tempo e no espaço, visto que não há hipótese de que as combinações sejam eternas. Dessas afirmações de Cholley, podemos compreender a dinâmica cíclica das combinações, além do mais, fica bem clara, em suas teorias, a alternância da importância dos fatores que compõem uma determinada combinação.

Nossa análise vai se basear nas interpretações feitas pelo IPARDES, através de seus pesquisadores, principalmente no trabalho de (MOURA: 2004). O trabalho analisa os efeitos da reestruturação produtiva da economia global sobre a dinâmica da economia metropolitana de Curitiba, procedendo a uma rápida retrospectiva na emergência e consolidação desse espaço no cenário econômico paranaense. Com maior detalhe, analisa o movimento da participação dos municípios da RMC no Valor Adicionado Fiscal (VAF) total e setorial do estado do Paraná; avalia as mudanças na estrutura ocupacional e na distribuição das empresas nesses municípios, com base em informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); discute a desconcentração da atividade industrial, a partir da aplicação do índice de concentração Hirschman-Herfindal (HH)<sup>16</sup> sobre o VAF; e tece considerações sobre as mudanças no processo de configuração espacial das atividades econômicas na RMC. (MOURA: 2004)

---

<sup>16</sup> O (HH) é um indicador de concentração, que varia entre 0 (nenhuma concentração) e 100 (concentração plena). Sua fórmula é dada pela soma dos quadrados da participação no conjunto de uma população:  $HH = \sum w_i^2$ , em que  $w_i$  = participação relativa de cada unidade no conjunto da população. No presente caso, o indicador está mensurando a concentração do VAF entre os municípios da RMC, de forma escalonada, retirando gradativamente do cálculo os municípios maiores.



**FIGURA 11 – GRÁFICO PARTICIPAÇÃO NO VAF TOTAL DO PARANÁ - RMC - 1975/2000.**  
 FONTE: SEFA/IPARDES, MOURA: 2004.

Delimita como área específica de análise os 26 municípios que compõem atualmente a RMC, instituída originalmente pela Lei Complementar Federal 14/73 e redefinida por legislações estaduais, configurando um território extenso e bastante heterogêneo.<sup>17</sup> Por essa circunstância, a análise é particularizada conforme recortes a partir de classificações em uso no IPARDES, definidas com referência no grau de inserção dos municípios na dinâmica metropolitana (MOURA: 1998, DELGADO, et al.: 2004). Tais classificações sintetizadas na figura de anéis de combinações concêntricas foram compostas com o objetivo de identificar distintas relações entre os municípios oficialmente inseridos no território político-administrativo da RMC, já que os critérios de inserção não implicam aderência ao fenômeno metropolitano. No caso da RMC, esse fenômeno ocorre numa espacialidade central e diminuta, considerando a extensão da Região. Essa territorialização, que reúne o pólo dinâmico e as porções urbanizadas de seus limítrofes, circunscreve a dinâmica metropolitana e formata o aglomerado real.

<sup>17</sup> Vale destacar que a RMC é o recorte central da mesorregião Metropolitana de Curitiba, que, conforme delimitação do IBGE, compõe-se dos 26 municípios da Região Metropolitana de Curitiba, oficialmente instituída, além dos municípios do litoral paranaense e de municípios, ao sul da RMC, na divisa com o estado de Santa Catarina, integrando um total de 37 municípios em 2000.

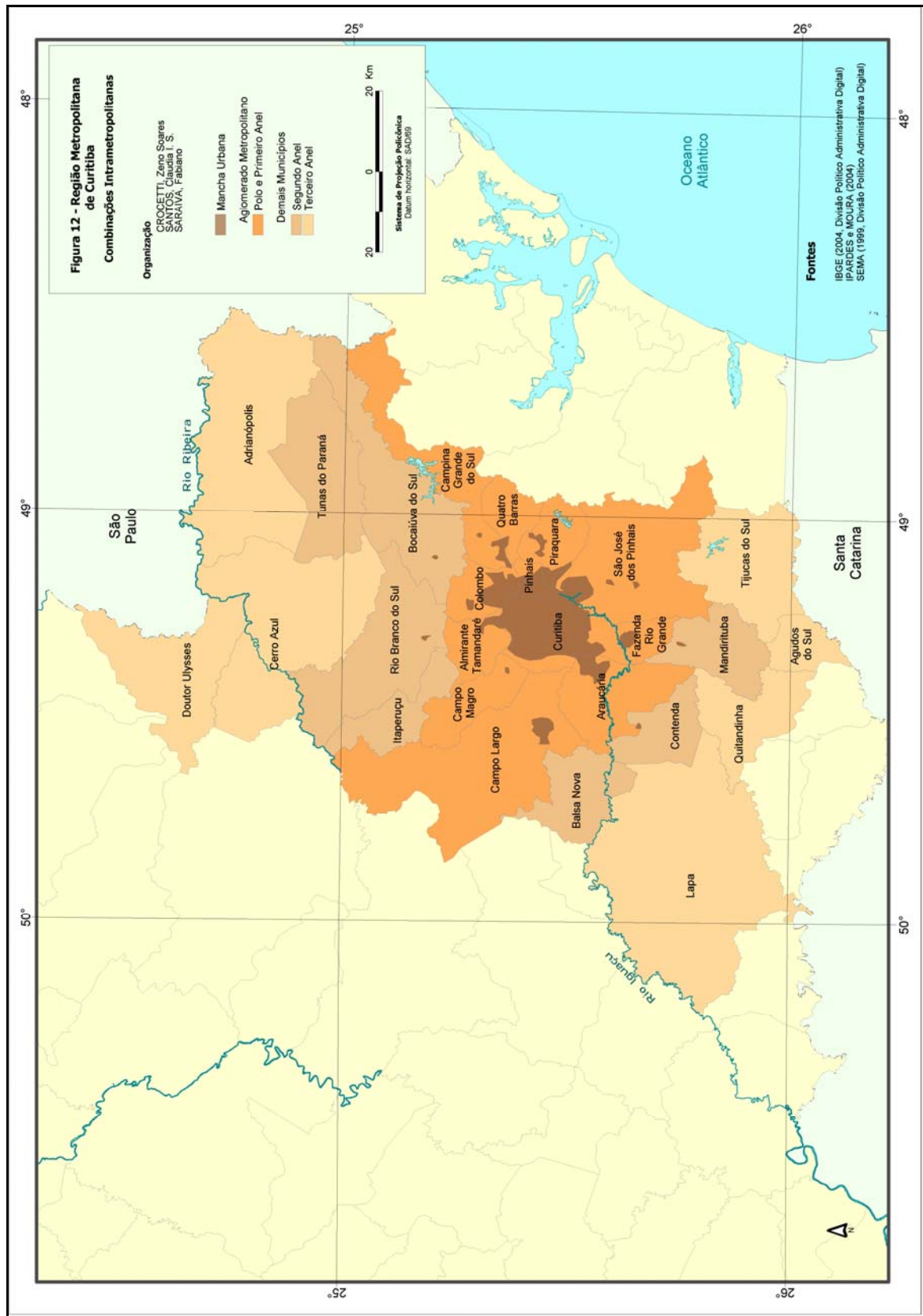


FIGURA 12: Mapa da RMC, COMEC, 2007.

Além dessa combinação dinâmica que forma o pólo, que concentra 57,3% da população da RMC em dados de 2000. Surge uma segunda combinação formando

um primeiro anel, limítrofe ao pólo, que concentra 35,1% da população, sendo composto por municípios que, numa mancha contínua de ocupação, formam com Curitiba o aglomerado metropolitano (Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais)<sup>18</sup>. Entre os demais municípios, podemos distinguir uma segunda combinação formando um segundo anel, com 3,6% da população, composto por municípios limítrofes ao aglomerado, mas que não descrevem continuidade de ocupação e apenas estabelecem relações tênues com o pólo e com os demais municípios do aglomerado (Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Contenda, Itaperuçu, Mandirituba, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná); e uma terceira combinação de municípios alocadas ao norte e ao sul do segundo anel, com 3,8% dos habitantes da Região, desempenhando atividades rurais e que mantêm relações ainda mais tênues com o aglomerado metropolitano, integrados aos limites regionais por força de legislações estaduais recentes (Adrianópolis, Agudos do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Lapa, Quitandinha e Tijucas do Sul), formando o que se chamou de terceiro anel (figura 12).

O recorte temporal tem como referência um período abrangente, entre 1970 e 2000, por considerar que ele incorpora grandes transformações da base produtiva paranaense; porém aprofunda-se na análise da última década, período em que houve intensificação do processo de integração e internacionalização da economia.

**TABELA 11 - PARTICIPAÇÃO NO VAF TOTAL DO PARANÁ - RMC - 1975-2000**

ÁREA	% DO VAF TOTAL							
	Anos	1975	1980	1983	1985	1989	1996	2000
Aglomerado Metropolitano		15,568	31,907	34,252	27,536	35,310	38,367	41,123
Curitiba		13,474	15,763	18,093	15,617	23,214	25,669	19,892
Primeiro anel		2,094	16,144	16,158	11,919	12,096	12,698	21,231
Segundo anel		1,117	1,107	1,100	1,069	1,300	1,308	1,508
Terceiro anel		0,371	0,467	0,380	0,496	0,415	0,416	0,412
TOTAL RMC		17,056	33,481	35,731	29,101	37,025	40,091	43,043

FONTE: SEFA/IPARDES/MOURA: 2004.

As atividades do Setor Primário, que em 1970 respondiam por mais de 40% do VAF gerado no Estado, progressivamente foram superadas pelas do Setor

<sup>18</sup> As tabelas e mapas foram organizados de forma a destacar os recortes correspondentes às combinações geográficas, e as inter-relações entre o meio físico, biológico e o meio social no aglomerado metropolitano, bem como a apresentar as informações também agregadas para esse aglomerado. As análises, no entanto, privilegiam os recortes dos "anéis" evitando a influência das informações do pólo sobre os demais municípios do aglomerado.

Secundário, que consolidou sua participação, atingindo, em 2000, 49,96% dessa renda da economia.

A agricultura, em 2000, respondeu por 13,7% do VAF do Estado, mantendo, contudo, papel relevante, dada a dinâmica multiplicadora na cadeia produtiva. Em 2000, 80,45% do valor bruto da produção agropecuária do Paraná corresponderam à produção de soja, trigo, algodão e milho – importantes como *commodities* e base do segmento agroindustrial de primeiro processamento, bem como dos insumos à cadeia protéico-animal (IPARDES, 2003).

Numa dinâmica paralela e inversa à observada pelo Setor Agropecuário, os segmentos da indústria moderna da metal-mecânica lideraram uma mudança qualitativa na estrutura industrial do Paraná, centrada no aglomerado metropolitano de Curitiba. (MOURA: 2004)

Como resultado da maturação de investimentos dos anos 70, realizados por mecanismos institucionais de estímulo à atividade produtiva, oriundos do extinto Banco do Desenvolvimento do Paraná (BADEP) e Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), os segmentos da metal-mecânica passaram a apresentar os maiores ganhos no valor adicionado da indústria de transformação.

As mudanças dos anos 70 e 80 refletiram a vinda de grandes grupos, porém com poucas empresas de grande porte. Até então, não constituíam um parque de fornecedores nem desenvolviam relações inter-setoriais mais expressivas.

Ao final dos anos 80, a economia paranaense atingiu um patamar qualitativamente distinto, reunindo pré-condições para o desempenho nos anos 90. Em termos de relações de troca, cresceu significativamente seu grau de inserção na economia brasileira e na economia internacional, dinamizando as vendas e compras nesses mercados também ampliados e atribuindo importância a produtos dos segmentos mais modernos em detrimento dos tradicionais.

Na década de 90, essa estrutura industrial incorporou novos segmentos e, desse modo, criou nova dinâmica no Paraná. Particularmente, a economia



paranaense aproveitou-se, em meados da década, das condições macroeconômicas favoráveis (estabilização monetária, retorno do investimento direto estrangeiro etc.). Ao programar uma política de atração industrial, baseada no resgate do FDE, que se combina a importantes vantagens locais endógenas, como proximidades do mercado do sudeste e de portos tais como Paranaguá, Antonina, Ponta Felix e São Francisco, e com oferta de infra-estrutura em termos de energia, telecomunicações, aeroporto internacional, ferrovias e rodovias.

Esse conjunto de fatores propiciou um ciclo de expansão de empresas de grande porte no estado, em particular das sediadas na RMC, além da introdução de segmentos modernos. Nesse sentido, destaca-se a instalação de grandes montadoras (Renault, com investimentos de US\$ 1,12 bilhão; Volkswagen/Audi, com US\$ 750 milhões; e Chrysler, com investimentos de US\$ 315 milhões – esta já tendo encerrado suas atividades),<sup>19</sup> e a expansão das atividades de empresas já existentes (Volvo, New Holland, Krone e Bosch).

### **3.1.2. O Impacto da Acumulação Flexível na RMC**

A Região Metropolitana Curitiba tem aproximadamente entre 110 a 200 mil desempregados (2007), dependendo das metodologias aplicadas por IPARDES ou DIEESE.

A região cresceu a taxas médias de 6% ao ano, elevando em muito seu Produto Interno Bruto, como podemos verificar na tabela 11, no período de 1975/80, (época da implantação da CIC por Lerner). Vemos no VAF do primeiro anel conurbado a Curitiba, um salto de +- 700%, mesmo no período de recessão da fase “B” do Kondratieff no Brasil. Já o município de Curitiba no mesmo período só cresceu 100%.

---

<sup>19</sup> A unidade da Chrysler instalada em 1998 foi desativada em 2001. Em 2002, a Tecumseh comprou as instalações e implantou uma fábrica de motores a combustão. Que vem passando por dificuldades operacionais, juntamente com a Tritec, *joint venture* firmada em 1.997 entre a BMW e a Chrysler, que anunciou a venda da planta para chinesa Lifan Group em 2007, que, segundo especulações, deverá ser fechada e transferida para China.

**TABELA 12 – Paraná Maiores Municípios em População 2000/07**

Município	Altitude	Fundação	População 2000	População 2007	Urbana (%)	Área (km <sup>2</sup> )
Curitiba	934	1693	1.587.315	1.788.559	100	430,9
Londrina	585	1934	447.065	495.696	97	1.728,7
Maringá	596	1951	288.653	324.397	98	490,9
Ponta Grossa	969	1855	273.616	304.973	97	2.067,9
Foz do Iguaçu	164	1914	258.543	309.113	97	590,3
Cascavel	781	1951	245.369	284.083	91	2.065,8
S. J. dos Pinhais	906	1852	204.316	261.125	88	931,7
Colombo	1027	1890	183.329	231.787	94	159,1
Guarapuava	1098	1882	155.161	157.012	88	3.160,1
Paranaguá	5	1648	127.339	130.410	94	807,1
Apucarana	820	1943	107.827	113.507	91	556,8
Pinhais	893	1993	102.985	104.936*	94	60,7

FONTE: IBGE Censo 2000, contagem 2007. Elaboração CROSETTI, 2007.

\* Foi ultrapassada por Toledo e Araucária respectivamente em 2007.

No período de 1996/2000, também no governo Lerner, auge de transferências de investimentos e implantação de novas plantas industriais, Curitiba teve um recuo no VAF, em 30%; já o primeiro anel conurbado um salto de 67%. Precisamos entender por que este crescimento, ao invés de trazer distribuição de renda e vida digna para todos, trouxe, sim, um caos urbano, pobreza, moradias precárias, agressão ao meio ambiente, desrespeito aos direitos humanos e aumento da criminalidade, gerando um custo por que todos temos que pagar.

**QUADRO 4 – Potencial de Consumo em 2003.**

<b>Potencial de Consumo 2003</b>		
Município	Concentração PIB	Potencial de Consumo Sul
Curitiba	17,00 %	24,0 %
RMC	38,52 %	43,0 %
Londrina	03,88 %	05,0 %
Maringá	02,60 %	05,0 %
Araucária	10,08 %	06,0 %
São José	05,50 %	03,0 %
Joinville	-	10,3 %
Florianópolis	-	09,5 %
Porto Alegre	-	20,5 %
Caxias do Sul	-	11,3 %

FONTE: IBGE/IPARDES e Revista Exame, 2003. Dados não disponíveis – CROSETTI, 2007.

Em 1994, a RMC tinha 1.5 milhões de pessoas aproximadamente. Hoje, em 2007, passados 13 anos, possui em torno de 3 milhões, aumento este deflagrado pelo atrativo feito por um *marketing* agressivo, o que, em sua tese de doutorado, a arquiteta Fernanda Sánchez Garcia, batizou de *city marketing*. E também em sua tese de doutorado Dennison de Oliveira chamou de “Curitiba Mito da Cidade Modelo”, propaganda enganosa feita no governo Lerner à exaustão.

Ancorada principalmente na indústria automobilística e outras empresas internacionais, beneficiadas por crédito e política fiscal facilitada, em detrimento de setores internos tradicionais que acabaram quebrando (verificar quadro 1), trariam emprego em massa e era a alternativa para libertar o Paraná do sinônimo de estado agrícola. E teve como fator desestruturante a falta de apoio à agricultura familiar e a recessão, que trouxe migração com urbanização violenta e concentração da terra.

O setor público acabou se tornando um mero articulador da acumulação de capital privado. Aqui – para poucos, é claro –, pois foi implantado um modelo de desenvolvimento que de forma autoritária não respeitou princípios básicos da democracia e da livre iniciativa, com a construção de uma sociedade com mercado fruto da concorrência leal, onde todos ganhassem os benefícios de forma igual.

**TABELA 13 – Concentração Renda**

Concentração Renda Municípios Paraná 2003				
Município	PIB R\$ Valor adicionado	Porcentagem Relação PR	Posição	População
Curitiba	12.842.517.134	16,06	1)	1.587.315
Araucária	8.623.694.753	10,08	14)	86.111
S. José dos Pinhais	4.387.827.996	05,50	7)	204.316
Foz do Iguaçu	4.065.176.543	05,08	5)	258.543
Londrina	3.108.995.750	03,88	2)	447.065
Ponta Grossa	2.713.932.517	03,39	4)	273.616
Maringá	2.072.924.358	02,60	3)	288.653
Cascavel	1.562.594.602	01,96	6)	245.369
Paranaguá	1.169.497.160	01,46	10)	127.339
Guarapuava	1.162.949.668	01,45	9)	155.161
Pinhais	849.931.129	01,06	12)	102.985
Colombo	573.808.815	00,72	8)	183.329
Apucarana	552.678.632	00,69	11)	107.827
Total RMC	30.801.269.729	38,52	25	2.768.434
<b>Total Paraná</b>	<b>79.974.311.391</b>	<b>100</b>	<b>399</b>	<b>9.563.458</b>

FONTE: IBGE/IPARDES, 2006. Elaboração CROCETTI, 2007.

Mas além do impacto sobre a população e o setor empresarial, o setor público também foi atingido. A maioria dos municípios da região metropolitana teve um aumento de sua população maior que o dobro, enquanto os seus orçamentos não cresceram, pois se transformaram em cidades dormitórios, daquelas que tiveram a implantação de plantas industriais. Portanto, não estavam preparados para pagar o custo gerado por estes erros, e oferecer infra-estrutura e equipamentos públicos, com objetivo de dar vida digna para as pessoas.

Assim, o processo de implantação do modelo de desenvolvimento e de atração de investimentos sem a participação da sociedade foi mal planejado pelo governo neoliberal do Lerner e beneficiou alguns agentes públicos e do setor empresarial com a especulação imobiliária, controle do transporte coletivo, da coleta do lixo, concessão de rodovias públicas, entre outros; gerando uma ocupação territorial desordenada, com altos índices de desemprego, desencadeando aumento de criminalidade, moradia precária e em lugares impróprios (mananciais), degradação ambiental, pobreza e agregação aos direitos humanos, gerando um custo que os municípios não estavam preparados e nem têm condições de pagar.

Em fevereiro de 2006, o HSBC decidiu instalar na cidade seu terceiro centro mundial de tecnologia, para desenvolver e exportar soluções para os 77 países onde atua, e isso foi motivo de comemoração. Os outros dois centros ficam na China e na Índia. Os investimentos iniciais do banco para passar a produzir em novo endereço somarão cerca de R\$ 12 milhões em 2006. O anúncio foi feito na prefeitura, que aproveitou para divulgar que, do total de recursos, R\$ 3,5 milhões referem-se ao benefício do ISS Tecnológico, programa que reverte parte do imposto devido para novas aplicações em pesquisa e desenvolvimento. Para 2006 serão liberados R\$ 8 milhões como incentivos fiscais do ISS Tecnológico.

TABELA 14 – EVOLUÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS NO ESTADO DO PARANÁ POR CATEGORIA DE SALÁRIO MÍNIMO (ÍNDICE) – 1995/2001

ANO	< =1 SM	1 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	> 10 SM
1995	100	100	100	100	100
1996	83,63	99,56	115,58	104,97	114,69
1997	93,40	100,92	125,18	101,30	101,75
1998	94,75	105,52	124,77	104,12	96,35
1999	90,79	116,09	101,66	100,59	102,36
2001	116,27	129,25	108,14	86,80	79,72

FONTE: IBGE-PNAD /IPARDES, 2005.

O grupo curitibano Tacla Shopping está construindo aquele que será o maior *shopping center* de Curitiba e de toda a região Sul. Com investimento de R\$ 280 milhões, o Palladium ficará pronto em abril de 2008 e terá como uma das principais atrações o cinema Imax, cuja tela tem o tamanho de um prédio de oito andares e que, por enquanto, na América Latina, só pode ser encontrado em Buenos Aires.

Outro diferencial será a construção anexa de uma torre de escritórios com oito mil metros quadrados de área útil e acesso pelo shopping. O empreendimento, que será voltado ao setor de serviços, como clínicas e escolas, vai proporcionar movimento adicional ao centro. A expectativa é de circular em de 1,5 milhão a 2 milhões de pessoas por mês, o dobro do giro do maior shopping da cidade atualmente, o ParkShopping Barigüi, um investimento de R\$ 200 milhões liderado pelo Grupo Multiplan.

TABELA 15 – POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, ECONOMICAMENTE ATIVA, OCUPADA E DESOCUPADA, POR SEXO, E TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO ANUAL - PR - 1992/2001

GRUPOS POPULACIONAIS	1992	2001	TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO ANUAL 1992-2001 (%)
População em Idade ativa - PIA	6.690.179	7.937.658	1,92
Homens	3.344.414	3.907.483	1,74
Mulheres	3.345.765	4.030.175	2,09
População Economicamente Ativa - PEA	4.379.061	5.115.956	1,74
Homens	2.684.111	2.971.736	1,14
Mulheres	1.694.950	2.144.220	2,65
Ocupados	4.142.728	4.723.545	1,47
Homens	2.552.675	2.779.614	0,95
Mulheres	1.590.053	1.943.931	2,26
Desocupados	236.333	392.411	5,80
Homens	131.436	192.122	4,31
Mulheres	104.897	200.289	7,45

FONTE: IBGE-PNAD /IPARDES, 2005.

O Shopping Estação abriga também dois teatros (um de bonecos e outro com 320 lugares) e dois museus – do perfume e de ecologia. Em dois anos, passaram pelo local mais de 800 mil pessoas de várias partes do mundo, presentes a 470 eventos entre congressos, feiras de negócios e shows. Em 2001, por exemplo, segundo dados do Sebrae, 65 mil eventos foram realizados no Sul do Brasil. Destes, Curitiba recebeu 5 mil.

Integrado à antiga Estação Ferroviária de Curitiba, o Estação trabalha na atração de eventos para a cidade, e para isso dispõe de 25 mil metros quadrados de área construída, equipada com tecnologia e serviços inteligentes.

Flexível e multifuncional, o espaço pode ser utilizado na totalidade ou de acordo com o tamanho do evento. Foi projetado para atuar no mercado de formaturas, bailes e casamentos. Apesar do tamanho, o centro de convenções se presta a eventos pequenos. Seus espaços foram projetados para abrigar de 12 mil a 2,7 mil pessoas.

TABELA 16 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ(1) -1995-2000

ANO	SETORES (número de vagas)						Total
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
<b>Déficit acumulado no período:</b>							<b>-41.534</b>

FONTE: CAGED, TEM, IPARDES, 2006. Elaboração CROCETTI, 2007.

Inaugurado em março de 2004, é considerado o mais moderno e completo centro de eventos da América Latina. Para os eventos de negócios, dispõe de características pouco usuais nesses empreendimentos – tem um heliporto, por exemplo, com acesso à sala VIP, e serviço de alimentação com capacidade para 10 mil refeições.

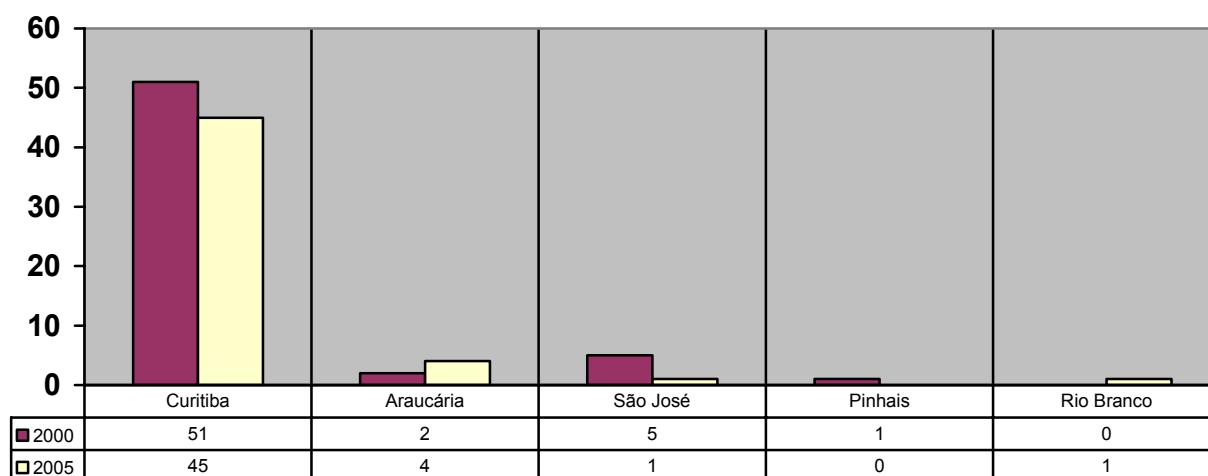


FIGURA 13: Gráfico da concentração das 300 maiores empresas do Sul do Brasil na RMC 2002/05  
 FONTE: Anuário Expressão, 2006. Elaborado por Crocetti, 2007.

Por sua vez, (...), é a partir deste cenário de verdadeiro crime social que Curitiba ficou rodeada e nos traz graves conseqüências atuais e futuras, fruto de um

*erro na política de crédito, fiscal, de modelo de desenvolvimento e de um planejamento mal feito.* (CROCETTI, 2006: p. 28)

Só agora, com a retomada do crescimento econômico (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), em virtude da implementação de novas políticas fiscais e de crédito do governo federal e estadual, têm-se gerado muito mais empregos, fruto da participação conjunta do governo, trabalhadores e empresários na construção de um novo modelo de desenvolvimento democrático para todos, e que também está trazendo investimentos do governo federal e estadual na urbanização de várias áreas onde a população foi jogada em condições subumanas. Ver tabelas 14,15 e 16.

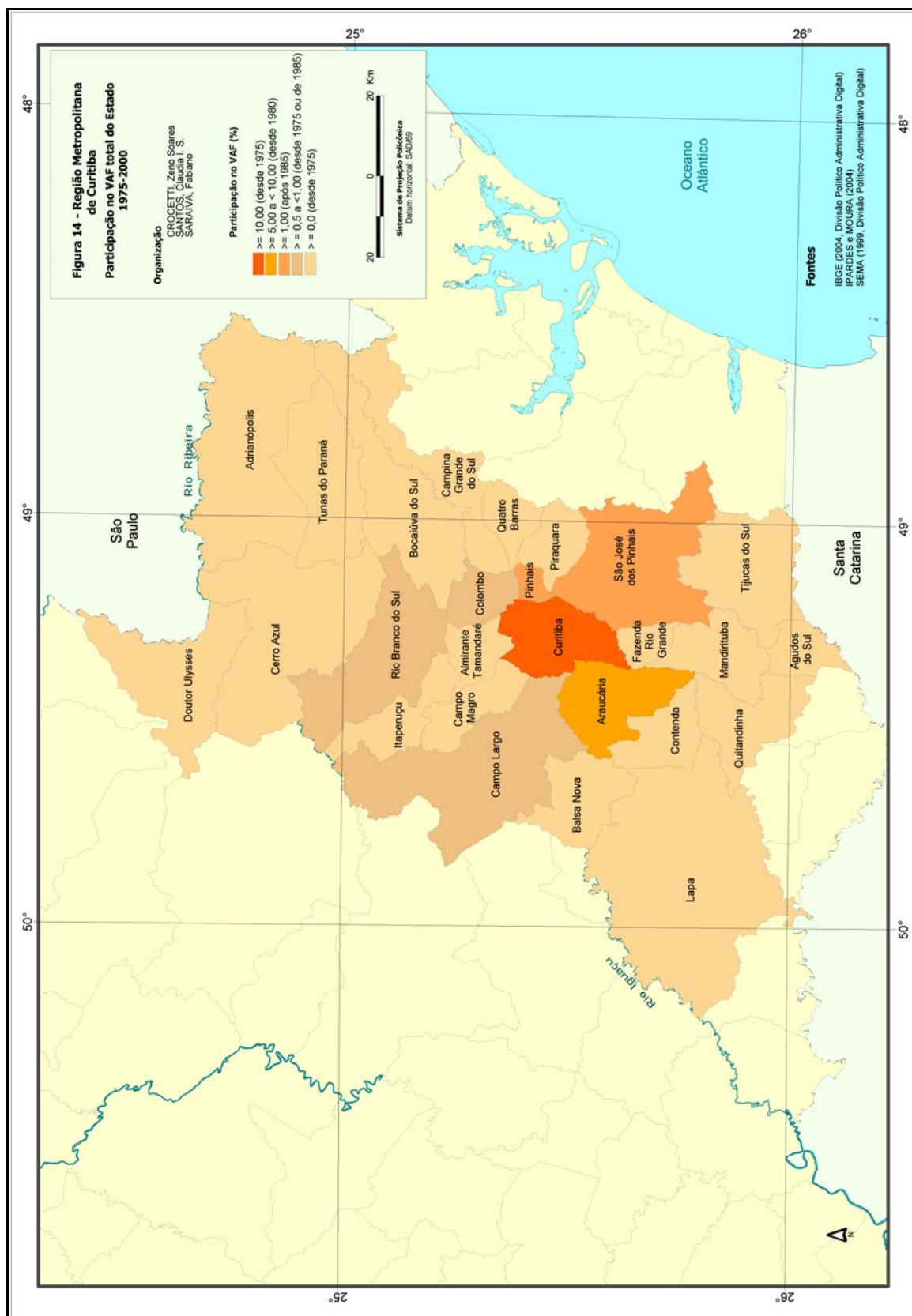


FIGURA 14: Mapa Participação no VAF 1975-2000.



Essas políticas resultaram o adensamento do segmento metal-mecânico do gênero de transporte no Estado e também a atração de grande número de fornecedores e empresas complementares.

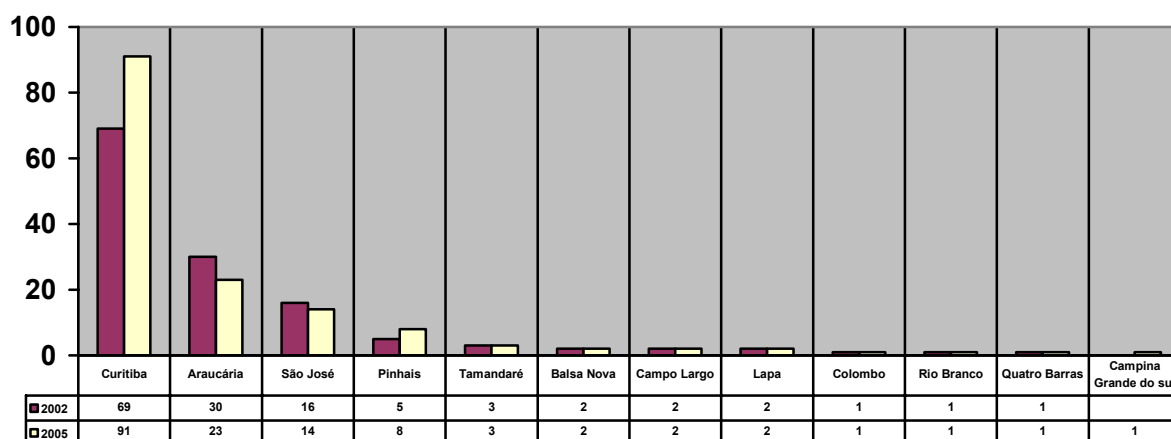


FIGURA 15: Gráfico da Concentração das 300 Maiores Empresas do PR na RMC 2002/05  
 FONTE: Anuário Expressão, 2006. Elaborado por Crocetti, 2007.

TABELA 17 - PARTICIPAÇÃO NO VAF SETORIAL DO PARANÁ - RMC - 1989/2000

ÁREA	SETOR			
	Agropecuário	Industrial	Comércio	Serviços
<b>Aglomerado Metropolitano</b>				
1989	1,155	47,956	33,381	32,388
1996	2,687	47,672	45,370	42,825
2000	1,309	47,030	45,417	72,096
<b>Curitiba</b>				
1989	0,228	28,601	27,119	22,719
1996	1,701	30,352	32,613	31,410
2000	0,232	16,967	27,835	59,254
<b>Primeiro anel</b>				
1989	0,927	19,355	6,262	9,669
1996	0,986	17,320	12,757	11,415
2000	1,077	30,063	17,582	12,842
<b>Segundo anel</b>				
1989	0,411	1,676	0,287	5,297
1996	0,455	2,005	0,403	1,485
2000	0,435	2,443	0,393	0,114
<b>Terceiro anel</b>				
1989	0,917	0,289	0,309	0,390
1996	1,102	0,200	0,300	0,471
2000	1,147	0,251	0,370	0,168
<b>TOTAL RMC</b>				
1989	2,483	49,921	33,977	38,074
1996	4,244	49,877	46,073	44,781
2000	2,891	49,724	46,180	72,378

FONTE: SEFA/IPARDES, MOURA: 2004.

Em termos regionais, o conjunto de políticas colocadas em prática ao longo da década de 1990 constituiu-se em elemento fundamental para a inserção do Paraná na dinâmica espacial da economia brasileira. Parte significativa dos investimentos foram no setor automotivo, com capacidade de geração de efeitos

endógenos diretos e indiretos, especialmente no Setor Serviços (MACEDO et al, 2002). Mas a que custo social e econômico aos paranaenses.

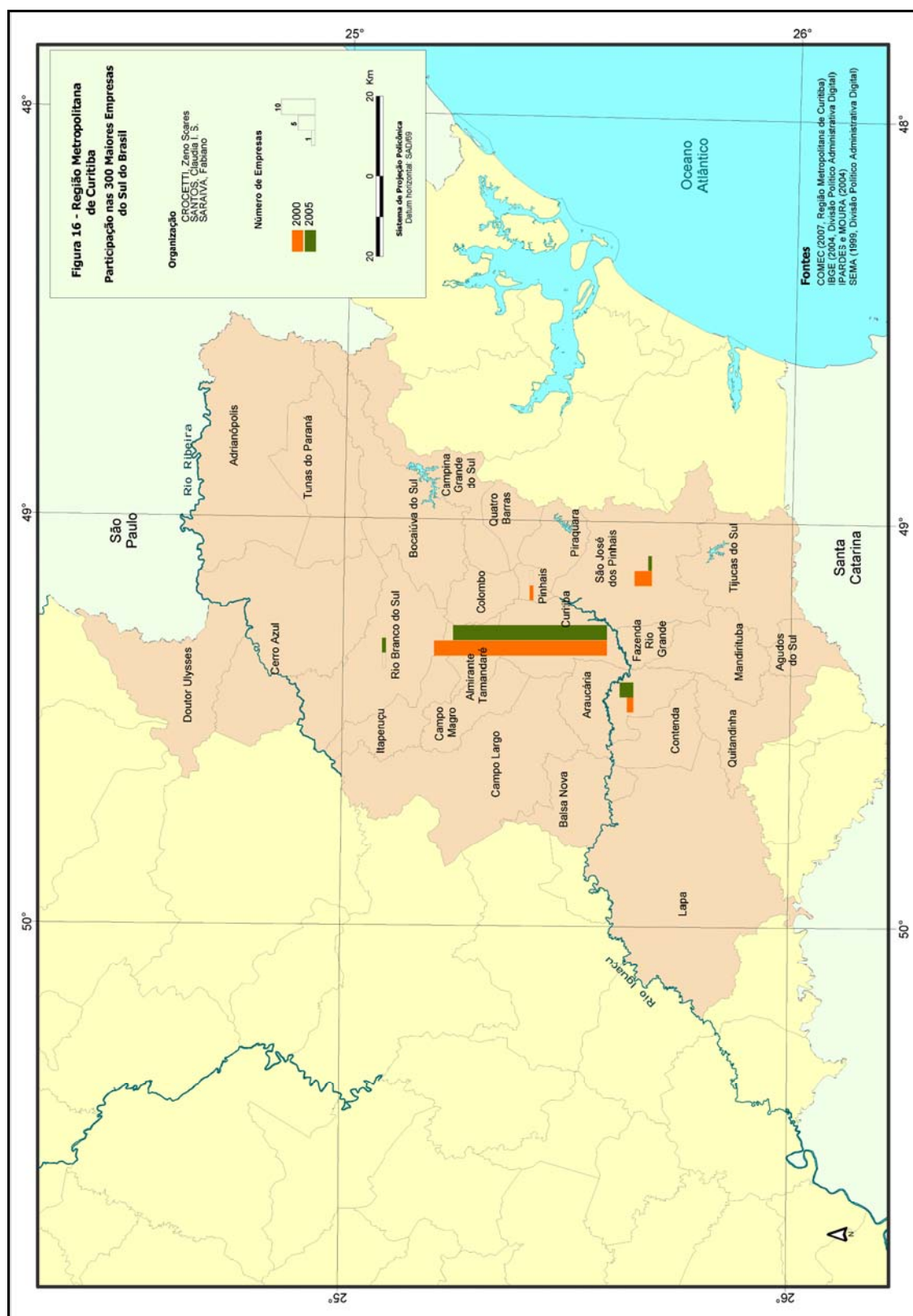


FIGURA 16: Mapa Concentração das 300 Empresas do Sul na RMC 2000/05.  
 FONTE: Anuário Expressão, 2006. Elaborado por Crocetti, 2007.

## 3.2. AS METAMORFOSES ECONÔMICAS NO PARANÁ

### 3.2.1 Historicidade da Gênese do Desenvolvimento do Paraná

Desde que Alvarez Nuñez Cabeza de Vaca, nomeado governador do Paraguai, cruzou o território paranaense para tomar conta das terras em nome do Rei de Espanha, com a incumbência de implantar bases (Missões de Reduções Jesuíticas) avançadas no Paraná para garantir a soberania espanhola, teve início, como vimos, o povoamento do norte, oeste e centro-oeste do Paraná, conforme figura 2. O antigo território espanhol, conquistado por expedições militares paulistas, se converte na antiga 5ª Comarca e São Paulo, e com essa reestruturação territorial tem início novas Formações Sociais. Essas Formações Sociais foram articuladas com a região litorânea, já sob domínio dos vicentistas paulistanos, que controlavam o “caixa dois” do tráfico de escravos, como descrevemos no capítulo 1. Agora faremos uma síntese da Evolução das Formações Sociais do Paraná, decifrando mais o presente.

TABELA 18 – NÚMERO DE COMERCIANTES POR 100 HABITANTES LIVRES EM 1872

Província	Livres	Comerciantes	Razão
Alagoas	312.268	5037	16,1
Bahia	1.211.792	21.814	18,0
Ceará	689.773	6093	8,8
Minas Gerais	1.669.276	14.974	9,0
Paraíba	354.700	2322	6,5
Paraná	116.162	2556	22,0
Pernambuco	746.753	9763	13,1
Rio de Janeiro	716.000	36.323	50,6
R. Grande Sul	367.022	9.872	26,9
Santa Catarina	144.818	2.216	15,3
São Paulo	680.742	9755	14,3

FONTE: Censo de 1872. IBGE, 2006. Elaboração CROCETTI, 2007.

O Paraná passou pela ocupação espanhola, foi invadido e depois permaneceu estagnado sob a tutela paulista até 1853, ano de sua emancipação, com a vinda da imigração européia a partir da emancipação, e a migrações de brasileiros de outras regiões. Aos poucos foram ocupando o vácuo deixado pelos paulistas e substituindo a mão-de-obra negra, embora os imigrantes (forasteiros, foram tratados como gringos) foram mantidos isolados do poder político, que era exercido pelas velhas oligarquias reacionárias portuguesas. São discriminados, só recentemente, aos poucos vão ocupando espaços, mas em muitas áreas continuam

invisíveis por um bom período, tanto quanto os negros. Por um bom período, inclusive ocorreu um mascaramento da cultura mineira e nordestina do norte do Paraná, por exemplo.

Fruto desse ranço patético por parte da Elite Paranaense, até hoje (2007) continua negligenciada a participação e contribuição dos negros para o desenvolvimento econômico do Paraná, além, é claro, da contribuição dos imigrantes para o comércio e a indústria (ver tabela 18, censo de 1872: o Paraná era o terceiro estado em concentração comercial.), os quais até os dias atuais continuam ausentes da literatura científica e das pesquisas acadêmicas. Neste trabalho não vamos aprofundar essa análise, que reservaremos para usar num futuro próximo em nossa tese de doutorado. Por ora, apresentaremos um esboço.

Entretanto, antes de se tentar caracterizar o desenvolvimento da economia paranaense, e sucesso da agricultura tecnificada do Norte, impõem-se algumas reflexões sobre algumas teorias que, se não equivocadas, são pelo menos insuficientes, a respeito da natureza do desenvolvimento da economia paranaense, e principalmente da Norte Cafeeiro. Exemplificando, as interpretações que atribuem seu dinamismo à qualidade dos solos, ao café, ao fato de existirem, no período, fronteiras agrícolas em expansão, ao regime de pequenas propriedades, etc.

O que parece é que não basta a existência de solos férteis para explicar o caráter moderno e dinâmico da agricultura do Norte, pois existem vários de excelente qualidade, e sua agricultura é, em todos os aspectos, inferior à do Paraná. Por outro lado, atribuir-se ao café a expansão da fronteira paranaense também é insuficiente, já que, a partir do início dos anos 60, o café deixa de ser a base desta expansão, a qual passa a ser realizada através de outras culturas. Assim ficou evidente que, com ou sem café, a economia se expandia, o que atesta a inadequação dessa explicação.

A expansão das fronteiras agrícolas abertas também é uma explicação inadequada, pois, na medida em que terminasse à ocupação territorial do Paraná teríamos a estagnação da economia. Pois bem, as fronteiras se esgotaram e, ainda assim, a economia continuou a crescer, pois temos a possibilidade de crescimento

da produção via aumentos de produtividade. Também não se explica só pelo regime de pequenas propriedades, uma vez que a pequena produção mercantil é incapaz de explicar o dinamismo do Norte. Outro exemplo tem a área de colonização europeia do chamado Paraná Tradicional, que também foi ocupada via pequenas propriedades e nem por isso apresentou o mesmo caráter dinâmico da região Norte. O velho Marx já nos presenteou com a categoria da síntese das múltiplas determinações, mas por questões de métodos variados, existe a negligência e satanização dessa categoria, que é excluída na análise de vários trabalhos por questões ideológicas.

**TABELA 19 – BRASIL: CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL E PRODUTIVIDADE**

Regiões	Concentração Industrial % (a)			Produtividade relativa % (b)		
	1907	1919	1939	1907	1919	1939
Norte	4,3	1,3	1,1	177,7	108,9	79,2
Nordeste	16,7	16,1	10,4	66,0	70,4	65,1
Pernambuco	7,4	6,8	4,8	93,9	92,3	70,1
Bahia	3,4	2,8	1,4	51,5	51,7	51,0
Minas Gerais	4,4	5,6	6,5	70,5	90,1	83,8
Espírito Santo	0,1	0,7	0,4	131,6	201,3	90,6
R. de Janeiro*	37,8	28,2	22,0	107,1	110,6	115,2
São Paulo	15,9	31,5	45,4	100,0	112,2	135,6
Paraná	4,5	3,2	2,2	143,4	133,2	102,9
Stá. Catarina	1,9	1,9	1,8	137,8	107,3	83,2
Rio G. do Sul	13,5	11,1	9,8	132,4	136,3	148,0
Centro-Oeste	0,9	0,4	0,4	29,9	145,9	92,8
Brasil	100	100	100	100,0	103,5	113,5

FONTE: Censos Industriais, CANO, 1990, p. 296.

\* Rio de Janeiro incorpora os dados do estado da Guanabara.

(a) valor bruto em relação ao Brasil. (b) Valor bruto da produção por operário índice 100.

O desenvolvimento do capital comercial nacional, que se acelerou desde a Independência, permitiu que este capital fosse progressivamente se dirigindo à produção do café. Assim, avançam a divisão social do trabalho, a mercantilização da economia nacional e a acumulação dos capitais produtivos e comerciais ligados ao café, conformando um processo que imprime alterações profundas nas estruturas econômicas e sociais herdadas da colônia. (ver tabela 19, com a expansão cafeeira do norte e a concentração econômica em São Paulo, o Paraná perde fôlego na participação industrial brasileira)

Aliadas às várias políticas públicas que garantiram a “Elite Agrária Exportadora” de 1889-1930, criaram-se as condições necessárias para instalar a “bomba de sucção” dos recursos da nação para a formação do capital para constituir o centro dinâmico da economia brasileira, ou seja, a concentração de capitais e

desenvolvimento da indústria brasileira em São Paulo, implantando-se o sistema centro-periferia no Brasil. Uma das políticas públicas de maior sucesso para acumulação de capital no estado de São Paulo foi o **confisco cambial**, já explicado desse trabalho.

Apesar de tudo isso o estado pôde desenvolver-se, e em poucas décadas, o Paraná salta de um marasmo secular para tornar-se um dos estados mais dinâmicos da Federação. A base deste processo foi dada pelo setor agrícola que, de tradicional e rotineiro, assumiu um caráter moderno, dinâmico e diversificado. A partir da colonização do Norte do estado, sua agricultura torna-se dinâmica e diversificada. Ver as tabelas 19, 20 e 21.

TABELA 20 – INDÚSTRIA PARANAENSE 1939/58 VALOR AGREGADO

Ano	Alimentícia %	Extrativa Erva Mate %	Madeira/Moveleira %	Outros setores %
1939	39	05	28	28
1949	45	09	20	26
1958	44	02	25	29

FONTE: IPARDES 1975

Costuma-se afirmar que, até o início dos anos 60, poder-se-ia afirmar que, economicamente, existiam dois "paraná", o do norte cafeeiro e o do resto do estado, e que entre os dois eram extremamente débeis as relações econômicas. O Norte, articulado à economia paulista, não conseguiu apresentar condições para um vigoroso crescimento industrial. Quando se dá a expansão desta região, São Paulo já contava com um vasto parque industrial, e a produção agrícola do Norte encaminhava-se para aquele Estado, da mesma maneira que as indústrias paulistas encontravam mercados no Norte paranaense, o que caracterizava uma área de transferência de renda para São Paulo, uma vez que exportava matéria-prima e comprava produtos industrializados. Dentro dessa visão dualista de dois "paraná", um desenvolvido ao Norte e outro estagnado e atrasado, usando a metodologia empregada por (RANGEL: 1984. Dualidade Básica da Economia Brasileira), temos aqui um desafio encorajador para decifrar mais adiante, num trabalho mais elaborado, para uma tese, mas por ora vamos abrir uma linha de raciocínio para chegar a uma possível conclusão.

TABELA 21 – PARTICIPAÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS NO PIB DO PARANÁ – 1939/2005

SETOR	PARTICIPAÇÃO (%)									
	1939	1950	1960	1970	1980	1985	1990	1995	2000	2005
Agropecuária	48,5	51,6	54,9	39,0	19,4	23,9	13,7	16,3	13,7	18,4
Indústria	14,0	13,4	09,6	12,1	31,9	35,5	36,3	41,1	41,3	40,6
Serviços	37,5	35,0	35,5	48,9	48,7	40,7	50,0	49,7	45,1	41,0
PIB TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FGV/1939-70, IPARDES/IBGE 1980/2005. Elaboração CROCETTI, 2007.

Ao observarmos as Formações Sociais do Paraná, além de pertencerem a essa visão dualista, elas sempre estiveram a reboque do mercado externo, e influência hegemônica paulista até 1930, aproximadamente. Ou seja, durante a ocupação do Paraná, como vimos, houve duas frentes, uma Ocidental portuguesa – baseada no trabalho escravo, mineração – e outra Oriental – de base Feudal, facilitada pelas condições físicas –, ou seja, o projeto de ocupação espanhol em associação a Igreja Católica Apostólica Romana, coordenado pelos Jesuítas, que implantaram seu sistema de reduções feudal/comunal.

Se analisarmos a figura 2, o mapa do Paraná Espanhol, vamos perceber o uso das combinações físicas, uso dos rios caudalosos como meio de penetração, associado a regiões de campos, e solo fértil (derrame de *trapp*, terra roxa), tudo isso associado às idéias de sociedade feudal teocrática com um discurso de Formação Comunal, mas sob rígido aparelho ideológico de conversão e controle, de inspirações pré-capitalistas. Ou seja, pacificação, catequização, manipulação e docilidade do corpo e mente. Ou, em outras palavras, adestramento de mão-de-obra barata e qualificada para servir os objetivos do pacto colonial, tratado feito entre Igreja Católica (Papa) e o absolutismo pré-capitalista europeu, também cunhado, como Divisão Internacional do Trabalho.

Essa formação dual foi substituída por outra, uma escravocrata portuguesa de produção agrícola e outra latifundiária feudal de criação de gado, nos chamados campos gerais paranaenses. Essas formações fazem a transição para a produção latifundiário-feudal oligárquica agrária exportadora de um lado e outra pré-capitalista comercial exportadora (madeiras beneficiadas e mate). E a entrada de imigrantes europeus em substituição a mão-de-obra escrava.

Essas formações sofrem influência da tradição cultural e econômica dos imigrantes, que logo partiram, sob inspiração da experiência do capitalismo europeu, para investirem suas poupanças no comércio e indústria, embora até agora os trabalhos acadêmicos de pesquisas dissimulem essa contribuição para o desenvolvimento econômico do Paraná (sempre que eu me refiro ao Paraná, é sempre após seu aparecimento, com sua emancipação de São Paulo em 1853.).

Segue, a título de contribuição preliminar dessa questão – ou seja, a importância dos imigrantes no desenvolvimento industrial paranaense – uma amostragem dessa contribuição, tabela 22.

**TABELA 22 – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DOS IMIGRANTES EM CURITIBA**

ANO	NOME	RAMO
1834	MATE REAL (Francisco Fasce Fontana)	BEBIDAS E CONEXOS
1857	STELLFELD & CIA LTDA	FÁRMACO/QUÍMICA
1878	MUELLER IRMÃOS LTDA	FUNDIÇÃO
1879	GARMATTER & CIA	FRIGORÍFICO/ABATEDOURO
1879	JOALHERIA KOPP LTDA	JÓIAS/RELÓGIOS
1879	J. HOFFMANN MALHARIA LTDA	CONFECÇÕES/TÊXTIL
1885	INDÚSTRIAS TODESCHINI LTDA	ALIMENTÍCIA
1887	WENCESLAU GLASER E CIA	COMÉRCIO
1888	FRANCISCO HAUER & CIA LTDA	FERRAGENS
1888	M. SCHARAPPE (Impressora Paranaense)	MATERIAL GRÁFICO
1889	FÁBRICA DE BOLACHA LUCINDA	ALIMENTÍCIA
1889	VENSKE & CIA	FÁBRICA DE FITAS
1889	HENRIQUE MEHL & CIA LTDA	CONSTRUÇÃO CIVIL
1890	F. ESSENFELDER & CIA LTDA	FÁBRICA DE PIANOS
1892	RODOLFO SENFF & CIA LTDA	COMÉRCIO ATACADISTA
1893	EMILIO ROMANI & CIA (DIANA)	ALIMENTÍCIA
1893	INDÚSTRIAS JOÃO BETTEGA	MOVELEIRA
1895	FRIGORÍFICO BACACHERI	ALIMENTÍCIA
1897	ALBANO BOUTIN & CIA LTDA	QUÍMICA/CURTUME
1900	H. STROBEL & CIA	MATERIAL ELÉTRICO
1900	INDÚSTRIAS LANGER LTDA	QUÍMICA
1901	LEÃO JUNIOR S/A	BEBIDAS E CONEXOS
1903	VAN DER OSTEN	FERRAGENS
1904	HUGO CINI	BEBIDAS
1904	INDÚSTRIAS WEISS LTDA	MOVELEIRA
1910	BENJAMIM ZILLI & CIA LTDA	ATACADISTA
1911	JOÃO HAUPPT & CIA LTDA	PAPEIS/GRÁFICA
1912	PEDRO DEMETERCO/MERCADORAMA	SUPERMERCADO
1913	PROSDÓCIMO S/A	REFRIGERAÇÃO
1912	PRADI & CIA	QUÍMICA/VETERINÁRIA
1915	ANCORA S/A	AUTOMÓVEIS
1919	MINERVA S/A	FARMA/QUÍMICA

FONTE: Boletim do IHGEP, volume 48, 1993.

Amostragem, não representa o universo total. Elaboração CROCETTI, 2007.

Podemos afirmar que, por conta destas condições e tradições, dadas as características da produção agrícola do Paraná, dificilmente poderia surgir um



capital industrial no Norte. (assim como não apareceu no interior de São Paulo, já que, em primeiro lugar, pelas facilidades de transporte, teria que enfrentar a concorrência da indústria paulista.) Em segundo lugar, todo sistema bancário e comercial atrelado ao café paranaense tinha sua sede em São Paulo e seus possíveis excedentes financeiros, se houvesse e fossem canalizados para serem investidos na indústria, o seriam em São Paulo; isto porque a região não apresentava a infra-estrutura adequada à industrialização (inexistência ou carência de energia elétrica, sistema rodoviário e ferroviário inexistente, etc.). Por outro lado, as economias de pequenos produtores apresentavam poupanças pulverizadas, as quais muito provavelmente dirigiam-se para a construção civil, ou outras atividades urbanas não-industriais.

Por conta desse conjunto de determinações e combinações econômicas, sociais e políticas, a expansão cafeeira no Norte do Paraná vai ser incapaz de impulsionar a indústria local, pois mantinha débeis ligações com o restante do estado. (frise-se que a ligação rodoviária do Norte com Curitiba somente se completa na década de 60, com a pavimentação e instalação da Rodovia do Café, na Gestão nacional-paranista de Ney Braga). A integração do Paraná, com uma visão estratégica nacionalista, tem início com o interventor Manoel Ribas, durante a gestão de Vargas, onde ocorre a primeira ligação entre o norte e a capital, chegando ao Porto de Paranaguá, com a Rodovia do Cerne. Depois, com Ney Braga, a pavimentação da Rodovia do Café e o acesso ao oeste com a BR 277. O isolamento do Norte e o Oeste paranaense não apresentaram estímulos ao desenvolvimento da indústria do estado do Paraná. Ver tabelas 20 e 21, que fazem uma síntese do período.

Quanto às demais regiões paranaenses de Formação Social mais antiga, como já foi exposto, apresentavam uma agricultura pouco dinâmica e com baixo grau de mercantilização. Parece ser fundamental a preexistência de mercado com razoável dimensão para que possa surgir a indústria. Isso é, fica claro que, depois de instalar a indústria, sua própria acumulação expande seu mercado, mas para que surja, é necessária a preexistência de mercados. Todavia não somente a ausência de mercados explica a inexistência de indústrias dinâmicas na região. É preciso também, em contrapartida a essa ausência de mercados, a inexistência de

excedentes financeiros que pudessem ser investidos na indústria. Além disso, no Paraná Tradicional era também precária a infra-estrutura de transporte, a geração de energia elétrica, etc. Lênin, ao analisar a formação capitalista na Rússia, sintetiza.

*(...) A especialização entre os ramos econômicos, somado a separação da manufatura da agricultura, transforma a agricultura em indústria, num ramo econômico que produz mercadorias. (...) O que importa para o capitalismo (mercado) não é o bem estar do produtor, mas sim os seus meios financeiros disponíveis. (...) O objetivo da produção capitalista não é o consumo, mas a acumulação. (LÊNIN: 1982, p. 13-19.)*

Desta forma, concluído, o Paraná até o início dos anos 60 vai apresentar uma indústria basicamente ligada à produção primária e de baixo grau de elaboração, como é o caso do beneficiamento de produtos agrícolas (principalmente do café), ou mesmo a indústria da madeira, ver tabela 23. É evidente que a concorrência paulista não é a explicação mais relevante para a ausência da diversificação industrial, já que o estado apresentava áreas pouco dinâmicas e não era integrado economicamente, carente que era de modernos sistemas de transporte e com deficiências na geração de energia elétrica. Embora os imigrantes tivessem desenvolvido um importante parque industrial diversificado em Curitiba, além de atividades comerciais dinâmicas. Finalmente, não havia um sistema adequado de financiamento de investimentos industriais, como também o governo, nesta fase, manteve-se omissivo, sem qualquer política em relação à indústria.

TABELA 23 – Concentração Industrial

Concentração Industrial em 1960		
Norte 32%	Centro/Sul 16,2%	RMC 51,8%
<b>Alimentação e Transformação.</b>	<b>Madeireira e Moveleira</b>	<b>Mineração, química e Alimentícia.</b>
Ibiporã, Londrina, Cambé, Arapongas, Apucarana, Maringá e Paranavaí.	Guarapuava, Irati, União da Vitória e Campo Mourão.	Curitiba, Rio Branco, Campo Largo, Ponta Grossa e Tibagi.

FONTE: WESTPHALEN e PILATTI: 1968, p. 240-42. Montagem CROCETTI, 2007.

### 3.3. A MODERNIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA NO PARANÁ

#### Introdução

Inserido no contexto da crise mundial do capitalismo, o Estado Nacional Desenvolvimentista Brasileiro utiliza como estratégia a combinação e a incorporação do Norte, Centro e Oeste do Paraná à cadeia produtiva da soja. Sem falar das geadas que levaram à crise do café, e ao aumento da necessidade de incorporar novas áreas à produção da soja, além da entrada do Brasil no mercado internacional da soja. Aliando a necessidade de continuar o processo de industrialização autônoma iniciado nos anos 30 é que os planaltos e patamares basálticos e ácidos do norte do Paraná são incorporados ao sistema produtivo da soja como resultado das combinações desses fatores. Assim, a nova combinação se tece no meio, alterando a dinâmica do mesmo.

Tudo isso atrelados aos centros de produção de tecnologias representados pelos organismos patrocinados pelo Governo Federal, que criaram condições de "reinventar a nova natureza". Dessa nova natureza surgem então condições para a incorporação dos cerrados brasileiros à dinâmica produtiva nacional, embora estivesse sob irradiação das influências externas e da expansão capitalista das regiões sul e sudeste brasileiro, além de estar conectada com os mercados mundiais da soja. Para explicar melhor essa crise, nascida do choque do petróleo dos anos 70, usaremos a explicação do mestre Marx sobre a queda da taxa de lucro e as Crises Gerais do Capitalismo, e as oportunidades para fazer fortuna.

### 3.3.1 Da Tendência à Queda da Taxa de Lucro em Marx

Refletia Marx que o que faz o capitalismo crescer e depois entrar em crise não é a cobiça (*embora como indivíduo o capitalista deva ser bem ambicioso*). Nós não precisamos procurar por alguma propensão natural à ambição na natureza humana. O próprio sistema proporciona essa motivação para os capitalistas:

*"(...) na medida em que ele é capital personificado (...) não é o valor de uso a satisfação, mas o valor de troca e sua multiplicação o móvel de sua ação. (...) Como tal ele partilha com o antecessor o instinto absoluto do enriquecimento. O que neste, porém, aparece como mania individual, é no capitalista efeito do mecanismo social, do qual ele é apenas uma engrenagem."* (Marx, *O capital*, Vol. 1, p.163)

Esse "mecanismo social" é a concorrência entre "muitos capitais". Marx acreditava que "influência de capitais individuais sobre outros têm precisamente como efeito que eles devem conduzir-se como **capital**" (MARX, 1988, Vol. 1). Isto é especialmente verdadeiro na acumulação. Um capitalista que não reinvesta na mais-valia logo acabará superado pelos seus concorrentes que investem em métodos aperfeiçoados de produção e que são, portanto, capazes de produzir com custo mais barato e podem obrigar o concorrente ao rebaixamento dos preços de seus produtos. Um capitalista que falha em acumular logo se verá em direção à bancarrota.

O processo de acumulação, justamente porque é inseparável da concorrência entre capitais, não é nada tranquilo ou uniforme. Marx argumentava que o processo de acumulação é também a reprodução das relações capitalistas de produção. O que ele queria dizer é que a sociedade não pode seguir existindo a menos que a produção seja constantemente renovada, e isso depende dos capitalistas reinvestirem o valor realizado no mercado e na produção.

Marx distingue duas formas de reprodução. A reprodução **simples** ocorre quando a produção é renovada ao mesmo nível anterior – e a economia fica estagnada ao invés de crescer. A reprodução **ampliada**, contudo, implica a

utilização do mais-produto para aumentar a produção. Este último caso é a norma no capitalismo.

Mas se essas proporções entre os diferentes setores da economia são realmente alcançadas é uma questão, em grande parte, acidental. Os capitalistas produzem não para si, mas para o mercado. Não há qualquer garantia de que o que foi produzido será consumido. Se isso acontece ou não depende da existência de uma efetiva demanda para a mercadoria. Ou seja, não só deve haver alguém que queira comprá-la, mas esse alguém deve possuir dinheiro para comprá-la. Quando essa demanda não existe, o resultado é uma crise econômica.

Por exemplo, digamos que capitalistas do Grupo I (meios de produção) cortem os salários de seus trabalhadores para aumentar a taxa de mais-valia. Esses trabalhadores então irão comprar menos produtos no Grupo II (bens de consumo). Os capitalistas do Grupo II podem reagir a esse declínio nas vendas através de cortes nos custos, investimentos em novos equipamentos ou instalações. Os capitalistas do Grupo I, atingidos por essa queda na demanda para seus produtos, podem demitir trabalhadores, o que, em contrapartida, levará os capitalistas do Grupo II a fazerem o mesmo (...), entrando num ciclo vicioso de recessão.

O mecanismo desse processo só foi realmente entendido pelos economistas do centro do Sistema Capitalista após a crise de 1929, com a publicação em 1936 do livro de Keynes, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, processo analisado por Marx no vol. 2 de **O Capital** setenta anos antes. E também através dos estudos de Kondratiev e Schumpeter, já analisados nesse trabalho. Ver figura 12.

A fonte das crises é em última instância o caráter não planejado da produção capitalista, onde *"um balanço é ele mesmo um acidente devido à natureza espontânea de sua produção"*, como afirmou Marx. Entretanto isso apenas mostra que as crises são **possíveis**. Para entender por que elas acontecem de fato temos que adentrar mais na natureza do processo de acumulação.

A explicação de Marx às crises econômicas está baseada no que ele chamou de tendência à queda da taxa de lucro, *"em todos os aspectos a mais importante lei*

*da moderna economia política, e a mais essencial para entender as mais difíceis relações",* elaborou Marx.

A taxa de lucro tem uma tendência geral à queda sob o capitalismo, afirmava Marx. Não apenas em áreas específicas da economia, nem apenas em períodos particulares, mas em geral, e a razão disso, segundo ele, é o contínuo crescimento da produtividade do trabalho. Para usar suas próprias palavras: "*A tendência progressiva à queda da taxa de lucro é apenas **uma expressão, peculiar ao modo de produção capitalista**, do desenvolvimento progressivo da produtividade social do trabalho.*" (MARX, O Capital: V. 3, p. 155/60).

Quanto mais alta é a produtividade do trabalho, maior é a quantidade de máquinas e matérias-primas sob a responsabilidade de um trabalhador individual. Em outras palavras, a quantidade de capital constante investido no prédio, equipamentos e matérias-primas crescem em relação ao capital variável usado para pagar os salários dos trabalhadores. Em termos de valor, isso significa que a composição orgânica do capital é mais elevada. E nós já vimos que pelo fato de a força de trabalho ser a fonte de mais-valia, quanto mais elevada a composição orgânica de capital, menor a taxa de lucro. Assim, enquanto a produtividade do trabalho aumenta, a taxa de lucro cai.

Mas se é assim, então por que os capitalistas buscam sempre uma maior produtividade? A resposta é que, em curto prazo, eles se beneficiam do processo de produtividade, e em longo prazo eles são forçados a agir assim pela concorrência.

O preço unitário de uma mercadoria, o trabalho real incorporado nela, pode diferir do valor de mercado, o qual é determinado pelas condições médias de produção naquela indústria. Agora tomemos o caso de um capitalista individual que utiliza essas condições médias de produção. Suponhamos que ele introduza uma nova inovação tecnológica, o que aumenta a produtividade de seus trabalhadores acima da média. O preço unitário de suas mercadorias ficará abaixo do valor social ou de mercado, porque elas foram produzidas mais eficientemente do que seus concorrentes naquele setor. O capitalista pode agora fixar os seus preços a um nível mais baixo do que o valor social, obrigando os rivais a baixarem os seus preços,

mas ainda num valor mais alto que o seu preço de custo inicial, realizando assim um lucro extra.

Mas essa situação não permanecerá indefinidamente. Outros capitalistas adotarão a nova técnica tentando impedir a perda do mercado. Uma vez que essa inovação se torne a norma na indústria, o valor social de seus produtos cairá para emparelhar o preço unitário das mercadorias, acabando com a vantagem do capitalista inovador.

Através da pressão da concorrência, os capitalistas, portanto, são obrigados a adotar novas tecnologias e incorporar inovações para aumentar a produtividade do trabalho. *"A lei da determinação do valor pelo tempo de trabalho" atua assim "como lei coercitiva da concorrência", formulou (MARX, O Capital V. 1: p. 53-66.) Para o capitalista individual, a "determinação do valor como tal (...) interessa-lhe somente na medida em que ela aumenta ou abaixa o custo de produção das suas mercadorias, portanto somente na medida em que ela torna a sua posição excepcional". (MARX, O Capital V. 3: p. 157) Cada capitalista está preocupado em aumentar a produtividade do trabalho somente como um meio de superar seus concorrentes. O efeito é forçar todos os "muitos capitalistas" a se conformarem à lei do valor, e a aumentarem constantemente a produtividade do trabalho.*

Entretanto o resultado de todas essas ações dos capitalistas visando aumentar a quantidade de mais-valia e superar seus concorrentes acaba trazendo para baixo a taxa geral de lucro:

*"Nenhum capitalista jamais introduz voluntariamente um novo método de produção, não importa o quão produtivo ele possa ser e o quanto ele possa aumentar a taxa de mais-valia, supondo que ele reduz a taxa de lucro. Contudo cada novo método de produção barateia as mercadorias. Portanto o capitalista vende-as originalmente por um valor maior que os seus preços de produção, ou, talvez, acima do seu valor. Ele embolsa a diferença entre seus custos de produção e os preços de mercado das mesmas mercadorias produzidas com custos de produção mais elevados. Ele pode fazer isso, (...) porque seu método de produção está acima da média social. Mas a concorrência torna-o geral e sujeito à lei geral. Segue-se uma queda na taxa de lucro - talvez primeiro nessa esfera de produção, e finalmente atinge um equilíbrio com o resto - o qual ocorre portanto totalmente independente da vontade do capitalista." (MARX: O Capital, V. 3, p. 168/173).*

Essa tendência à queda da taxa de lucro é um reflexo do fato de que *"além de um ponto, o desenvolvimento das forças de produção se torna uma barreira para o capital; e daí a relação/capital uma barreira para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho"*.

A maior produtividade do trabalho, o que reflete o crescente poder da humanidade sobre a natureza, toma a forma, no interior das relações de produção capitalistas, de uma crescente composição orgânica de capital, e então, de uma taxa de lucro decrescente. É este processo o combustível das crises econômicas. *"A crescente incompatibilidade entre o desenvolvimento produtivo da sociedade e as relações de produção existentes até então se expressa em contradições mais amargas, crises, espasmos"*.

A taxa decrescente de lucro é, contudo, somente o ponto de partida da análise de Marx das crises capitalistas. Ele sublinha que existem "influências contraditórias em funcionamento, que cruzam e anulam o efeito da lei geral e que lhe dá meramente a característica de uma tendência", *"uma lei cuja ação absoluta é controlada, retardada, debilitada"*. (MARX, *O Capital*, V. 3)

De fato, "as mesmas influências que produzem uma tendência à queda da taxa de lucro também fazem surgir os contra-efeitos que dificultam, retardam e paralisam parcialmente essa queda". (MARX, *O Capital*, V. 3)

Por exemplo, a crescente composição orgânica de capital significa que um número menor de trabalhadores pode produzir certa quantidade de mercadorias. O capitalista pode muito bem reagir com a demissão dos trabalhadores excedentes – isso pode ter sido mesmo o seu objetivo ao introduzir a inovação tecnológica na produção. O resultado é que a acumulação de capital implica a constante expulsão de trabalhadores da produção. Está criada o que Marx chamou de "superpopulação relativa". Não é como Malthus e seus seguidores afirmaram – que existia mais população do que alimentos para mantê-los vivos. Em vez disso, existem mais pessoas do que o capitalismo necessita, e então esse excedente é privado de salários de que os trabalhadores dependem para a sua existência.



Conseqüentemente a economia capitalista gera um "exército industrial de reserva" de trabalhadores desempregados, o que cumpre um papel crucial no processo de acumulação. Os desempregados não proporcionam somente uma reserva de trabalhadores que podem ser lançados a novos ramos ou células de produção. Eles também ajudam a impedir que os salários aumentem demais.

A força de trabalho, como qualquer mercadoria, tem um valor – o tempo de trabalho envolvido em sua produção tem um preço –, a quantidade de dinheiro pago por ela. O preço da força de trabalho é o salário, e como todos os preços de mercado, os salários flutuam em resposta aos aumentos e quedas na oferta e na demanda de força de trabalho. A existência do exército industrial de reserva mantém a oferta da força de trabalho o suficiente para impedir que o preço da força de trabalho aumente acima do seu valor. Formulou Marx: *"Os movimentos gerais dos salários são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva"*. (*O Capital*, V. 1)

A existência de um exército industrial de reserva fortalece a posição do grande capital, e torna-lhe mais fácil aumentar a taxa de mais-valia. Se a quantidade total de capital permanece a mesma, então a taxa de lucro aumentará. Assim, uma maior intensidade de exploração é uma influência contrária à queda na taxa de lucro.

Contudo aumentar a taxa de exploração é uma faca de dois gumes. Se isso é conseguido através do aumento da produtividade do trabalho, então crescerá a composição orgânica do capital, e uma taxa de mais-valia mais elevada significará neste caso uma taxa de lucro mais baixa. Marx acreditava que tal situação era típica da tendência da taxa de lucro. Ele rejeitava qualquer tentativa de explicar as crises econômicas a partir dos aumentos salariais conquistados pelos trabalhadores:

*"A tendência à queda da taxa de lucro está estritamente ligada a uma tendência ao aumento da taxa de mais-valia (...) Nada é mais absurdo, por essa razão, do que explicar a queda da taxa de lucro por um aumento da taxa de salários, embora isso possa ser o caso de alguma exceção (...) A taxa de lucro não cai porque o trabalho se torna menos produtivo, mas porque se torna mais produtivo. Tanto o aumento na taxa de mais-valia como a queda na taxa de lucro não são senão forma específica através das quais a crescente produtividade do trabalho é expressa no capitalismo."*

(MARX: *O Capital*, V. 3, p. 160-175).

O mesmo é verdadeiro, argumentou Marx para uma outra contra-tendência, o barateamento dos elementos do capital constante. Uma produtividade crescente no Grupo I, a produção dos meios de produção, significa que o valor do edifício, máquinas e dos elementos que formam o capital constante cai:

*"Com o crescimento na proporção do capital constante ao capital variável, cresce também a produtividade do trabalho, as forças produtivas trazidas à existência, com as quais o trabalho social opera. Todavia, como resultado dessa crescente produtividade do trabalho, uma parte do capital constante existente é continuamente depreciada em valor, pois seu valor depende, não do tempo de trabalho que ela custou originalmente, mas do tempo de trabalho com o qual pode ser reproduzida, e este está continuamente diminuindo tanto quanto cresce a produtividade do trabalho."*

(MARX: O Capital, V. 1, p. 121-130).

Muitos críticos de Marx (muitos deles marxistas) têm argumentado que o fato da crescente produtividade do trabalho baratear os elementos do capital constante significa que a composição orgânica não aumenta e, por isso, a taxa de lucro não cai. Mesmo se a composição técnica do capital, em outras palavras, a razão física entre meios de produção e força de trabalho, crescer enormemente, argumentam eles, em termos de valor essa relação permanecerá a mesma porque cairá o custo para produzir os meios de produção. Eles ignoram é que o que importa para o Grande Capital é o retorno que ele faz sobre seu investimento *inicial*. O dinheiro que ele gastou com a fábrica, equipamentos, etc. terá sido para comprar esses meios de produção nos seus valores originais, e não o tempo de trabalho que agora custaria para substituí-los. Ele deve conseguir um lucro adequado sobre esse investimento, e não sobre o que poderia custar-lhe agora.

De fato, é principalmente através das crises que o valor do capital constante é recuperado, não ao "tempo de trabalho que ele custou inicialmente", mas com "o tempo de trabalho com o qual ele possa ser reproduzido". Crises econômicas podem ser precipitadas por uma variedade de fatores. Por exemplo, uma crise pode surgir devido a um súbito aumento no preço de algumas matérias-primas importantes – como a que ocorreu com o aumento do preço do petróleo em 1973-74 e 78-79. Frequentemente crises começam a partir de algum transtorno do sistema financeiro – por exemplo, a falência de um grande banco ou uma grande empresa, ou um *crash* na bolsa de valores. Essas crises ocorreram variadas vezes nos anos 80 e

início dos 90. Uma parte significativa do volume 3 de *O Capital* é dedicada à explicação de como o desenvolvimento do sistema de crédito, é responsável por injetar, mais e mais dinheiro no sistema, foi criado pelos próprios bancos, para cumprir um papel vital, tanto para impedir como para causar crises. Todavia as causas são muitas vezes subjacentes às crises e têm sempre uma tendência à queda da taxa de lucro, e as contra-tendências que ela traz levam a um aumento da taxa de lucro por outro lado.

Assim, as crises são períodos em que o sistema capitalista é reorganizado e reformulado para restaurar a taxa de lucro a um nível no qual ocorrerão investimentos. Nem todos os capitalistas se beneficiam igualmente deste processo. As empresas mais frágeis e menos eficientes e com uma tecnologia muito ultrapassada poderão ser levadas à falência. Os capitalistas mais fortes e mais eficientes sobreviverão, e emergirão da recessão mais forte. Eles são capazes de comprar terras, imóveis e instrumentos de produção a melhores preços, e a forçar modificações trabalhistas no processo de trabalho que aumentarão a taxa de mais-valia.

As crises, portanto, contribuem para o processo que Marx denominou centralização e concentração de capital. Para Marx, a concentração ocorre quando capitais crescem em tamanho através da acumulação de mais-valia. A centralização, por outro lado, é resultado da absorção de capitais menores por capitais maiores. O próprio processo de concorrência favorece essa tendência, porque as empresas mais eficientes são capazes de ultrapassar os seus concorrentes e depois tomá-los. Mas as recessões econômicas aceleram o processo, possibilitando aos capitais sobreviventes comprarem meios de produção baratos. Um aumento constante no tamanho de capitais individuais, portanto, é uma parte inevitável do processo de acumulação: "*é o curso de vida característica da indústria moderna*", segundo Marx, que toma a forma de um ciclo, "*interrompido por oscilações menores, de vitalidade média, produção a todo vapor, crise e estagnação*" (MARX, *O Capital V. 1: p. 192*). A alternância de crescimento e recessão é uma característica essencial da economia capitalista. Como afirmou Trotsky, "*o capitalismo vive de crises e boom, assim como os seres humanos vivem de inspiração e expiração (...)* As crises e boom são

*inerentes ao capitalismo desde o seu nascimento e o acompanharão até o seu túmulo."*

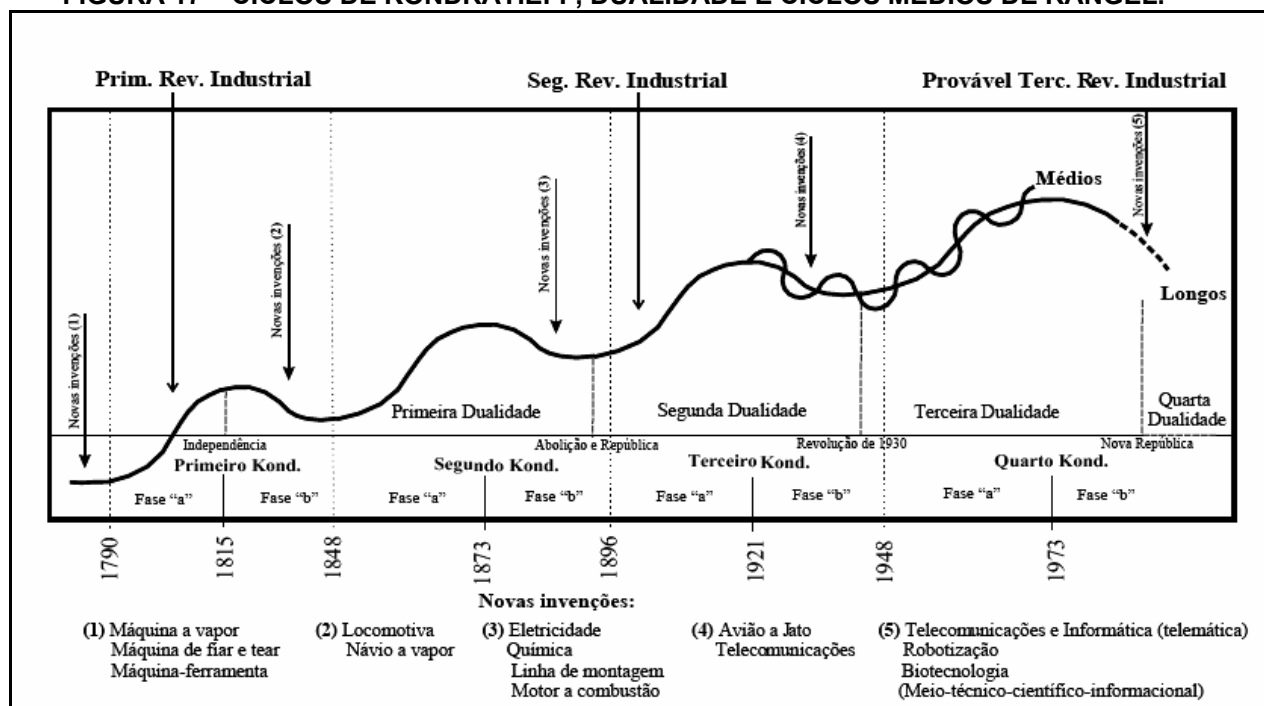
A análise da maneira como as crises surgem no interior do processo de acumulação de capital, na qual Marx desenvolveu, é conduzida a um nível de abstração bastante elevado. Com o desenvolvimento posterior do sistema, a centralização e a concentração de capital tornam mais difícil para as crises cumprirem o seu papel de restaurar as condições de acumulação lucrativa. Todavia *O Capital* nos fornece a base fundamental para qualquer tentativa de entender a economia capitalista.

### 3.3.2 Da Crise a Modernização do Capitalismo Intensivo no Paraná

#### Introdução

Com a síntese sobre a interpretação da Crise Geral do Capitalismo, e nosso esforço para decifrar esse quebra-cabeça, fazemos agora um síntese parcial sobre o desenvolvimento e modernização capitalista no estado do Paraná em meio à Crise Geral do Capitalismo, ou o período entre a fase “A” e fase “B” do 4º Ciclo de Kondratieff.

FIGURA 17 – CICLOS DE KONDRATIEFF, DUALIDADE E CICLOS MÉDIOS DE RANGEL.



FONTE: MAMIGONIAN: 1987, p. 63-71. SILVEIRA: 2003, p.40.

Nesse contexto de crise, ocorreu um novo momento do avanço da fronteira agrícola e industrial brasileira em moldes capitalistas, e o Paraná entrou nessa, do Sul para o Norte e do Norte para o Oeste do estado entre 1975-85, com aprofundamento das inovações tecnológicas, implementadas nas áreas de Campos, Cerrados e Florestas Tropicais de solos mais agricultáveis do Norte/Oeste/ (terra-roxa, principalmente) para os campos e Matas Tropicais e Subtropicais de solos mais arenosos (arenito caiuíá) do noroeste e sudoeste do estado do Paraná.

Trouxe consigo uma nova configuração ao território, com base na materialidade técnica, resultando no aparecimento de modernas paisagens agrícolas, tendo como suporte a rede urbana instalada. O Paraná apresentou, nesse período, taxas de crescimento econômico e de urbanização superiores à média brasileira, que já vinham em marcha forçada desde 1930, com a expansão do café, e as ações do governo do interventor Manoel Ribas. Destacou-se pela taxa de crescimento entre todas as outras regiões, inclusive a do Sudeste e Centro Oeste que tiveram altíssimas taxas. Enquanto o Brasil mostrou um crescimento médio do PIB na década de 80, especificamente no período de 1980/90, de apenas 1,57% ao ano na “década perdida”, o Paraná cresceu à média de 5,89 % ao ano. No período de 1970 a 1980, em plena crise do petróleo, enquanto o Brasil mergulhava na crise, – e como vimos entrava na década de 80 em bancarrota –, o Paraná atingia seu ápice de crescimento (21 %, em média), superando as marcas históricas do período do café de 1940/60. Reforça-se a isso o crescimento populacional exponencial, fruto do atrativo econômico. Ver tabelas 21, 24 e 25.

**TABELA 24 – CRESCIMENTO MÉDIO PIB DO PARANÁ 1939/2006**

Período	Crescimento Médio %
1939/50	14,72
1950/60	11,70
1960/70	07,05
1970/80	21,05
1980/90	05,89
1990/00	02,81
2000/06	04,68

FONTES: IBGE/IPARDES, média feita com base na média do IBGE e do IPARDES, com valores do PIB convertidos em dólar médio para 2007. Elaborada por CROCETTI, 2007.

Qual o mistério dessa prosperidade em meio às turbulências mundiais, em plena Crise Geral do Capitalismo? No auge da queda da taxa de lucro, em pleno esgotamento do modelo tecnológico, qual a receita desse milagre? O que fez a economia do Paraná entrar nessa fase de franca prosperidade, esse é o desafio, decifrar mais esse quebra-cabeça. Avaliando as tabelas sobre os dados gerais da economia paranaense e suas múltiplas determinações, podemos chegar a algumas possíveis conclusões. Todos os setores da economia tiveram um resultado positivo.

A cultura mecanizada – principalmente da soja, trigo, milho e algodão – atingiram, nesse intervalo de tempo, um crescimento anual em média acima de 15%.

Em menores níveis, deu-se nesse período a expansão da criação de suínos, bovinos e aves, esta explodiu em produtividade nos anos 90, tornando o Paraná o maior criador brasileiro de aves. Outras culturas, como cana-de-açúcar, seda, rami, também tiveram um taxa média anual de 9%, e principalmente a expansão da indústria, primeiro em 1975, com a criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e nos anos 90, com a abertura econômica, que trouxe dificuldades para o comércio local e a indústria tradicional, quando o Paraná bateu recordes de desemprego estrutural, concordatas e falências, principalmente de empresas de capital local ou do surto da imigração, e um aumento exponencial da violência, resultado das propagandas enganosas do governo Lerner vendendo o Paraná e Curitiba como um oásis brasileiro, o que fez explodir a população da RMC. Além disso, intensificando esse quadro, houve o aumento do desemprego, criando uma combinação explosiva para a eclosão da violência, que tornou a RMC como uma das áreas mais violentas do Brasil nos anos 90. (ver tabelas 25, 26, 27 e Quadro 5)

**TABELA 25 – POPULAÇÃO PARANÁ - 1721/2007, TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO, PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DO BRASIL E GRAU DE URBANIZAÇÃO**

Período	População Total	Taxa Anual de Crescimento Geométrico (%)	Participação da População no Total do País (%)	Grau de Urbanização (%)
1721	3.400	–	–	–
1779/80	17.288	–	–	–
1854	62.258	–	–	–
1872	126.722	–	1,2	–
1890	249.491	–	1,7	–
1900	327.136	7,23	1,9	–
1920	685.711	8,02	2,3	17,3
1940	1 236 276	5,52	3,0	24,5
1950	2 115 547	7,27	4,1	25,0
1960	4 268 239	4,97	6,1	30,6
1970	6 929 868	0,97	7,4	36,1
1980	7 629 392	0,93	6,4	58,6
1991	8 448 713	1,30	5,8	73,4
2000	9.563.458	1,31	5,6	81,4
2007	10.155.274	1.03	5,6	82,3

FONTE: Anuário 2006, IBGE. MARTINS: 1939, p. 69-70. – Dados não disponíveis. Elaboração CROCETTI, 2007.

No segundo momento, que vai de 1994-2002 (governos Lerner e FHC), houve forte presença do ajuste neoliberal, destruindo o Estado-nacional desenvolvimentista, através da privatização das Empresas Estatais, estaduais e federais, aliada à abertura indiscriminada do mercado. Essas políticas públicas

desencadearam um processo de desnacionalização e fechamento de importantes empresas privadas e públicas. Esse ajuste, aliado à materialidade técnica, infraestrutura e alocação de recursos para que seus objetivos fossem alcançados, levou a uma forçada reestruturação produtiva, que resultou, de um lado, na liberação de uma massa de mão-de-obra, e, de outro – com a defasagem cambial – numa enxurrada de produtos de baixa qualidade a preços baixos e competitivos, fruto de vantagens comparativas ou “dumping”, o que resultou numa competição desleal ao empresariado local, nacional.

**TABELA 26**  
**POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, ECONOMICAMENTE ATIVA, OCUPADA E DESOCUPADA, POR SEXO, E TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO ANUAL - PR - 1992/2001**

GRUPOS POPULACIONAIS	1992	2001	TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO ANUAL 1992-2001 (%)
População em Idade Ativa - PIA	6.690.179	7.937.658	1,92
Homens	3.344.414	3.907.483	1,74
Mulheres	3.345.765	4.030.175	2,09
População Economicamente Ativa - PEA	4.379.061	5.115.956	1,74
Homens	2.684.111	2.971.736	1,14
Mulheres	1.694.950	2.144.220	2,65
Ocupados	4.142.728	4.723.545	1,47
Homens	2.552.675	2.779.614	0,95
Mulheres	1.590.053	1.943.931	2,26
Desocupados	236.333	392.411	5,80
Homens	131.436	192.122	4,31
Mulheres	104.897	200.289	7,45

FONTE: IBGE-PNAD /IPARDES, 2005.

O resultado desse processo foi a falência de dezenas de empresas, concordata de centenas e venda ou incorporação de uma centena de outras.

**TABELA 27 – POPULAÇÃO DE CURITIBA, RMC, PARANÁ E BRASIL – 1970/2005**

Região	População					
	1970	1980	1991	1996	2000	2005
Curitiba	609.026	1.024.975	1.315.035	1.476.253	1.587.315	1.757.904
RMC*	901.959	1.527.129	2.099.558	2.471.771	2.768.394	3.186.099
Paraná	6.929.868	7.629.392	8.448.713	9.003.804	9.563.458	10.061.856
Brasil	93.139.037	119.002.706	146.825.475	157.070.163	169.799.170	184.184.264

FONTE: IBGE - Censos Demográficos, 2000, Contagem Populacional, 2007.  
Elaboração CROCETTI, 2007.

Conforme já havíamos adiantado na revisão bibliográfica, segundo Rangel (1981), é em função da introdução da inovação tecnológica, que deve se cristalizar em capital fixo, inclusive humano. Não raro a tecnologia atrasada deverá ser



sucateada para a introdução da nova e conseqüentemente a novíssima tecnologia, no momento de ser implantada, sofrerá, da mesma forma, resistência ante a sua implantação. Reafirmado por Cholley (op.cit:), que afirma que não tem sentido tentar manter combinações que não mais se reproduzem. Da mesma maneira, pode-se reportar a Schumpeter (1984: 121): “*não tem sentido tentar manter indefinidamente indústrias obsoletas*”.

**QUADRO 5 – ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ 2002**

Município	Esperança de Vida	Tx. de alfab.	Tx. Freq. Escolar	Renda per capita	VIDA IDHM-V	Educação IDHM-E	Renda IDHM-R	(IDH-M)	PR	BR
Curitiba	71,570	0,966	0,904	619,822	0,776	0,946	0,846	0,856	1	19
Quatro Pontes	77,665	0,976	0,881	308,472	0,878	0,944	0,729	0,850	2	29
Pato Branco	76,068	0,932	0,945	367,002	0,851	0,937	0,758	0,849	3	40
Entre Rios do O	77,309	0,963	0,844	337,951	0,872	0,923	0,745	0,847	4	45
Maripá	77,517	0,952	0,889	308,038	0,875	0,931	0,729	0,845	5	49
Maringá	72,215	0,946	0,923	465,371	0,787	0,938	0,798	0,841	6	67
Palotina	74,050	0,922	0,924	360,610	0,817	0,922	0,756	0,832	7	120
Cândido Rondon	73,479	0,957	0,882	341,714	0,808	0,932	0,747	0,829	8	148
Toledo	74,398	0,924	0,934	309,473	0,823	0,927	0,730	0,827	9	163
Londrina	71,371	0,929	0,873	439,345	0,773	0,910	0,788	0,824	10	189
Pato Bragado	74,995	0,947	0,836	292,170	0,833	0,910	0,720	0,821	11	208
Cianorte	75,943	0,896	0,825	312,630	0,849	0,873	0,732	0,818	12	257
Mercedes	74,050	0,934	0,771	349,047	0,817	0,880	0,750	0,816	13	283
Pinhais	74,298	0,942	0,824	292,982	0,822	0,902	0,721	0,815	14	296
Cascavel	69,604	0,930	0,951	347,008	0,743	0,937	0,749	0,810	15	375

FONTE: IBGE-PNAD /IPARDES, 2005.

A reação interna – como conseqüência da crise do capitalismo dos anos setenta aos noventa, da falta de recursos para reinvestimentos em setores estrangulados e da crise do Estado de Bem Estar Social – leva a economia interna a novas combinações.

### 3.3.2.1 Síntese das Múltiplas determinações

#### – O Paraná dos anos 80

Como resultados dessas transformações, a economia do Paraná iniciou a década de oitenta com um perfil que difere profundamente daquele de dez anos atrás, um perfil que pode ser delineado da seguinte forma:

- O café perdeu significação e os seus efeitos dinâmicos sobre a economia estão agora severamente limitados.

- O café perdeu significação e os seus efeitos dinâmicos sobre a economia estão agora severamente limitados.

**TABELA 28 – PRODUTO INTERNO BRUTO – VALOR TOTAL EM DÓLAR 1970-94**

<b>VALOR TOTAL</b>			
<b>(em milhões de dólares)</b>			
<b>Anos</b>	<b>Moeda Corrente do ano</b>	<b>Anos</b>	<b>Moeda Corrente do ano</b>
1970	3.396	1983	11.615
1971	4.712	1984	11.433
1972	4.947	1985	12.533
1973	5.520	1986	14.974
1974	7.202	1987	16.428
1975	8.312	1988	18.067
1976	9.066	1989	24.793
1977	15.138	1990	25.365
1978	12.079	1991	20.296
1979	13.197	1992	19.219
1980	12.955	1993	23.502
1981	14.973	1994	30.575
1982	15.405		

FONTE: IBGE/IPARDES, dólar médio, 1995. Elaborada por CROCETTI em 2007.

- A agricultura está relativamente diversificada: o Estado Paraná é um grande produtor de soja (5,4 milhões de toneladas em 1980, 35,7% da produção brasileira), milho (5,5 milhões de toneladas, 27,2% da colheita nacional em 1980) e trigo (1,35 milhão de toneladas, 54% da produção brasileira em 1980), para mencionar algumas poucas culturas. O Paraná é um produtor importante de treze dos quatorze produtos mais importantes da agricultura brasileira. As criações bovina e suína também são altamente representativas em termos nacionais.

- A exportação continua a ter um papel decisivo na economia estadual. Com apenas 6% da população brasileira e 2,34% da área do país, o Paraná vem contribuindo com cerca de 13% das exportações nacionais nos anos 80.

- A indústria é agora o setor mais dinâmico da economia, embora a substancial dependência do crescimento industrial em relação ao desempenho da agricultura deva ser tomada em conta.

Finalmente, é necessário não negligenciar uma das características dominantes da economia paranaense ao longo de toda a sua história, uma característica que ainda é reforçada pelas transformações econômicas mais recentes. Como regra geral, o Paraná tem sido uma economia essencialmente reativa, no sentido de que os estímulos mais importantes que agiram sobre a sua economia vieram, em todos os casos, de fatores que se encontravam geográfica ou jurisdicionalmente fora de seus limites. Portanto, o dinamismo da economia do estado tem sido ancorado pelas políticas públicas na contramão das de Brasília, aliado à diversidade qualitativa de seu povo, e de empresários empreendedores.

### O Paraná dos anos 90

– O Paraná se esforça para mudar o perfil estrutural de sua economia e, com isso, alterar igualmente as bases da estratificação social. Embora contribuindo com 18% das receitas cambiais brasileiras, a “renda per-capita” do Estado é inferior à média do país e também do Sul do Brasil.

**TABELA 29 – PRODUTO INTERNO BRUTO – VALOR TOTAL EM DÓLAR 1995-06**

VALOR TOTAL (em milhões de dólares)	
Anos	Moeda Corrente
1995	36.247
1996	38.369
1997	42.607
1998	41.614
1999	34.261
2000	35.277
2001	33.846
2002	27.424
2003	30.841
2004	38.821
2005	49.945*
2006	52.093*

FONTE: IBGE/IPARDES/SEFA, dólar médio referente ao ano corrente sem expurgos.

\* Projeção. Elaborada por CROCETTI em maio de 2007.

– Em 1995, quando a agricultura brasileira produziu mais de 90 milhões de toneladas, o Paraná participou com quase 40% do total - cerca de 36 milhões de toneladas de produtos agrícolas.

– Isso, porém, não significa que o estado seja “essencialmente agrícola” - na composição de sua renda interna, a indústria responde hoje por 28%, superando a

agricultura, que alcança 19%, enquanto o setor de serviços ultrapassa os 53%. Tabela 21.

Vários são os estudos que destacam a evolução da economia paranaense, isoladamente ou em relação à brasileira no final do século XX, todos eles buscando evidenciar as mudanças ocorridas na estrutura produtiva estadual num contexto de rápidas e grandes transformações da economia nacional inserida num contexto crescentemente globalizado.

No período 1980-1990, o PIB estadual cresceu 5,9% em média ao ano enquanto a média nacional foi de 2,8%. Tabela 24, 28 e 29.

De acordo com (TRINTIN: 2001), no período 1985-1998 cresceu a participação, no valor adicionado, do conjunto dos setores da metal-mecânica, sendo que perdem participação setores tradicionais, como produtos alimentares, madeira e têxtil.

Para Vasconcelos e Castro (1999), o estado do Paraná tem despertado interesse em âmbito nacional, por ter sido palco privilegiado das transformações em curso na economia brasileira: a construção de um perfil produtivo com presença maior de setores de bens de consumo durável e de capital; a reestruturação do complexo agroalimentar – em ritmo muito influenciado pelo Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) –, e uma intensa redistribuição patrimonial envolvendo fusões, aquisições e privatização de serviços de infra-estrutura. (ver quadro 1)

Em função desses aspectos locacionais e de infra-estrutura, a economia paranaense se tornou receptora de investimentos. Isso provocou mudanças importantes na composição interna dos gêneros da indústria na década de 1990, com tendência de ganho de importância por parte dos setores produtores de bens mais elaborados como, por exemplo, o fato de o setor de abate de animais e o de preparação de conservas terem alcançado o segmento de beneficiamento de cereais, café e afins. (TRINTIN: 2001). Ver tabela 30 e quadro 6.

A agricultura tem como funções mais relevantes a produção de alimentos e fibras, a acumulação inicial de capital e o fornecimento de mão-de-obra para o desenvolvimento do setor industrial. (ver figura 18 espacialização industrial)

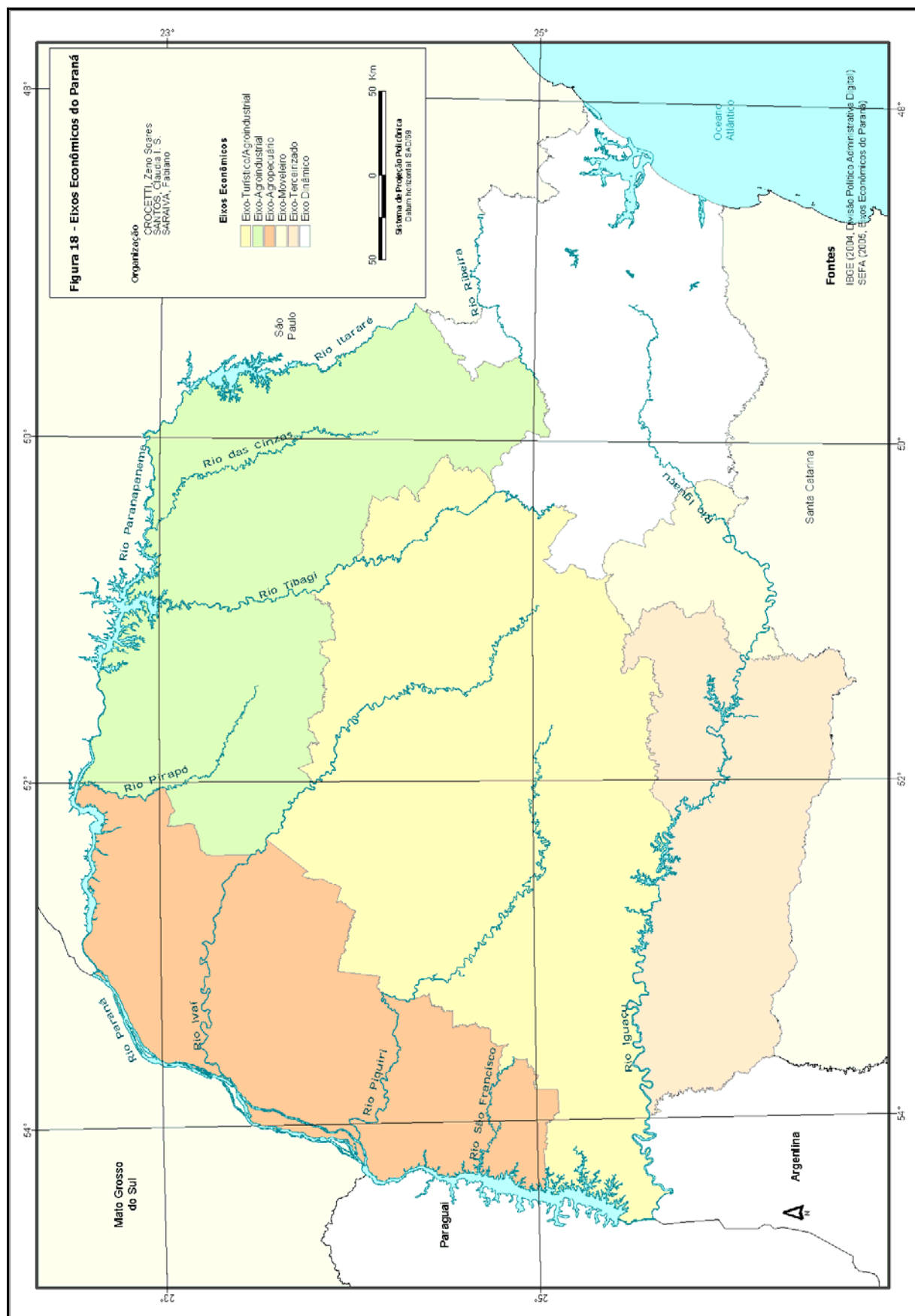


FIGURA 18 – MAPA DOS EIXOS ECONÔMICOS DO PARANÁ, ESPECIALIZAÇÃO.

Dentro dessa leitura atual, o Paraná tem 6 eixos agroindustriais estruturantes espacializados na figura 18.

- Eixo dinâmico: Destaque para as indústrias; Automobilística, Eletroeletrônica, Telecomunicações, Metal-mecânica, Química, Autopeças, Cerâmico e Agroindustrial.
- Eixo-Agroindustrial: Alimentícia, Plásticos, Autopeças e Agroindústria.
- Eixo-Agropecuário: Pecuária e Agricultura diversificada.
- Eixo-Turístico: Turismo e Indústria Têxtil.
- Eixo-Terceirizado: Agroindústria Terceirizada.
- Eixo-Moveleiro: Celulose e Móveis.

**TABELA 30 – PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2006.**

Ramos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2
Celulose, papel e prod. de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8
Edição, impr. e rep. de gravações.	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0
Prod. de metal -excl. máq. e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8
Máq. apar. e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal, 2007.

NOTA: ... Dado não disponível. (1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

No Brasil, o setor primário-exportador foi determinante até meados deste século, quando se iniciou de fato o processo de industrialização. Nos países de economia periférica existe uma dualidade do setor agrícola, marcada por um segmento exportador e outro orientado à produção de consumo interno, principalmente de alimentos.

O capital gerado e acumulado pelo primeiro segmento propiciou, em grande parte, a expansão da fronteira agrícola e financiou a instalação da indústria nacional. Exemplo típico é o da cafeicultura, cujos excedentes permitiram o nascimento e a consolidação da indústria paulista.

Em paralelo com o processo de ocupação da Região Norte, de caráter bastante dinâmico, ocorriam transformações relevantes no Oeste e no Sudoeste, onde a estrutura de produção baseada no regime latifundiário (feudal) de baixa produtividade (erva-mate e pecuária) cedia lugar a frentes de imigrantes gaúchos e

catarinenses, que se estabeleciam em pequenas propriedades, estratégia de Getúlio Vargas e Manoel Ribas.

**QUADRO 6 – DISTRIBUIÇÃO (%) DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DO PARANÁ - 1985/2000**

GRUPO INDUSTRIAL	DISTRIBUIÇÃO (%)			
	Anos	1985	1990	1995
<b>Grupo Tecnológico</b>				
Eletroeletrônica e telecomunicações	3,2	7,3	12,5	7,0
Máquinas e equipamentos	9,1	7,0	4,2	3,4
Automotiva	2,2	8,4	9,1	11,6
Produtos químicos	6,4	3,3	4,3	6,9
Total	20,9	26,0	30,0	29,0
<b>Grupo Fornecedor</b>				
Extrativa e minerais não-metálicos	3,2	7,7	6,0	5,2
Siderurgia e metalurgia	2,1	3,7	2,6	2,7
Petroquímica	10,3	16,6	13,5	24,3
Madeira	6,9	5,2	5,3	5,0
Papel e gráfica	3,9	4,3	8,3	6,5
Agroindústrias	17,7	12,2	7,9	4,5
Total	44,2	49,8	43,6	48,1
<b>Grupo Tradicional</b>				
Alimentos	27,3	12,0	12,7	9,1
Couros e peles	0,8	1,6	0,9	0,6
Malharia e confecções	1,3	0,6	1,8	1,5
Bebidas	1,6	3,1	4,3	2,9
Mobiliário	2,3	4,2	3,2	2,8
Artefatos de papel e papelão	0,6	1,1	1,2	3,0
Artigos de matéria plástica	1,0	1,6	2,3	3,0
Total	34,9	24,2	26,4	22,8
TOTAL GERAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IPARDES, 2007.

A força da economia cafeeira, no Norte, desviou por duas ou três décadas a atenção de uma quase revolução agrária e agrícola que se processava nessas regiões, abrangendo um grande contingente populacional em pequenas unidades (tamanho médio de 20 ha.), utilizando a tração animal e o trabalho familiar em sistemas de produção com base na policultura (milho, feijão, soja, trigo e suínos).

**TABELA 31 – DADOS GERAIS DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS NO PARANÁ – 1939-1980**

ANO	Número de estabelecimentos	Pessoal Ocupado		Salários		Valor da Produção	Valor da Transformação Industrial
		Total	Ligado a Produção	Total	Ligado a Produção		
Em Cr \$ 1.000,00 correntes							
1939	1.832	21.898	16.737	41.534	31.303	347.328	153.750
1949	3.460	35.176	28.528	291.455	242.539	3.202.803	1.400.815
1959	6.417	68.455	55.467	4.016.109	3.101.037	47.063.544	17.474.631
1970	10.855	114.344	90.997	374.796	256.875	4.288.512	1.660.952
1980	14.136	235.073	190.615	22.954.360	19.084.426	489.380.688	172.098.844

FONTE: Censos Industriais IBGE 1939-80. Elaborada pelo autor com base nos dados do IPARDES. Nos anos de 1939, 1949 e 1959 os valores estão expressos em milhares de cruzeiros correntes, conforme padrão monetário de 1942 e, nos anos de 1970, 1975 e 1980, os valores estão expressos em milhares de cruzeiros correntes, conforme padrão monetário de 1970.

No Centro-Sul, além desses aspectos, a criação animal teve - e ainda tem - grande importância, pois ensejou a formação de estruturas produtivas típicas dessa região. Como os faxinais. Ver tabelas 31 a 34 que retrata a evolução.

**TABELA 32 – TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL, DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS, NO PARANÁ 1939-1980**

Período	Taxa Média de Crescimento Anual (%) <sup>1</sup>						
	Número de Estabelecimentos	Pessoal Ocupado		Salários		Valor da Produção	Valor da Transformação Industrial
		Total	Ligado a Produção	Total	Pessoal Ligado a Produção		
1949/1939	6,57	4,85	5,48	10,17	11,27	13,22	13,09
1959/1949	6,37	6,88	6,88	9,44	8,62	10,15	8,36
1970/1959	4,89	4,77	4,60	7,51	6,35	7,27	7,69
1980/1970	2,68	7,47	7,67	11,13	13,30	18,26	17,13

FONTE: Censos Industriais IBGE, IPARDES.

<sup>1</sup>Os valores monetário foram deflacionados a partir do índice de preços industriais da FGV.

A importância da agricultura camponesa pode ser entendida além do âmbito da produção e da renda gerada. É relevante a participação desse segmento no conjunto da mão-de-obra ocupada.

**TABELA 33 – DADOS GERAIS DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS NO PARANÁ E REGIÃO SUL – 1990-2004**

Ano	Número de estabelecimentos industriais		Pessoal Ocupado		PIB Industrial PR		PIB TOTAL Paraná	PIB TOTAL Sul	% SUL BR
	Paraná	Sul	Paraná	Sul	%	Valor			
					Valores em reais				
1990	12.853	–	359.241	1.108.869	45,7	17.058.407	37.335.100	116.509.990	18,2
2000	18.993	35.438	439.216	1.281.908	41,3	27.225.406	65.969.000	193.534.000	17,6
2004	13.732	43.522	562.670	1.636.916	37,7	40.964.879	108.698.901	321.781.050	18,2

FONTE: Censos Industriais IBGE 1990-2007. Contas regionais, Elaboração CROCETTI, 2007.

Nas últimas duas décadas, a estrutura industrial paranaense apresentou uma reorientação de algumas empresas para os segmentos representativos dos novos paradigmas tecnológicos, principalmente no que se refere à microeletrônica e informática, a mecânica de precisão e novos materiais. Ver tabela 30 e quadro 6.

O tema crucial para a “teoria da localização industrial” é estabelecer se a localização das indústrias pode ser explicada por fatores gerais e até que ponto tal explicação só seria possível introduzindo fatores específicos ou motivacionais. Para (MOTA: 1968, p. 10), os fatores locacionais influenciam a atividade industrial de dois modos:

– orientando as indústrias para os pontos geográficos mais vantajosos;



– aglomerando ou dispersando a atividade industrial dentro do espaço geográfico.

**TABELA 34 – DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DO PIB - 1949/2004 BRASIL: ESTADOS SELECIONADOS E REGIÕES (EM %)**

Regiões e Estados	1949	1959	1970	1975	1980	1985	1990	1994	2000	2004
<b>Sudeste</b>	67,5	65,0	65,2	64,5	62,2	59,4	56,2	59,1	57,9	54,9
São Paulo	36,4	37,8	39,5	40,2	37,8	35,5	32,9	33,8	33,6	30,9
Minas Gerais e ES	11,6	08,7	09,6	09,8	11,1	11,6	12,3	12,6	11,8	11,4
Rio de Janeiro	19,5	18,5	16,1	14,5	13,2	12,4	11,0	12,7	12,5	12,6
<b>Sul</b>	15,2	16,2	17,0	18,1	17,3	17,1	18,2	16,0	17,6	18,2
Paraná	04,3	06,4	05,4	06,6	05,7	05,9	06,4	06,1	06,0	06,2
<b>Nordeste</b>	13,9	14,4	11,9	11,3	12,2	13,8	14,5	14,2	13,0	14,1
<b>Norte</b>	01,7	02,0	02,2	02,2	03,3	04,2	04,9	04,5	04,6	05,3
<b>Centro-Oeste</b>	01,7	02,4	03,6	04,0	05,0	05,4	06,3	06,3	06,9	07,5
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IPARDES/IBGE, 2007. Elaboração CROCETTI, 2007.

No próximo tópico, para finalizar esse capítulo, espacializamos as 300 maiores empresas por faturamento do Paraná com base dos dados de 2002.

### 3.3.2.2 As Maiores Empresas do Paraná

A distribuição espacial do arranjo e a das combinações produtivas das 300 maiores empresas do Paraná, segundo a sua participação no faturamento do Paraná em 2002, aparecem especializadas em 5 áreas, de modo geral, na (figura 19). A área **A** concentra 168 empresas e responde por 36% do total do faturamento das empresas paranaenses. Desse conjunto de empresas, 132 localizam-se em 11 municípios da RMC e 37 no entorno metropolitano. O destaque é para Curitiba, com 69 empresas entre as 300 maiores do Paraná, respondendo por 12% do faturamento do estado, e Araucária, com 30 empresas, respondendo por 9,3%. São os únicos municípios paranaenses com faturamento superior a 9%. Dos oito municípios que possuem participação no total do faturamento do estado maior ou igual a 1%, cinco delas encontram-se na área **A**: Araucária, Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais, que, juntos, são responsáveis por 33% do faturamento total do Paraná, valor este gerado por 146 empresas das 300 maiores do estado.

**TABELA 35 – POSIÇÃO DAS 100 MAIORES EMPRESAS DO PARANÁ EM 2005**

100 Maiores Empresas do Paraná em 2005			
Setor	Ativos Total R\$ mil	Patrimônio Líquido R\$ mil	Rentabilidade s/ PL (%)
Indústrias (41)	35.473.580	11.784.189	25,6
Serviços (30)	24.471.452	12.299.357	26,6
Agropecuária e Cooperativas (21)	9.454.964	3.666.732	9,2
Comércio, Varejo e Atacado (8)	840.760	331.131	15,1

FONTE: Anuário Expressão, 2006. Elaborado por CROCETTI, 2007.

As empresas instaladas nessa área são diversificadas e participam com 69,47% no faturamento total entre as 300 maiores empresas do Paraná. Pode ser observada a concentração dos segmentos metalmeccânico, químico e não-metálicos nessa espacialização.

A segunda área **B** concentra 56 empresas, espalhadas em nove municípios, que respondem por 5,25% do faturamento total do Paraná e por 10,14% do faturamento total das 300 maiores empresas. Nela destacam-se Londrina e Maringá, respectivamente, com 2,34% e 1,55% do faturamento do estado, num total de 39 empresas. Nota-se que 70% das empresas dessa espacialização econômica encontram-se nesses dois municípios, cuja concentração refere-se à existência de

empresas de todos os setores da economia, com predomínio de agroindústria, madeira e mobiliário.

**TABELA 36 – COMPOSIÇÃO DO CAPITAL DAS 100 MAIORES EMPRESAS DO PARANÁ 2005**

Origem do Capital em porcentagem	
Local	52%
Internacional	25%
Nacional	14%
Estatal	09%

FONTE: Anuário Expressão, 2006. Elaborado por CROCETTI, 2007.

Já na área **C** especializada, encontram-se 12 municípios que, juntos, respondem por 5,8% do total do faturamento das empresas do Paraná, concentrando 28 das 300 maiores empresas do estado.

**TABELA 37 – CAPITAL E ATIVIDADES DAS 100 MAIORES EMPRESAS DO PARANÁ 2005**

Origem do Capital das 100 Maiores Empresas do Paraná 2005				
Atividades	Local	Internacional	Nacional	Estatal
Indústria (41)	18	15	8	X
Serviços (30)	12	5	4	9
Agropecuária (21)	19	1	1	X
Comércio (8)	5	2	1	X

FONTE: Anuário Expressão, 2006. Elaborado por CROCETTI, 2007.

A análise dos segmentos evidencia a predominância da agroindústria, dos serviços de geração de energia elétrica e do comércio atacadista, este muito provavelmente vinculado ao segmento agroindustrial. Verifica-se a concentração de empresas voltadas notadamente à exploração dos recursos naturais existentes nessa área.

Na área **D** especializada do Centro-Oriental, com menor representatividade, encontram-se quatro municípios que possuem sete empresas e respondem por 1,13% do faturamento total do estado e por 2,20% do faturamento total das 300 maiores empresas. O destaque é para Campo Mourão, que abriga seis das 300 maiores empresas paranaense, particularmente as ligadas ao comércio varejista e atacadista, que, no conjunto, são responsáveis por 0,77% do faturamento total do Paraná. A partir desse município, verifica-se uma continuidade de municípios ao sul, envolvendo Boa Esperança, Mamborê, Juranda e Ubitatã, a maior parte, também, ligadas a empresas do comércio atacadista. É importante destacar que esses municípios estão ao longo de um entroncamento rodoviário que liga a área **B** a **C**.

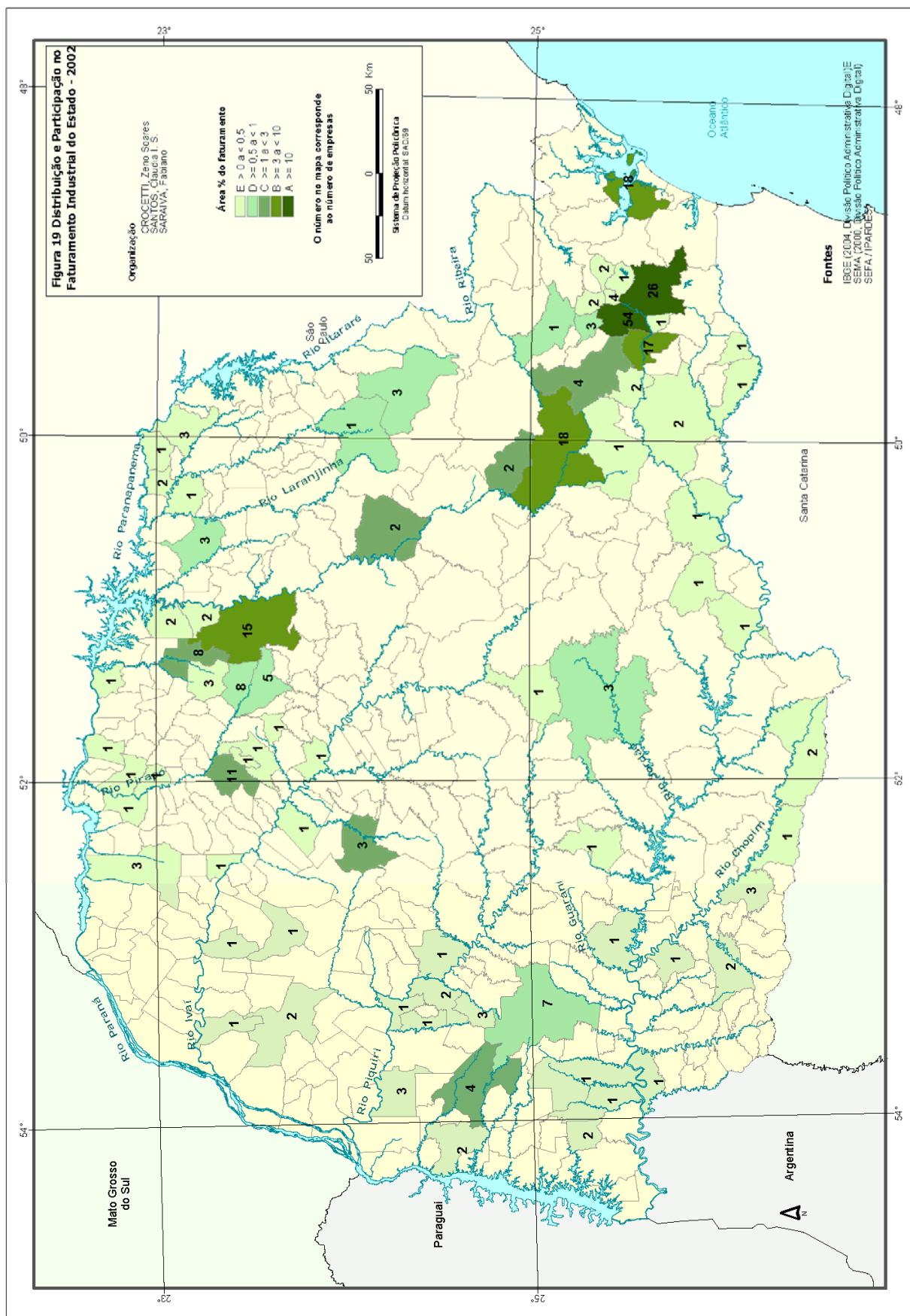


FIGURA 19: As 300 maiores empresas do Paraná segundo a sua participação no faturamento do Paraná em 2002.  
 Fonte: IPARDES, elaboração CROCETTI, 2007.

Para fechar o gráfico do mapa com a área **E**, no Centro-Sul do Paraná, Guarapuava aparece isolada, abrigando oito empresas (seis de comércio atacadista e duas do Setor Industrial, voltadas à agroindústria, à madeira e ao mobiliário) que respondem por 0,70% do faturamento total do Paraná.

Além desses, aparecem ainda outros três agrupamentos de municípios, todos com somente uma das 300 maiores empresas do estado, na sua maioria indústrias do segmento agroindustrial e do comércio atacadista, que possuem participação menor que 0,25% do total do faturamento do Paraná. Esses dados de 2002 podem ser comparados com as tabelas 35, 36 e 37, que trazem as 100 maiores empresas por faturamento em 2005.

## 4. POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO

### Introdução

O Planejamento começou a fazer parte do vocabulário do executivo paranaense durante a gestão do interventor Manoel Ribas, que, nos anos 30, antes de qualquer ação executiva, tinha um planejamento, um plano integrado de ações. Diziam os políticos na época que antes de o seu facção abrir as primeiras picadas para que o Paraná ingressasse nos tempos modernos, o planejamento passou a fazer parte dos usos e costumes dos paranaenses.

As estradas, as escolas, as fábricas e as colheitas deixaram de ser obras do acaso, não eram mais acontecimentos fortuitos e espontâneos.

Antes da ação do trabalho do trator, das pedras fundamentais, da diversificação da economia agrícola, precediam o lápis, o papel, o giz, e os quebra-cabeças. Com um único propósito: fazer do desenvolvimento uma proposta objetiva, calculada, pensada e repensada à luz de qualquer fato novo.

Mas só em meados da década de 1950 formalmente tem início a experiência em planejamento governamental no Paraná, com seu primeiro órgão ganhando estrutura física, ao herdar o que restara da comissão de festejos do centenário do Paraná, e tentando reunir os técnicos mais capacitados dos diversos órgãos públicos, que é o que interpretaremos a seguir.

### 4.1 O Papel dos Institutos de Planejamento

O Paraná foi um dos pioneiros da federação brasileira a inaugurar iniciativas de planejamento a nível estadual, por ação do Poder Executivo, através da Mensagem enviada à Assembléia Legislativa, foi sancionada a Lei nº 243, de 3 de setembro de 1955, que criou o Conselho Consultivo do Planejamento Econômico, como entidade embrionária de um sistema estadual de planejamento.

Com a criação do PLADEP (Comissão da Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná), tiveram início as transformações estruturais no Paraná iniciadas na gestão pioneira de Manoel Ribas. Tudo se transformou: a linguagem, as prioridades, escalas e valores. Do PLADEP à Secretaria de Governo. Da Secretaria de Governo à do Planejamento.

E ainda em 1955, calcada na citada lei, que dava apenas as diretrizes gerais, e criação ao nível de “staff” do Governador – do PLADEP como ficou conhecido – e cuja primeira atribuição foi a de confeccionar o Diagnóstico Sócio Econômico do Estado do Paraná. Com o PLADEP foi desenvolvida a consciência de que o Paraná só se conduziria de forma racional, através de planos, programas e projetos.

A semente foi fértil e começaram a ser pensados os transportes coletivos urbanos, viabilidade econômica da Estrada de Ferro Central do Paraná, pólos industriais, exploração mineral orientada, reativação de regiões deprimidas, diversificação da agricultura, incentivos fiscais, aplicações orçamentárias para o desenvolvimento, entre outros assuntos palpitantes e inquietantes.

Este período pode ser compreendido entre 1955 até meados dos anos sessenta. Depois de um hiato entre 1967 e 1972, onde o planejamento se limitou a aspectos setoriais, voltou a ganhar destaque com a criação da Coordenação de Planejamento Estadual, cuja atribuição precípua era elaborar o Plano de Governo.

No período 1966-70 não ocorreu planejamento no Paraná, ou seja, os interventores militares no estado desmantelaram o planejamento, apenas foi mantida a infra-estrutura física e jurídica anterior o PLADEP, que depois veio a ser o Departamento de Planejamento da CODEPAR, e, após 1969, o BADEP. O que sobrou de estrutura esfacelada permaneceu tentando estudar a economia paranaense de forma global, visando dar uma orientação à formulação e execução da política de investimentos financiada pelo órgão, com sucesso muito limitado.

Essa Coordenação começou a consolidar as bases do planejamento, treinando pessoal com a execução do programa de Emergência de Capacitação de

Pessoal em Planejamento. Foram criados os Grupos de Planejamento Setorial – GPS's em 1972 e, em 1973, é criado o Ipardes – Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, entidade de apoio técnico para realizar estudos e pesquisas necessárias, não mais elaboradas desde o esvaziamento do PLADEP.

Só em 1974, foi criada a Secretaria de Estado do Planejamento. Hoje Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, elevada no nível de assessoramento do chefe do Poder Executivo Estadual.

A SEPL constitui órgão de primeiro nível hierárquico, de assessoramento e apoio direto ao Governador do Estado, voltado ao desempenho de funções de planejamento, coordenação e controle da ação geral do Governo, dos assuntos e programas inter-secretariais, bem como da organização base do sistema de planejamento e organização institucional.

Qualquer análise que se faça da evolução da economia paranaense ao longo de sua história nos mostra que tanto seu crescimento quanto as profundas modificações por que passou sempre estiveram a reboque dos interesses políticos e oligárquicos. O desenvolvimento do Paraná e seu sucesso econômico, segundo a análise de alguns de seus observadores, tais como (FILHO: 1967 p. 18-19), se deu de forma independente, ou quase da ação planejada do Governo Estadual, com raras exceções em alguns períodos. Para suavizar a crítica, eles afirmam que a situação não é exclusiva do Paraná; com exceções parciais, esse é o padrão clássico de funcionamento da administração pública brasileira no que se refere ao planejamento, ou seja, o desenvolvimento é obra do acaso, e não das políticas públicas e seu planejamento. É bom lembrar, entretanto, que existem poucos trabalhos acadêmicos que analisam o planejamento na economia do Paraná.

Essa avaliação sobre o papel dos órgãos de planejamento para o desenvolvimento econômico do Paraná não pretende se esgotar nesse pequeno esboço, devido à importância do tema e necessita de uma pesquisa mais aprofundada para elucidar várias passagens históricas sobre o desenvolvimento paranaense. Como o longo período da influência e monitoramento paulista sobre o



território paranaense, a expansão cafeeira, e as relações centro-periferia, que já discutimos nesse trabalho. Além, é claro, da contribuição da mão-de-obra e da cultura negra, dos imigrantes no comércio e na industrialização do século XIX para o XX.

Numa análise e interpretação aligeirada, vemos como uma contribuição fundamental a dos órgãos de planejamento, ou seja, onde lograram maior êxito foi no planejamento da infra-estrutura para alavancar o desenvolvimento ou garantir a continuidade de um momento excelente de desenvolvimento. Os vários órgãos de planejamento ao longo de sua trajetória não se limitaram apenas a registrar as mudanças ocorridas e a reorientar sua programação no sentido da nova realidade. Ao longo de todo o período, e apesar de todas as contradições, os esforços realizados, mesmo que feitos pelas administrações setoriais, tiveram papel destacado, mesmo que tivessem, em alguns casos, pouco ou nenhum compromisso com os objetivos globais e setoriais fixados pelas políticas públicas do governo.

Para conhecer melhor a experiência paranaense de planejamento – visando entender o porquê de a contradição planejamento-ação aparecer no Paraná em alguns momentos com maior nitidez, e procurando compreender melhor o tipo de planejamento aplicado e o real papel que os órgãos desempenharam ao longo do período – entendemos ser relevante decifrar o papel que as Elites e as Oligarquias desempenharam quando estavam no poder.

A partir de 1975 cria-se a reforma administrativa (Lei nº 6.636, do Governo Jayme Canet-ARENA), em que foi criado o modelo de planejamento que, com poucas alterações, vigora até hoje.

O modelo adotado baseou-se no que estava sendo implantado e consolidado no Governo Federal. Inclusive com a manutenção da Secretaria de Planejamento – SEPL – cujas funções precípuas do planejamento foram distribuídas entre duas Coordenadorias, a de Estudos e Projetos (CEP) e a de Orçamento e Programação (COP). Os estudos de longo prazo e maior profundidade permaneceram com o IPARDES que, como Fundação, foi vinculada à SEPL.

Outras funções foram incorporadas à SEPL, quer na sua estrutura direta, quer sob a forma de entidades vinculadas. Entre essas, mereceu destaque a Coordenadoria de Modernização Administrativa – CMA, a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba, - COMEC, o Departamento Estadual de Estatística – DEE, a Companhia de Processamento de Dados do Paraná – CELEPAR, a Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná – FAMEPAR, e uma Coordenadoria de Planejamento Regional – CPR. (FILHO: 1967, p. 18-19)

Outro aspecto que merece comentários é o dos Planos de Governo. A partir do início da década de 1970, principalmente com o surgimento dos PND, tornou-se rotina obrigatória cada Governo Estadual ter seu próprio Plano. Eram documentos técnicos, geralmente incluindo um diagnóstico da economia do estado e propostas, objetivos e metas a serem realizadas ou atingidos ao longo dos anos de cada gestão. Dada a qualificação dos quadros técnicos da SEPL, esta foi sempre a encarregada da elaboração final do documento no caso paranaense.

Ao iniciar a década de 80, alguns dos aspectos mencionados começaram a transparecer com maior clareza. Não só a base econômica que sustentara a expansão do produto e da renda e, portanto, das receitas estaduais, passou a contrair-se, com as políticas recessivas adotadas pelo Governo Federal, como o quadro político começou a sofrer as modificações decorrentes da chamada “abertura”, para finalmente desembocar na primeira eleição direta em 1982, pós-1964.

Iniciada ainda em plena recessão, e defrontando-se na sua primeira metade com um governo federal adverso, a gestão José Richa (83-86), no campo do planejamento, procurou apenas voltar a obter o tipo de eficiências que o sistema havia perdido, sem promover mudanças significativas na sua concepção ou na sua estrutura.

#### **4.2 Planejamento, Ciência, Tecnologia e Cooperativismo**

Atualmente as políticas e ações no âmbito da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior no Paraná são definidos e coordenados pela Secretaria de Estado da

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), órgão da Administração Direta do Governo.

Como principais instrumentos de fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no Paraná encontram-se: o Fundo Paraná – que tem como função apoiar o financiamento de programas, projetos e ações de cunho científico e tecnológico, gerenciado pela SETI; o Conselho Paraná de Ciência e Tecnologia (CCT) – órgão de assessoramento superior do governador do Estado, responsável pela formulação e implementação da Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PDCT), parte integrante da política de desenvolvimento econômico e social do Estado; a Fundação Araucária – que ampara a pesquisa científica e tecnológica e a formação de recursos humanos do Estado; e o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) – empresa pública que compõe a estrutura do Sistema Público Estadual de Ciência e Tecnologia e que tem como principais atividades a prestação de serviços tecnológicos.

Por meio de instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, o Governo do Paraná promoveu, com o objetivo de fomentar uma cultura empreendedora e tecnológica no Estado por meio da SETI, a criação de Rede Paranaense de Incubadoras e Parques Tecnológicos (REPARTE), uma instituição civil, sem fins lucrativos.

A Reparte reúne as incubadoras e Parques Tecnológicos do Estado, em sua grande maioria pertencentes às Universidades Estaduais, Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UFTPR), com o apoio do SEBRAE-PR, do (CNPq) e do Instituto Evaldo Lodi do Paraná (IEL/PR). Tem como parceiros ativos a Fundação Araucária e o Fundo Paraná Tecnologia, consolidando uma parceria entre o setor público, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada.

No Paraná, existem 21 incubadoras de empresas, a maioria de base tecnológica e vinculada a uma instituição de ensino. A especialização dos institutos, fundações de pesquisa desenvolvimento e tecnologia, das incubadoras e parques tecnológicos, nos municípios paranaenses (mapa 5.1.1) aponta para a primeira especialização como sendo aquela onde se concentra a maioria destes ativos

tecnológicos, principalmente em três municípios: Curitiba, Ponta Grossa e São José dos Pinhais. Em Curitiba, além das sedes do Fundo Paraná, do Conselho Paraná de Ciência e Tecnologia, da Fundação Araucária e do TECPAR, encontramos, também, o Instituto para o Desenvolvimento (LACTEC), um centro de pesquisa tecnológica sem fins lucrativos (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), que tem como associados a COPEL, a UFPR, a Associação Comercial do Paraná, o Sistema Fiep e o Instituto de Engenharia do Paraná, além de outras instituições públicas e privadas como parceiras; e o Centro Internacional de Tecnologia de Softwares (CITS), que tem sua ação voltada para desenvolvimento, consultoria, capacitação e fomento em áreas de inovação tecnológica, em parceria com empresas privadas, órgãos governamentais e instituições de Ensino Superior (IPARDES; 2005).

Curitiba abriga sete incubadoras ligadas a instituições de ensino e pesquisa e empresas particulares, cujo destaque é a Incubadora Tecnológica de Curitiba (INTEC), criada através de um convênio de colaboração técnica e institucional entre várias instituições – SEBRAE/PR, UFTPR, TECPAR, FIEP/IEL, PUC-PR, Centro de Integração de Tecnologia do Paraná (CITPAR) e SETI. A INTEC está localizada no campus do TECPAR, que é a instituição gestora, e possuía em 2005 12 empresas incubadas e 21 graduadas, nas áreas de eletroeletrônica, informática, novos materiais, metal-mecânica, engenharia biomédica, biotecnologia, alimentos, *design*, tecnologia da informação e gestão ambiental.

Em Curitiba se destaca também o Hotel Tecnológico da UFTPR, que atua nas áreas de eletrônica, tecnologia da informação e comunicação (TIC), mecânica, eletrotécnica, radiologia, produção civil, química ambiental, desenho industrial e telecomunicações.

Dentro da primeira espacialização temos em Ponta Grossa duas incubadoras, a Incubadora Tecnológica de Ponta Grossa (INTECPONTA), criada pela UEPG e pelo CITPAR, e o Hotel Tecnológico da UTFPR, atuando nas áreas de tecnologia de alimentos, eletrônica e mecânica. Ponta Grossa é, também, um pólo regional do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR). Por sua vez, São José dos Pinhais abriga dois laboratórios particulares: K&L Laboratório de Metrologia e Equipamentos e Sistemas de Ensaio Ltda. (EMIC).

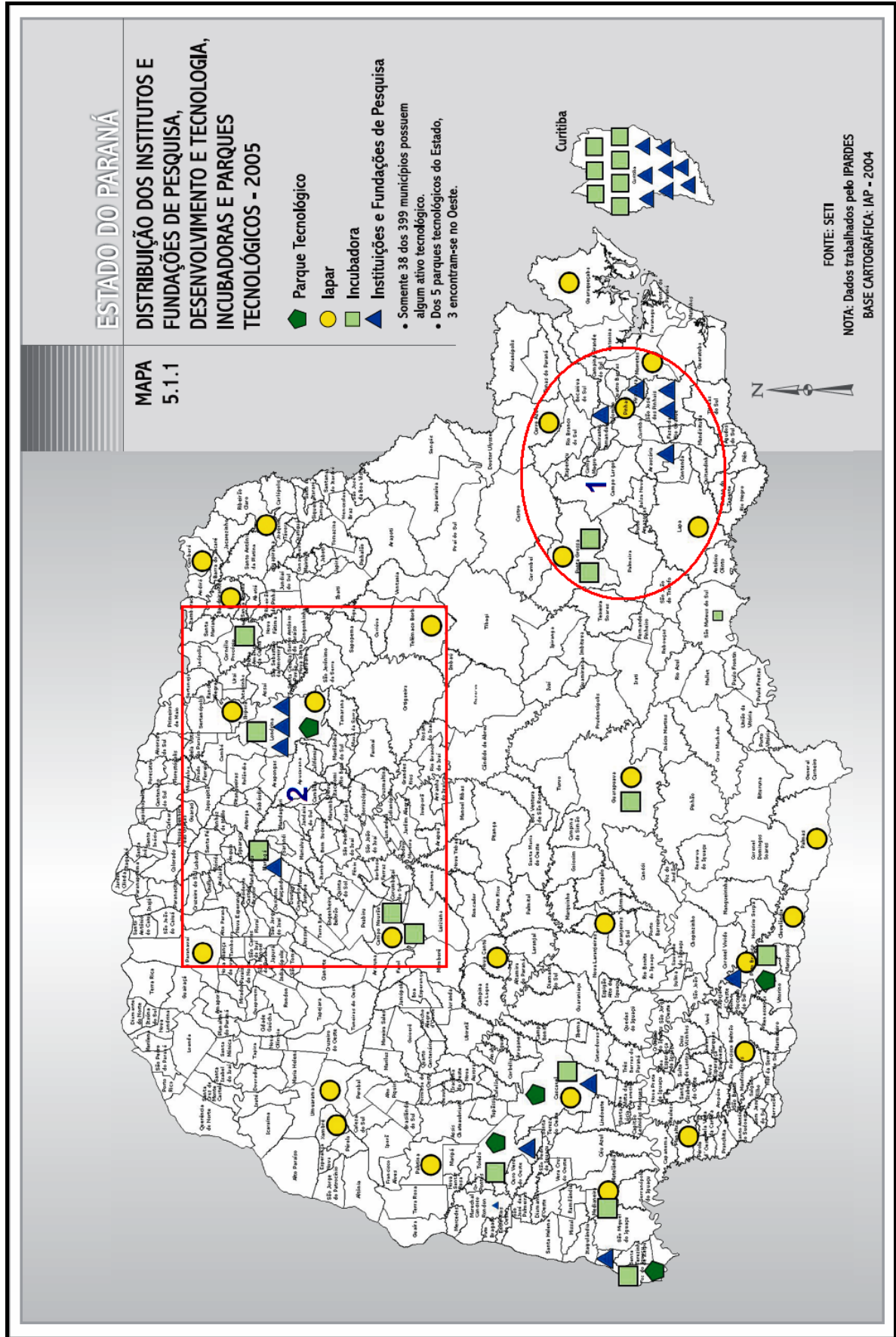


FIGURA 20: Distribuição dos Institutos de Pesquisa no Paraná.  
 FONTE: IPARDES, 2006.

Na segunda espacialização, o relevante se encontra em Londrina no Parque Tecnológico de Londrina, que apresenta duas linhas de atuação: uma na área de biotecnologia e outra voltada para a área de telecomunicação. O parque faz parte do Programa Londrina Tecnópolis, que congrega um conjunto de ações em diversas áreas de inovação tecnológica e desenvolvimento econômico, focado nas áreas de TIC, alimentos, agronegócios, conhecimento e saúde. A implantação, gestão e desenvolvimento do Parque são comandos pela Companhia de Desenvolvimento de Londrina (CODEL), UEL e Associação de Desenvolvimento Tecnológico de Londrina (ADETEC), uma parceria entre instituições públicas (municipal e estadual) e privadas.

Ainda em Londrina, encontra-se a Incubadora Internacional de Empresas de Base Tecnológica (INTUEL), que abriga o Programa de Pré-Incubação – Gênese do Norte do Paraná (GENORP), o Programa de Incubação de Empresas, o Programa de Empreendedorismo, as Empresas Juniores etc. Tem como gestores o consórcio GENORP, INTUEL e a UEL. Londrina abriga ainda a ADETEC; uma unidade da EMBRAPA, onde desenvolve pesquisa na soja; além de ter a sede do IAPAR e a empresa de pesquisa Milena Agro Ciências S.A.

Dentro da segunda espacialização, em Maringá, foi instalada a Incubadora Tecnológica de Maringá (INFOMAR), atuando nas áreas de TIC, automação e biotecnologia. Tem como promotora a UEM. Em Cornélio Procopio, o Hotel Tecnológico do CEFET-PR atua nas áreas de mecânica, eletrotécnica e informática (IPARDES: 2005).

Dos 399 municípios do Paraná, somente 38 possuem algum ativo tecnológico, sendo que em 27 deles há apenas um ativo, correspondente a uma unidade do IAPAR.

O cooperativismo agropecuário representa cerca de 53% da economia agrícola do Paraná (com um faturamento de 12,6 bilhões de reais no ano de 2006, que representa 11,0% do PIB do Paraná que foi de R\$ 118.542 bilhões, no mesmo ano), onde participa de forma intensa em todo o processo de produção, beneficiamento, armazenamento e industrialização agropecuário, fazendo com que o

associado seja um agente ativo na participação do mercado interno e externo, como também nas ações sociais e da comunidade (IPARDES, 2007).

Desempenhando um papel bastante ativo no desenvolvimento das regiões, as cooperativas passam a ser agentes de desenvolvimento econômico e social com a difusão do crédito rural, armazenagem, manejo e conservação de solos, manejo integrado de pragas, assentamento de agricultores, agroindustrialização, além da sua diversificação, operando com todos os produtos agrícolas importantes da economia paranaense.

Com a integração dos produtores em cooperativas, organizou-se a produção, reduziram-se os agentes de comercialização e montou-se uma infra-estrutura de armazenagem da produção, sendo de 54% a participação das cooperativas no total da capacidade estática de armazenagem do Paraná. Os dados são da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), 69,8% dos associados são pequenos e médios produtores (área até 50 ha.).

A expressividade da participação das cooperativas na produção agrícola do Paraná é superior a 58% na canola, 63% na soja, 63% no trigo, 74% no algodão em caroço, 96% na cevada, 29% no café, 57% no leite e, em proporção pouco menor, em todos os outros produtos cultivados no Estado (OCEPAR, 2006).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Considerando que o tempo de sistematização e formatação da pesquisa ora apresentada para essa dissertação foi muito curto, devido às novas exigências do MEC/CAPES, apresentamos o resultado possível de nossa análise e interpretação.

Com a implantação da reestruturação produtiva através das políticas neoliberais, no início dos anos 90, principalmente com Collor e FHC, o Paraná e o Brasil passaram por um processo de desindustrialização, como pudemos constatar com o auxílio dos dados empíricos apresentados nessa dissertação, pois, à medida que foram instaladas as novas plantas industriais mais flexíveis, muitos componentes passaram a ser importados em substituição aos componentes antes produzidos no Brasil. Associado com a deflagração da Guerra dos Lugares, o país passou e passa por uma desconcentração industrial, além de fusões, aquisições e incorporações, processando a reconversão e internacionalização da indústria.

Contudo, do ponto de vista político, o importante é definir a natureza desse processo. Neste caso, os indicadores econômicos de produtividade não apresentam indícios de que a tendência anterior seja a consequência natural do dinamismo industrial, assim como ocorreu nos países do centro do capitalismo, uma vez que, no Brasil, e conseqüentemente no Paraná, o início do processo é marcado pela estagnação econômica e queda da produtividade. Isso foi agravado pela condução de política macroeconômica, que tendeu a deprimir a competitividade industrial ao longo do período analisado, comprometendo a capacidade do setor de ingressar em mercados mais competitivos e exigentes, pois o centro mundial do capitalismo não tinha nenhum interesse em democratizar as relações comerciais no comércio internacional. Só a título de informação e comparação, estudos recentes acerca do comércio do Bloco Europeu indicam que, da receita total desse comércio, 90% são realizados dentro do bloco, e que só 10% são feitos fora da União Européia. O que isso quer dizer? Que o Estado Europeu está cada vez mais forte, e que existe uma blindagem e um protecionismo ao Mercado Europeu. Esse discurso de liberdade



total de comércio e fim das fronteiras é, como diria minha mãe, história para boi dormir.

A aplicação do receituário neoliberal provocou um criminoso agravamento do endividamento público interno, controle da política de juros altos para conter a inflação e principalmente a busca do superávit primário, que vem drenando os recursos da sociedade brasileira para o pagamento de juros. Esse conjunto de políticas liberou o varejo brasileiro para o capital financeiro internacional. Ou seja, essa picaretagem criou, num curto espaço de tempo, centenas de financeiras nacionais e internacionais para atuar no mercado de crédito – crédito consignado com desconto em folha, inclusive para aposentados. Nunca o capital financeiro teve tantos lucros em sua história como nos últimos 15 anos!

No entanto, no caso paranaense, a análise dos dados sugere que o setor industrial apresentou uma queda da importância relativa com relação ao início da década de 1990, devida à mudança da sua estrutura produtiva, resultado de dois fenômenos importantes:

- 1) a recuperação dessa participação a partir de 1999;
- 2) o aumento deste setor na composição ocupacional, de acordo com os dados da PNAD e RAIS.

A análise da estrutura produtiva da economia paranaense mostrou que, ao longo dos anos 80, 90 e início do novo século, as relações inter-setoriais estão se alterando na direção dos setores da indústria de transformação e dos serviços. Isso mostra que o estado está diversificando seu parque produtivo e se tornando menos dependente da agropecuária e dos setores alimentares enquanto propagadores de seu crescimento e desenvolvimento.

Por outro lado, os índices de ligações reduziram suas magnitudes ao longo do período analisado, o que mostra menores ligações inter-setoriais dentro da economia estadual, revelando que estas estão se intensificando com os setores de outros estados ou com o internacional.

Dessa forma, os resultados do Paraná não convergem com os resultados constatados em nível nacional, o que pode ser preliminarmente explicado por um processo de desconcentração industrial ocorrido no Brasil, ao longo dos anos 90, que favoreceu o Paraná.

Neste caso, a política de incentivos fiscais se mostrou como um dos motivos importantes do maior dinamismo industrial paranaense, embora não se discuta aqui a relação custo/benefício dessa política. No entanto, é provável que o processo de industrialização no Paraná pudesse ter sido mais vigoroso caso as políticas macroeconômicas fossem mais favoráveis.

Finalizando, o uso dos referenciais teóricos e metodológicos foi muito útil em minhas hipóteses, auxiliando na elucidação do objeto e facilitando a compreensão e interpretação das questões levantadas. Ajudou a interpretar o quebra-cabeça da gênese e das metamorfoses da economia paranaense na decifração das Formações Sociais do Paraná, nas suas mais diversas determinações, além de contribuir para elucidação das questões levantadas.

Considerando que diagnosticamos uma grande difusão de interpretações, dissimuladas e amplas, recheadas de muitas contradições – não só a respeito das Formações Sociais do estado do Paraná, bem como sobre as Formações Econômicas, e as razões do desenvolvimento da economia paranaense, em nossa pesquisa – esperamos ter contribuído com a demonstração empírica das distorções e contradições acerca da origem da ocupação territorial paranaense, bem como para demonstrar a existência do mascaramento de alguns ciclos econômicos.

## REFERÊNCIAS

- AMIM, S. **O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- ANDERSON, P. Participação no debate: A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: SADER, E. & GENTILE, P. (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23 e 139-180.
- ANDRADE, M. C. de. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional**. São Paulo: Atlas, 1987. 5ª edição.
- AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- BALHANA, Altiva et alii. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. v.1.
- BASBAUM, L. **História Sincera da República**, São Paulo: Alfa-Omega, 1962.
- BASTOS, J. M. et alii. **Ensaio Sobre Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Comércio no Sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Bases teóricas para o estudo do comércio no Sul do Brasil**. Florianópolis: Fotocopiado, 2005.
- BENKO, G. **Economia Espaço e globalização**. (na aurora do século XXI): São Paulo-SP, Hucitec, 1996.
- BIGG-WITHER, T. **Novo caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná. Três anos em suas florestas e campos (1872/1875)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

BORÓN, A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E. & GENTILE, P. (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 63-118.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BRAGUETO, C. R. **O processo de industrialização do Paraná até a década de 1970**. in: Geografia/Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina. 1999.

CANO, W. (1977) **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo: DIFEL/IPE-USP, 1990. 3ª edição.

CANUTO, O. A nova dinâmica regional brasileira e uma agenda de pesquisa para o Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, nº 94, p. 2-28, maio/dez. 1998.

CASTRO, M. H. M. de. *Dualidade, Modernidade e Atualidade* In: **O Pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Editora 34, 1998.

CATAIA, M. A. **Território Nacional e Fronteiras Internas. A Fragmentação do Território Brasileiro**. Tese de doutorado do Departamento de Geografia da FFLCH na Universidade de São Paulo: USP, 2001.

CHÂTELET, F. & PISIER-HOUCHNER, E. **As concepções políticas do século XX: História do pensamento político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

CHMYZ, Igor et alii. **Curitiba : origens, fundação, nome**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

CHOLLEY, A. (1948) **Observações sobre alguns pontos de vista geográficos**. Rio de Janeiro: BG/CNG/IBGE, 1964. BG nºs. 179 e 180.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Londrina: **CMNP**, 1975.

CORAGGIO, J L. Considerações teórico-metodológicas sobre as formas sociais de organização do espaço e suas tendências na América Latina. **Revista Planejamento, Salvador**, v. 7, n. 1, p. 5-32, jan./mar. 1979.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E. et al. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 15-47.

COSTA, A. P. O Processo de Industrialização no Município de Londrina/PR. **Anais do 6º CBG**. Goiânia: Edições da AGB, 2004.

COUTINHO, L. G. & BELLUZZO, Luiz G. M. (1978) O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial no pós-guerra. **Estudos CEBRAP 23**: 7-31 p.

CROCETTI, Z. S. **Nacionalismo étnico no final do século**. Curitiba: Revista Paranaense de Geografia n.º 01 p. 56-73. Edições AGB/Letra das Artes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Neoliberalismo: O caminho para Servidão**. Curso ministrado no Evento "De olho no Mundo" em Telêmaco Borba-PR, novembro de 1999. Curitiba-PR, 1999, fotocopiado.

\_\_\_\_\_. **Reestruturação Produtiva no Paraná**. Curitiba: Letra das Artes, Anais da 13ª SEMAGEO, p. 73-93. 2001.

\_\_\_\_\_. Geografia e Poder: A dialética do território. **Anais do 1º Congresso Curitibano de Geografia**. Curitiba: AGB/Curitiba/Letra das Artes, 2004.

\_\_\_\_\_. Crise na América Latina e Seus Múltiplos Territórios. **Anais da 24ª Semageo**. Curitiba: AGB-Curitiba/Letra das Artes, 2006.

CUNHA, E. da. **Os Sertões**. São Paulo: Publifolha, 1999, 43ª edição.

DINIZ, C. C. A nova geografia econômica do Brasil. In : VELLOSO, J. P. R. (org.). **Brasil 500 anos : futuro, presente, passado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

DOURADO, Â. **Voluntários do Martírio**. Pelotas: Gráfica Sul, 1896.

ESPÍNDULA, C. J. **As Agroindústrias no Brasil: O caso Sadia**. (dissertação de mestrado). Chapecó: Grifos, 1999.

\_\_\_\_\_. **As Agroindústrias de Carne do Sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

FERNANDES, L. Neoliberalismo e reestruturação produtiva. In: SADER, E. & GENTILE, P. (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 54-61.

FRESCA, T. M. **Transformações da rede urbana do norte do Paraná, estudo comparativo de três centros**. São Paulo: USP, 2000.

GARCIA, F. E. S. **Cidade Espetáculo: Política, Planejamento e City Marketing**. Curitiba: Palavra, 1997.

GUIMARÃES, E. A. Abertura econômica, estabilização e política industrial. In: VELOSO, João Paulo dos Reis (Coord.). **O Real e o futuro da economia**. Rio de Janeiro: J. Olympio: Fórum Nacional, 1995.

INDJAIAN, A. Saídas para a crise – entrevista com Ignácio Rangel. **Análise Conjuntural**. Curitiba: IPARDES. V.9, nº 5, p. 1-2, maio 1987.

IPARDES. Fundação Edson Vieira. *Análise Conjuntural*, V 24, n.01-02, p.3-12, JAN./FEV Curitiba: 2002.

IPARDES. Paraná para investidores. [www.ipardes.gov.br/projetos/prinvest/port/home.html](http://www.ipardes.gov.br/projetos/prinvest/port/home.html), 2000.

KONDRATIEFF, N. The long waves in economic life. Londres: **Review of Economics and Statistics** 17, 1935, pt. 2, p. 105-15.

LAURELL, A. C. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, A. C. (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995, p. 151-178.

LE BOURLEGAT, C. A. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço temporais**. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP, 2000.

LENIN, V. I. U. (1899) *Razvitie Kapitalizma V'Rossii*. Trad. port. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_ **Obras Completas**. Moscou: Editorial Progresso, 1986, tomo 41, p.140.

LIPIETZ, A. (1977) *Le Capital et son Espace*. Paris: Francois Maspero. Trad. port. **O Capital e seu Espaço**. São Paulo: Nobel, 1987.

LOURENÇO, G. M. **A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação**. Curitiba: Ed. do Autor, 2000. 99 p.

\_\_\_\_\_ **A Inserção do Paraná na Reorganização Inter-Regional da Economia Brasileira nos Anos 90**. Florianópolis: Dissertação de mestrado em Engenharia de Produção, UFSC, 2002. 118 p.

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná**, José Olympio, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1982.

MAGALHÃES FILHO, F. **Experiência de Planejamento Estadual: O Caso do Paraná**. Curitiba: CODEPAR, RPD, Nº 1, 1967.

\_\_\_\_\_ **Perspectivas industriais do Paraná. Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: BADEP, nº 15, p. 7-23, nov./dez. 1969.

MAMIGONIAN, A. e REGO, J. M. Org. **O Pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Editora 34, 1998.

MAMIGONIAN, A. A Geografia e a formação social como teoria e como método. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo : Hucitec, 1996, p. 198 -206.

\_\_\_\_\_ **Kondratieff, Ciclos Médios e Organização do Espaço**. In: **Geosul**, Florianópolis: v. 14, n.º 28, p. 152-157, jul./dez. 1999.

\_\_\_\_\_ **Teorias Sobre a Industrialização Brasileira**. Cadernos Geográficos nº2. Florianópolis: EDUFSC, 2000.

\_\_\_\_\_ **Ciência Geográfica Volume X nº2**. O Enigma Brasileiro Atual: Lula será devorado? Bauru: AGB, 2004, p. 127-131.

MARX, K. e ENGELS, F. **Textos Selecionados**. S. Paulo: Avante, 1988, p.12.

MARX, K. **O Capital, Volume I**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 3ª edição.

\_\_\_\_\_ **O Capital, Volume II**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 3ª edição.

\_\_\_\_\_ **O Capital, Volume III**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 3ª edição.

MARTINS, H. T. Federação e Redivisão Territorial – a criação de novos Estados no Brasil. **Cadernos de Filosofia e Ciências Humanas**, ano V, nº 9, 7- 35, out. 1997.

MONTEIRO, N. Itaipu, a luz. 2. ed. Curitiba: **Itaipu Binacional/Assessoria de Comunicação Social**, 2000.

MOURA, R. et alii. **Dinâmica Recente da Economia e Transformações na Configuração Espacial da Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: IPARDES, 2004.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1957.

NASCIMENTO, N. **A Revolução do Brasil**. Curitiba: edição do autor, 1984.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, C. A. B. de. Quinze anos depois: comentários sobre o texto “Paraná – Economia e Sociedade”. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, nº 83, p. 5-15, set./dez. 1994.

OLIVEIRA, D. de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1998.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PEIXOTO, A. V. **Florianópolis: memórias e documentos**, vol. I, Biografia do Marechal Floriano Peixoto. Rio de Janeiro: MEC, 1939.



PERIS, A. F e LUGNANI, A. C. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Um Estudo Sobre o Eixo Cascavel/Foz do Iguaçu, Na Região Oeste do Paraná. Curitiba, IPARDES, n. 104, p. 79- 102, jan./jun. 2003.

PERROUX, F. O conceito de pólo de crescimento. In: FAISSOL, S. **Urbanização e Regionalização: Relações com o Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1974, p. 97-110.

PILATTI, A. e WESTPHALEN, C. **História do Paraná**, 4 volumes. Curitiba: Grafipar, 1968, 2ª edição.

PRADO, S. & CAVALCANTI, C. E. G. **A guerra fiscal no Brasil**. São Paulo: FUNDAP, 2000.

IPARDES. Quatro Visões sobre o Paraná. **Análise Conjuntural**. Curitiba: IPARDES. v. 7, nº 2, p-1-3, fev. 1985.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Editora Ática, 1993.

RANGEL, I. M. A **Dualidade Básica da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957. Escrito em 1953.

\_\_\_\_\_ "A Dinâmica da Dualidade Brasileira". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2(2) julho 1962. 215-235.

\_\_\_\_\_ "A História da Dualidade Brasileira". **Revista de Economia Política** 1(4), outubro 1981: 5-34.

\_\_\_\_\_ (1982) **Ciclo, Tecnologia e Crescimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

\_\_\_\_\_ (1987) **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Bional, 1987.

\_\_\_\_\_ As Crises Gerais. **Revista de Economia Política**, vol. 12, nº. 2 (46), abril junho/1992.

\_\_\_\_\_ **A Inflação Brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2005. Obras Reunidas. Vol. 1.

REBOUÇAS, A. **Diário e Notas Autobiográficas**. Rio: José Olympio, 1938.

REIS, L. C. T. dos. **Por uma concepção dialética do espaço: o conceito de formação espacial em Milton Santos**. GEOGRAFARES, Vitória, v. 1, no 1, jun. 2000, p. 61-72.

RODRIGUES, R. L. **Cooperativas agropecuárias e relações intersetoriais na economia paranaense: uma análise de insumo-produto**. Piracicaba: 2000. 171p. Tese (Doutorado) - Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.

SADER, E. Participação no debate: A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: SADER, E. & GENTILE, P. (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 139-180.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem à província de São Paulo e Santa Catarina**. São Paulo: Ed. da USP, 1978.

SANTOS, Milton; PEET, Richard. Introduction : social formation and spatial organization. **Antipode**, Worcester, v. 9, n 1, p. 1-2, 1977. Edição especial.

SANTOS, M. Society and space : social formation as theory and method. **Antipode**, Worcester, v. 9, n 1, p. 3-10, 1977. Edição especial.

\_\_\_\_\_. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n 54, p. 35-59, jun. 1977.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia nova**. São Paulo : Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **Espaço & método**. São Paulo: Nobel. 1986.

\_\_\_\_\_. **Por Uma Outra Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000, 79-116.

SCHUMPETER, J. A. (1939) **Business Cycles: a Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process**. London: Mc Graw and Hill.

SILVA, M. A. da. **Gênese e Dinâmica Competitiva da Indústria de Equipamentos Elétricos do Sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **O processo de industrialização no Sul do Brasil**. Florianópolis: CFH/UFSC, Cadernos geográficos nº 15, 2006.

SILVA, S. **Expansão Cafeeira e Origem da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SODRÉ, N. W. **Formação Histórica do Brasil**, São Paulo: Difel, 1962, 3ª edição.

\_\_\_\_\_. **A Farsa do Neoliberalismo**. Rio de Janeiro-RJ: Graphia, 1998. 5ª edição.

THERBORN, G. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, Emir & GENTILE, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 39-53.

TRINTIN, J. G. **A economia paranaense: 1985-1998**. Campinas, 2001. 200 p. Tese (Doutorado) Instituto de Economia, Universidade de Campinas.

TROTSKY, L. **História da Revolução Russa**. Madrid: Sarpe, 1985.

VAINER, C. B. Utopias urbanas e o desafio democrático. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.105, p.25-31, jul./dez. 2003.

VASCONCELOS, J. R. de e CASTRO, D. **Paraná: economia, finanças públicas e investimentos nos anos 90**. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, 624).

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desarrollo, redes e innovación: lecciones sobre desarrollo endógeno**. Madrid: Ediciones Pirámide, 1999.

VIANA, O. **Populações Meridionais do Brasil**. Rio: José Olympio, 1952.

WACHOWICZ, R. **História do Paraná**, Curitiba: Vicentina, 1977.

\_\_\_\_\_. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: Vicentina, 1987.

\_\_\_\_\_. **Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização**. Curitiba: Vicentina, 1987. 2ª edição.

WAIBEL, L. **Capítulos de Geografia Tropical do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2ª ed., 1979.

WESTPHALEN, C. M. e CARDOSO, J. A. **Atlas Histórico do Paraná**. Curitiba: Chain, 1986, 2ª edição.